



**Intervenções Espaciais  
em Territórios Vulneráveis  
Programa Bairros Saudáveis**

**Leonardo Ramires Alba Araujo**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(mestrado integrado)

Orientadora: Professora Doutora Rita Ochoa  
Coorientador: Professor Doutor João Paulo Delgado

**outubro de 2022**



## **Declaração de Integridade**

Eu, Leonardo Ramires Alba Araujo, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 38739 de/o Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Engenharia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior.**

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 06 /10 /2022

A handwritten signature in black ink, reading "Leonardo Ramires". The signature is fluid and cursive, with the first name "Leonardo" being larger and more prominent than the last name "Ramires".

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)



# **Dedicatória**

A Raimundo José Pimenta Araujo, meu avô e eterno melhor amigo.



## Agradecimentos

À minha família, que possui grande parte neste trabalho e neste curso que se encerra. A meu pai, pelo incentivo, apoio e presença incondicionais. À minha mãe, pela amizade, paciência e amor inigualáveis. À Rebecca, pela inspiração como pessoa, pelas palavras e energias ímpares. À Helena, pelas ligações, elogios e humor motivadores. À vó Lina, pelas tranquilizações, lições e conversas tão gostosas. À vó Dulce, pela ajuda, consolos e comemorações precisos. Ao Leonardo, pelo gás final tão necessário e por ter transformado o mundo num lugar melhor, só por ter chegado. À Giulia, pelo companheirismo, parceria e amor desde o primeiro dia desta jornada. A meus tios, tias, primos e primas que, sendo do Brasil ou de Portugal, me deram força para continuar.

A todos os funcionários da Universidade da Beira Interior, que possibilitaram que este mestrado integrado acontecesse. À professora Rita Ochoa, pelas oportunidades dadas e pela paciência e maestria nesta orientação. Ao professor João Paulo Delgado, pelas boas e precisas conversas de coorientação. À professora Patrícia Santos Pedrosa, por todo o ensinamento proferido nas diversas cadeiras lecionadas e, em especial, na cadeira de Introdução à Dissertação. A todos os professores que tive a honra de assistir às aulas em minha vida. A todos os colegas cruzados nestes anos de curso que, com as trocas diárias, mantiveram e fizeram crescer meu amor pela arquitetura e por seu mundo de derivações.

A todos os meus amigos que, de perto ou de longe, estiveram presentes para mim, nos bons e nos não tão bons momentos. Quem tem amigos, tem tudo.



Notas prévias:

- A presente dissertação está redigida em português Brasil com o novo Acordo Ortográfico.

- A formatação utilizada para a bibliografia é a Norma APA (*American Psychological Association*) 6<sup>a</sup> edição.

## Resumo

A presente dissertação aborda as relações entre a qualidade dos espaços (públicos ou privados) em territórios vulneráveis portugueses, o papel social do arquiteto e políticas públicas de natureza participativa e/ou *bottom-top*. Para tal, a dissertação terá como foco o Programa Nacional Bairros Saudáveis, utilizado como caso de investigação, devido a seu ineditismo e relevância conquistada mesmo em sua primeira edição.

Tem-se como ponto de partida a contextualização histórica do Bairros Saudáveis, a partir da identificação de suas principais referências, suas relações com os temas da participação cidadã em políticas públicas em Portugal e de sua principal motivação: a crise pandêmica do COVID-19. Assumindo as candidaturas aprovadas pelo programa como base fundamental de investigação e, posteriormente uma seleção de suas intervenções espaciais<sup>1</sup> como casos de trabalho, disserta-se e analisa-se sobre os dados obtidos.

Finalmente, a dissertação recai sobre uma seleção de casos de estudo, cruzando informações obtidas através do contato direto/entrevistas a pessoas envolvidas e documentos oficiais dos casos de estudo. Propomos assim, primeiramente, uma abordagem descritivo-analítico que se torna depois propositiva, ao elencar boas e más práticas a serem repetidas, ou não, futuramente.

O presente estudo diz respeito a um importante capítulo da história de políticas públicas relacionadas com a participação cidadã e procura compreender se o papel social do arquiteto está a ser ou não cumprido atualmente para mitigação de problemas socio-econômico-culturais e para a melhoria na qualidade de vida de cidadãos e espaços recorrentemente marginalizados. Reconhece-se a dificuldade de se identificar consequências concretas de uma política pública ainda não finalizada e entrega-se, propositalmente, um estudo em movimento, uma obra aberta (Eco, 1962) com o intuito de abrir e promover este debate tão pertinente e necessário tanto na academia quanto fora dela.

## Palavras-chave

Bairros Saudáveis | Arquitetura Participativa | Papel Social do Arquiteto | Territórios Vulneráveis | Políticas Públicas

---

<sup>1</sup> Averiguou-se quais das intervenções possuíam alguma relação com o espaço, arquitetura e/ou cidade, possuindo tarefas diretamente ligadas ou apenas o referenciavam em tarefas secundárias.



## Abstract

This dissertation addresses the relationship between the quality of spaces (public or private) in vulnerable Portuguese territories, the social role of the architect and public policies of participatory and/or bottom-top nature. To this end, the dissertation will focus on the national program Bairros Saudáveis (Healthy Neighborhoods, in free translation), used as a research case, due to its originality and relevance achieved even in its first edition.

The starting point is the historical contextualization of Bairros Saudáveis, from the identification of its main references, its relations with the themes of citizen participation in public policies in Portugal and its main motivation: the pandemic crisis of COVID-19. Assuming the applications approved by the program as a fundamental basis of investigation and, later, a selection of its spatial interventions<sup>2</sup> as work cases, the data obtained is discussed and analyzed.

Finally, the dissertation focuses on a selection of case studies, crossing information obtained through direct contact/interviews with the people involved and official documents of the case studies. We therefore propose, first, a descriptive-analytical approach that later becomes propositional, by listing good and bad practices to be repeated, or not, in the future.

The present study concerns an important chapter in the history of public policies related to citizen participation and seeks to understand whether or not the social role of the architect is currently being fulfilled to mitigate socio-economic-cultural problems and to improve quality of life of citizens and spaces that are recurrently marginalized. The difficulty of identifying concrete consequences of a public policy that has not yet been finalized is recognized and a study in motion, an open work (Eco, 1962) is purposely delivered with the aim of opening and promoting this very pertinent and necessary debate both in academia and outside of it.

## Keywords

Bairros Saudáveis | Participatory Architecture | Social Role of the Architect | Vulnerable Territories | Public Policy

---

<sup>2</sup> It was found out which of the interventions had some relationship with space, architecture and/or city, having directly linked tasks or just referenced it in secondary tasks.



# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Apresentação e justificativa do tema .....	3
1.2 Questões e objetivos .....	4
1.3 Relevância da investigação .....	5
1.4 Metodologia de investigação .....	6
1.5 Estrutura da dissertação .....	8
<b>2. BAIROS SAUDÁVEIS .....</b>	<b>10</b>
2.1 Os antecedentes do programa Bairros Saudáveis .....	10
2.1.1 Participação cidadã em políticas públicas .....	10
2.1.2 Participação cidadã em Portugal .....	12
O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) como referência de participação cidadã em políticas públicas .....	14
Orçamento Participativo (OP) como mecanismo de aplicação de participação cidadã .....	16
BIP-ZIP Lisboa como importante referência para o Programa Nacional Bairros Saudáveis .....	18
2.1.3 A crise pandémica do COVID-19 como motor da criação do Programa Bairros Saudáveis .....	19
A relação ser-espaço durante o COVID-19 .....	19
Respostas e estratégias ao combate às crises de saúde pública .....	23
2.1.4 Acupuntura Urbana e Urbanismo Tático como abordagens possíveis das intervenções espaciais do BS .....	29
2.2 O Programa Nacional Bairros Saudáveis .....	32
2.2.1 Processo de criação do Programa .....	33
2.2.2 Objetivos do Programa .....	34
Sintonização com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....	36
2.2.3 Coordenação do Programa .....	36
2.2.4 Financiamento do Programa .....	37
2.2.5 Eixos de intervenção do Programa .....	39
2.2.6 Avaliação e aprovação de projetos .....	40
2.2.7 As Candidaturas do Programa .....	41
Mapeamento das candidaturas .....	42
2.2.8 Análise do andamento do Bairros Saudáveis .....	44

<b>3. CASOS DE TRABALHO .....</b>	<b>49</b>
3.1 Categorização das candidaturas por eixos temáticos e projetos aprovados .....	49
3.2 Distinção das intervenções espaciais e análises comparativas com os 246 projetos aprovados .....	54
Relação direta ou relação indireta com o espaço .....	57
Âmbito da arquitetura .....	58
Localização geográfica .....	60
Tipo de projeto .....	60
Eixo de intervenção .....	61
Considerações finais do capítulo .....	62
<b>4. 5 CASOS DE ESTUDO .....</b>	<b>63</b>
4.1 Projeto 580- Mulheres em Construção .....	66
4.2 Projeto 596- 910 fogos — espaços mentais, espaços reais .....	74
4.3 Projeto 10- Balneários Comunitários .....	81
4.4 Projeto 420- Desenvolvimento comunitário participado através de obra de dois fogos para renda acessível .....	87
Considerações finais do capítulo .....	98
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>102</b>
<b>7. APÊNDICES .....</b>	<b>109</b>
7.1 Ficha de casos de trabalho .....	109
7.2 Entrevista com Isabella Rusconi .....	110
7.3 Entrevista com Luisa Sol .....	114
7.4 Entrevista com Ana Mano .....	118
7.5 Entrevista com Fernando Pimenta .....	122
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>129</b>
8.1 Artigo escrito pela CATHU .....	129



## Lista de Figuras

1. COMPILADO DE FOTOS DO PROCESSO E PROJETO “PÁTIO DOS 80”. (AUTOR, 2021) .....	2
2. PAINÉIS SUBMETIDOS À TRIENAL DE ARQUITETURA DE LISBOA 2022. (OCHOA ET AL., 2022).....	3
3. FOCOS DA INVESTIGAÇÃO. (AUTOR, 2022).....	4
4. FOTOGRAMA DO FILME CONTINUAR A VIVER OU OS ÍNDIOS DA MEIA-PRAIA. (DA CUNHA TELLES, 1976) .....	14
5. FOTOGRAMA DO FILME AS OPERAÇÕES SAAL. (J. DIAS, 2007).....	15
6. FOTOGRAMA DO FILME CONTINUAR A VIVER OU OS ÍNDIOS DA MEIA-PRAIA. (DA CUNHA TELLES, 1976) .....	16
7. APRESENTAÇÃO DA MAQUETE PARA PROPOSTA DE MELHORIA DO PARQUE INTERGERACIONAL DA URBANIZAÇÃO QUINTA DOS CARACÓIS, EM PALMELA. (CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA, 2012) .....	17
8. MERCADO DE ALVALADE SUL REQUALIFICADO ATRAVÉS DE PROJETO OP DE 2014 – COM O ORÇAMENTO DE 150 MIL EUROS. (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2022B) ..	17
9. AÇÃO DE CO-DECISÃO PARA PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA AJUDA – PROJETO BIP-ZIP INCUBADORA POPULAR DA AJUDA, DE 2019. (INCUBADORA POPULAR DA AJUDA, 2019).....	19
10. “OUTDOOR SPACE”. (AZISI, 2020) .....	20
11. GAROTOS JOGAM FUTEBOL EM ESPAÇO PÚBLICO IMPROVISADO. (GEHL, 2020, P. 19) .	21
12. NOVAS OPORTUNIDADES E NOVAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO. (GEHL, 2020, P. 38) .....	22
13. RESTAURANTES EM TAMPA, FLORIDA, EUA. RECÉM ABERTOS, APOSTANDO NO USO DE PARKLETS PARA PERMITIR DISTANCIAMENTO SOCIAL. (MYRICK, 2020) .....	23
14. PRAIA URBANA SAZONAL DO JARDIM DO TOREL, LISBOA. (OCHOA & ALLEGRI, 2022) 24	
15. “WE'RE REALLY LUCKY TO HAVE A GARDEN.” (COYLE, 2020).....	25
16. DINÂMICA COM COMPONENTE PARTICIPATIVA SOBRE MOBILIDADE URBANA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO. (EQUAL SAREE, 2015) .....	27
17. DIAGRAMA “THE CITY IS AN EGG” DE CEDRIC PRICE (SEM DATA) .....	28
18. . EXEMPLO DE GENTILEZA URBANA - CONSTRUÇÃO DE UM BANCO EM ESPAÇO ENVOLVENTE DE EDIFÍCIO HABITACIONAL. (AUTOR, 2022) .....	29
20. RECONVERSÃO DE UM NÃO-LUGAR, ESPAÇO POR DEBAIXO DE UM VIADUTO, EM PISTA DE SKATE PARA INICIANTE, EM MOSCOU, RÚSSIA. (CUTIERU, 2020) .....	30
21. “THE CARIOCA WAY OF CITY MAKING.” (RUA ARQUITETOS & MAS URBAN DESIGN, 2014) .....	31
22. HELENA ROSETA (À DIREITA) EM LUTA PELO DIREITO À HABITAÇÃO, COM OS MORADORES DE CHELAS, EM 2007. (ROSETA, 2022A) .....	34
23. CHARGE ILUSTRATIVA DE DEFINIÇÃO À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA. (BORDENAVE, 1983, P. 35) .....	35
24. MAPEAMENTO DAS 774 CANDIDATURAS SUBMETIDAS. (BAIRROS SAUDÁVEIS, 2022) .	42
25. GRELHA DE PROBLEMAS E DESAFIOS ENUNCIADOS PELAS ENTIDADES PROMOTORAS NO ENCONTRO. (“JORNAL DOS BAIRROS SAUDÁVEIS”, 2022A) .....	45
26. CARTAZ DE ESTUDANTE FRANCÊS. EM PORTUGUÊS: “EU PARTICIPO, TU PARTICIPAS, ELE PARTICIPA, NÓS PARTICIPAMOS, VOCÊS PARTICIPAM... ELES LUCRAM.” (R. ARNSTEIN, 1969, P. 216) .....	47
27. GRÁFICO DOS EIXOS TEMÁTICOS DAS CANDIDATURAS – DADOS (BAIRROS SAUDÁVEIS, 2022; “JORNAL DOS BAIRROS SAUDÁVEIS”, 2022A). (AUTOR, 2022) .....	49
28. MAPEAMENTO DAS 246 CANDIDATURAS APROVADAS. (“JORNAL DOS BAIRROS SAUDÁVEIS”, 2022A) .....	50
29. SECÇÃO PROJETOS NO SITE DO JBS. (“JORNAL DOS BAIRROS SAUDÁVEIS”, 2022A) .....	51

30. EXEMPLO DE PÁGINA DE UM PROJETO BS APROVADO. (“JORNAL DOS BAIROS SAUDÁVEIS”, 2022A).....	52
31. NUVEM DE PALAVRAS DAS DESCRIÇÕES DAS 246 CANDIDATURAS APROVADAS PELO BS. (AUTOR, 2022) .....	53
32. GRÁFICO DA RELAÇÃO ENTRE AS INTERVENÇÕES ESPACIAIS E AS RESTANTES. (AUTOR, 2022).....	55
33. NUVEM DE PALAVRAS DAS DESCRIÇÕES DAS INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS. (AUTOR, 2022).....	56
34. GRÁFICO DAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO (DIRETA OU INDIRETA) DAS 103 INTERVENÇÕES ESPACIAIS. (AUTOR, 2022).....	57
35. GRÁFICO DOS ÂMBITOS DAS 103 INTERVENÇÕES ESPACIAIS. (AUTOR, 2022) .....	58
36. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS INTERVENÇÕES APROVADAS. (AUTOR, 2022) .....	60
37. GRÁFICOS RELATIVOS AOS TIPOS DAS INTERVENÇÕES APROVADAS – ESPACIAIS E TOTAIS. (AUTOR, 2022) .....	61
38. GRÁFICO RELATIVO AOS EIXOS TEMÁTICOS DAS INTERVENÇÕES APROVADAS – ESPACIAIS E TOTAIS. (AUTOR, 2022) .....	61
39. FOTOGRAMA DO FILME MALRAUX’S SHOES. (ADAMS & COLIN, 2012) .....	63
42. FORMANDAS MORADORAS NO BAIRRO DE SANTIAGO, AVEIRO. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	68
43. <i>POST-IT</i> ESCRITO POR UMA DAS PARTICIPANTES DURANTE A FORMAÇÃO EM IGUALDADE DE GÊNERO. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	69
44. AULA DE ERGONOMIA – PERTENCENTE AO MÓDULO DA ESCALA DO CORPO. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022).....	70
45. AULA SOBRE O AMBIENTE DA COZINHA – PERTENCENTE AO MÓDULO DA ESCALA DA CASA. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	70
46. MATERIAL DE AULA SOBRE ESCALA DO BAIRRO, COMPOSTA POR REFLEXÕES DE PERCURSOS REALIZADOS. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	71
47. PARTICIPANTE REGISTRANDO PERCEPÇÕES DE PERCURSO REALIZADO – PERTENCENTE AO MÓDULO DA ESCALA DA CIDADE. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	71
48. PARTICIPANTES EM AULA SOBRE HIDRÁULICA - PERTENCENTE AO MÓDULO DA ESCALA DA CASA. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	72
49. FORMANDAS EM AULA SOBRE ELÉTRICA - PERTENCENTE AO MÓDULO DA ESCALA DA CASA. (MULHERES EM CONSTRUÇÃO, 2022) .....	73
50. NUVEM DE PALAVRAS DA FICHA DE DESCRIÇÃO DO PROJETO 910 FOGOS – ESPAÇOS MENTAIS, ESPAÇOS REAIS. (AUTOR, 2022) .....	74
51. ESPAÇO PÚBLICO E EDIFÍCIOS DO BAIRRO ALTO DOS BARRINHOS. (AUTOR, 2022) .....	75
52. JOVENS EM ATELIÊ ARTÍSTICO DE DESENHO. (910 FOGOS – ESPAÇOS MENTAIS, ESPAÇOS REAIS, 2022) .....	76
53. CARTAZ INFORMATIVO DO CICLO DE DEBATES “ESPAÇOS MENTAIS, ESPAÇOS REAIS”. (910 FOGOS – ESPAÇOS MENTAIS, ESPAÇOS REAIS, 2022).....	77
54. DEBATE ARQUITETURA E CUIDADOS, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2022. (AUTOR, 2022) .	78
55. PESSOAS PRESENTES NO DEBATE ARQUITETURA E CUIDADOS. (AUTOR, 2022) .....	79
56. NUVEM DE PALAVRAS DA FICHA DE DESCRIÇÃO DO PROJETO BALNEÁRIOS/WC COMUNITÁRIOS. (AUTOR, 2022).....	81
57. COMUNIDADE DA CARVALHOSA, EM VALONGO DO VOUGA. (JORNAL DOS BAIROS SAUDÁVEIS, 2021B).....	82
58. PRIMEIRA FASE DE OBRA – ESCAVAÇÃO E COLOCAÇÃO DO RAMAL DE ÁGUA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2021. (JORNAL DOS BAIROS SAUDÁVEIS, 2021B) .....	83
59. CHEGADA DO BALNEÁRIO À COMUNIDADE DA CARVALHOSA, EM 16 DE MAIO DE 2022. (BALNEÁRIO COMUNITÁRIO - “OS PIONEIROS”, 2022).....	83

60. PRIMEIRA AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO COM A PRESENÇA DE TODOS OS HABITANTES ADULTOS DA COMUNIDADE DA CARVALHOSA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2021. (JORNAL DOS BAIROS SAUDÁVEIS, 2021B).....	84
61. INAUGURAÇÃO DO BALNEÁRIO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE DA CARVALHOSA, EM 14 DE JUNHO DE 2022. (BALNEÁRIO COMUNITÁRIO - “OS PIONEIROS”, 2022) .....	85
62. MORADORES DA COMUNIDADE DA CARVALHOSA E FUNCIONÁRIOS D’OS PIONEIROS A TRABALHAR EM CONJUNTO NAS OBRAS DO BALNEÁRIO PÚBLICO, EM MAIO DE 2022. (BALNEÁRIO COMUNITÁRIO - “OS PIONEIROS”, 2022) .....	86
63. NUVEM DE PALAVRAS DA FICHA DE DESCRIÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARTICIPADO ATRAVÉS DE OBRA DE DOIS FOGOS PARA RENDA ACESSÍVEL. (AUTOR, 2022) .....	87
64. AGLOMERADO DA GRANJA, TERRITÓRIO VULNERÁVEL DE INTERVENÇÃO. (AUTOR, 2022).....	88
65. CAMINHO ENTRE O AGLOMERADO DA GRANJA E A PARAGEM DE AUTOCARRO MAIS PRÓXIMA - VISÍVEL DESCUIDO COM O ESPAÇO PÚBLICO E AUSÊNCIA DE PASSEIO E CONTROLE DA VEGETAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS. (AUTOR, 2022) .....	89
(AUTOR, 2022).....	90
66. “ENCONTRO DE VIZINHOS” NO CENTRO CULTURAL DA GRANJA (PELE) – ATIVIDADE DO PROJETO BS NO DIA 4 DE JUNHO DE 2022. (ALMEIDA, 2022) .....	91
67. ESPAÇO EXTERIOR DO CENTRO CULTURAL REABILITADO E DISPONIBILIZADO PELA PELE – ALBERGOU MAIOR PARTE DAS ATIVIDADES DO PROJETO. (AUTOR, 2022) .....	92
68. IMÓVEL DEVOLUTO A SER REABILITADO PARA HABITAÇÃO (SOMENTE O PRIMEIRO PISO SERÁ INTERVENCIONADO E ACEDE-SE PELO INTERIOR DA ILHA). (AUTOR, 2022).....	93
69. SANTIAGO, LETÍCIA, TIAGO E VANESSA – FUTUROS MORADORES DO IMÓVEL – E ARQUITETOS DA CATHU NA ENTRADA DA NOVA HABITAÇÃO, EM 29 DE ABRIL DE 2022. (PATRÍCIO, 2022).....	94
70. FOTOGRAFIAS DO ESTADO ATUAL DO IMÓVEL. À ESQUERDA, EM CIMA, ANTIGA E FUTURA CASA DE BANHO   À DIREITA, EM CIMA, FUTURA SALA DE ESTAR E UM DOS QUARTOS   À ESQUERDA, EMBAIXO, HALL DE ENTRADA E UM DOS QUARTOS   À DIREITA, EMBAIXO, ANTIGA E FUTURA COZINHA. (AUTOR, 2022).....	95
71. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: FERNANDA PETRUS, NUNO PATRÍCIO, BERNARDO AMARAL, LARA FERREIRA, FERNANDO PIMENTA E JACINTA REIS (ARQUITETOS DA CATHU). (JORNAL DOS BAIROS SAUDÁVEIS, 2022B) .....	97



## Lista de Acrónimos

ACES- Agrupamento de Centros de Saúde  
APA- *American Psychological Association*  
ATHIS- Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social  
BIP-ZIP- Bairros de Intervenção Prioritária-Zonas de Intervenção Prioritária  
BS- Bairros Saudáveis  
CATHU- Cooperativa de Assessoria Técnica - Habitação e Urbanismo  
CESE- Comitê Econômico e Social Europeu  
CIAUD- Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design  
CMP- Câmara Municipal do Porto  
COS- Carta de Ocupação do Solo  
COVID-19- Coronavirus Disease (Doença por Coronavírus 2019)  
CRP- Constituição da República Portuguesa  
DGS- Direção-Geral da Saúde  
DGT- Direção Geral do Território  
ECN- Equipa de coordenação nacional  
FA-ULisboa- Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa  
FAUP- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Porto  
FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
GAS-JFC- Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã  
GES/Ecosol- Grupo de Estudos sobre Economia Solidária  
IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional  
IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana  
IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social  
JBS- Jornal dos Bairros Saudáveis  
JFC- Junta de Freguesia de Campanhã  
MA- Mulheres na Arquitectura  
ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  
OIDP- Observatório Internacional de Democracia Participativa  
OMS- Organização Mundial da Saúde  
ONG- Organização Não Governamental  
ONU- Organização das Nações Unidas  
OP- Orçamento Participativo  
OPP- Orçamento Participativo do País  
PAICD- Planos de Ação para as Comunidades Desfavorecidas  
PNCT- Programa Nacional para a Coesão Territorial  
PRR- Plano de Recuperação e Resiliência  
PTRI-FAUP- Porto Território e Redes de Invisibilidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Porto  
SAAL- Serviço Ambulatório de Apoio Local  
SAAS- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social  
SMS - Short Message Service  
STCP- Sociedade de Transportes Colectivos do Porto  
UBI- Universidade da Beira Interior



# 1. INTRODUÇÃO

## Nota prévia

No ano de 2018, na Unidade Curricular de Projeto II/1 do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade da Beira Interior (UBI), foi realizado o concurso de ideias “Pensar o Vazio. Intervenção na Boidobra, Covilhã”, com exposição pública de propostas selecionadas. A tarefa era desenvolver propostas de requalificação e de ativação de um vazio urbano entre empenas, em um bairro nas periferias da cidade da Covilhã, Bairro dos 80 fogos, na Boidobra. Contemplava-se já a possibilidade de se concretizar uma das propostas através do poder público, nomeadamente através da Junta de Freguesia da Boidobra, interveniente no processo do referido concurso. O presente dissertando foi selecionado para a exposição pública, integrando uma dupla de projeto com a estudante Juliana Lima, com o projeto “Escape”, que acabou classificado como a terceira melhor proposta. O projeto foi desenvolvido em contato com moradores do Bairro dos 80 Fogos, que puderam opinar, pedir, questionar e, inclusive, votar nas melhores propostas. Desde então, a ligação com uma arquitetura ligada ao social, à participação ativa dos futuros beneficiados e às transformações em territórios periféricos foi estabelecida e crescente no decorrer de meu percurso académico.

No ano de 2021, a Beira Serra Associação de Desenvolvimento, atuante no território da Boidobra, submeteu a candidatura para a reabilitação do mesmo espaço, que designou como “Pátio dos 80”<sup>3</sup>. Esta foi aprovada pelo, até então desconhecido, programa Bairros Saudáveis (BS). Foi assim pedido à professora Rita Ochoa, orientadora desta dissertação e então professora de Projeto II/1, para selecionar e convidar um grupo de estudantes de arquitetura para que trabalhassem no campo real, desenvolvendo um projeto que compilasse as intenções das propostas vencedoras no concurso de 2018. Hannah Figliolino, Sofia Silva, Flávia Pinto e o presente dissertando foram selecionados, tendo desenvolvido uma proposta que foi já concluída, em de novembro de 2021 (fig. 1).

---

<sup>3</sup> O projeto Pátio dos 80 possuiu como entidade promotora Beira Serra – Associação de Desenvolvimento e como entidades parceiras: Junta de Freguesia de Boidobra, Município da Covilhã, ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Cova da Beira, Universidade da Beira Interior e Noélia Azevedo.

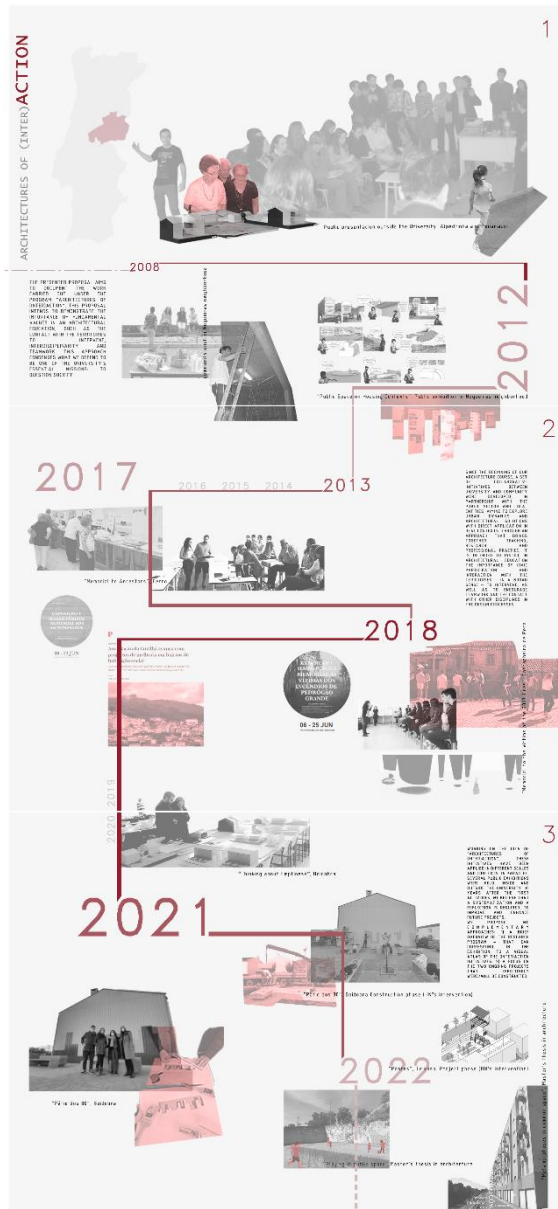


1. Compilado de fotos do processo e projeto “Pátio dos 80”. (Autor, 2021)

Dando seguimento à relação estreita criada entre os estudantes e a Beira Serra Associação de Desenvolvimento, esta nos convidou para projetar um segundo projeto aprovado pelo BS. Tratava-se de uma requalificação dos espaços públicos do Bairro da Nogueira, no Teixoso – Covilhã, e de uma reconversão de uma garagem em um centro comunitário. Arrancou-se com a obtenção de desenhos técnicos, legislação e mesmo com primeiras intenções, no entanto, decidiu-se não ir adiante com projeto devido à falta de disponibilidade dos envolvidos, por estarmos começando o 5º ano do mestrado integrado e necessitarmos de mais tempo para desenvolver as dissertações.

Esta trajetória de relação da universidade com o campo real, com arquitetura participativa e territórios periféricos e com o poder público, que é anterior ao concurso de ideias, juntamente com diversas outras atividades de teor semelhante desenvolvidas pela professora Rita Ochoa, foi integrada e submetida ao concurso Trienal Universidades 2022, como o projeto “*Achitectures of (inter)Action*”, que acabou por ser selecionado para constar na publicação final desse concurso (fig. 2) (Ochoa et al., 2022).

Todas estas explorações semearam as primeiras intenções desta dissertação, que acabou por ser concretizada com temas tangentes e objetivos similares aos referidos nesta nota prévia.



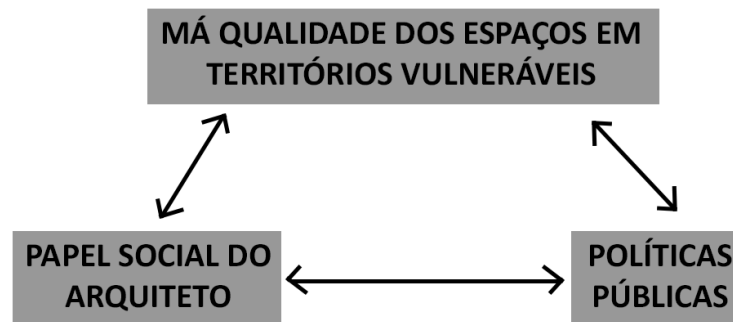
2. Painéis submetidos à Trienal de Arquitetura de Lisboa 2022. (Ochoa et al., 2022)

## 1.1 Apresentação e justificativa do tema

A presente investigação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior (UBI) e expõe e analisa intervenções relacionadas ao espaço em territórios desfavorecidos econômica e socialmente, bem como suas influências e a trajetória histórica e contextual. Estas intervenções integram o Programa Nacional Bairros Saudáveis, uma política pública que surgiu em 2020 com o objetivo de melhorar condições de saúde e de bem estar em territórios vulneráveis portugueses através do financiamento de projetos que passaram por procedimento concursal. Para além do financiamento, a promoção de iniciativas de

desenvolvimento locais tem também como objetivo uma opção de facilitar as burocracias e trâmites ligados ao financiamento de propostas de intervenção social.

Considerando o distanciamento do arquiteto da sua função social, de seu exercício de democracia e cidadania e a consequente elitização tanto da profissão como do acesso à mesma, este campo de estudo se faz relevante. Adicionando o ineditismo da abordagem do programa Bairros Saudáveis e de sua relação com o espaço e à cidade, esta dissertação assume um novo quadro de debate a respeito do papel social do arquiteto atuante em Portugal e, principalmente, nas zonas menos favorecidas do país, através de políticas públicas.



3. Focos da investigação. (Autor, 2022)

A presente dissertação assume-se teórica (sem a componente prática de um projeto de arquitetura), visando estimular o debate sobre arquitetura e suas consequências para a sociedade. A justificativa do tema está explícita em nota prévia desta introdução e soma-se a ela parte da fala do arquiteto João Luís Carrilho da Graça, proferido em debate na Casa da Arquitectura, em Matosinhos:

Este momento de debate sobre arquitetura é um ponto de reflexão e devo confessar que o que mais me agrada - em paralelo com a possibilidade de construir - é discutir e refletir sobre arquitetura. (...) Eu gosto imenso disto, de falar com outras pessoas sobre arquitetura e de entender a arquitetura como um processo que é, ao mesmo tempo material, mas também um processo intelectual de relação com o mundo, de abertura e, se possível, de uma certa capacidade de acolhimento e de fraternidade em relação às outras pessoas que ocupam o planeta neste momento.

(Carrilho da Graça, 2022)

## 1.2 Questões e objetivos

A investigação tem como objetivo principal dissertar sobre a decorrente primeira edição do programa nacional Bairros Saudáveis e compreender sua trajetória, expectativas e desdobramentos. Neste primeiro momento, objetiva-se:

- Aferir a contextualização sócio-histórica do Programa Bairros Saudáveis e suas principais referências de atuação;

- Explorar os efeitos de crises sociais e de saúde pública que afligem a atualidade, em especial a recente crise pandémica do COVID 19, impulsionadoras da criação do programa;
- Compreender o funcionamento do Programa desde sua criação e divulgação, passando pela elaboração e submissão das candidaturas à execução das propostas e ao (quando existente) acompanhamento posterior das entidades aos territórios intervencionados.

Como objetivos específicos, pretende-se ainda estudar as relações do espaço em territórios vulneráveis portugueses, a função social do arquiteto com as políticas públicas através da triagem de casos de trabalho (intervenções relacionadas ao espaço) e, posteriormente, de estudo (selecionados por diversidade e relevância). Neste segundo momento, questiona-se:

- Como o Programa abordou o tema do espaço e, principalmente, como o espaço foi abordado pelos casos de trabalho;
- Averiguar se cumpriram ou não os pressupostos participativos em cada caso de estudo.
- As relações entre os dados e objetivos oficiais dos projetos e o que foi/vem sendo implementado;
- Elencar boas e más práticas para futuras ações similares ou mesmo novas edições do Bairros Saudáveis.

Transversalmente, a investigação deseja:

- Contribuir para a continuação e estimulação dos estudos sobre uma arquitetura ligada à transformação social e sobre políticas públicas que agem em territórios periféricos através de transformações espaciais;
- Produzir uma reflexão metodológica a respeito da arquitetura participativa e impulsionar estudos sobre uma atuação cidadã direta relacionada ao espaço e/ou ao direito a ele;
- Contribuir para a visibilidade do programa Bairros Saudáveis, bem como dos próprios territórios estudados, visto que se crê que a academia deve ser um catalisador para a transformação de realidades marginalizadas e invisibilizadas.

### **1.3 Relevância da investigação**

A relação direta entre a qualidade de vida das pessoas e a qualidade dos espaços que vivemos, passamos, habitamos, ocupamos é um campo definitivamente relevante e que sempre despertou o interesse da investigação académica. Os arquitetos e urbanistas contemporâneos têm cruzado fronteiras e falado amplamente sobre a importância de se oferecer à população espaços com qualidade, diversidade e manutenção adequada, com mais destaque ainda nos recentes tempos de pandemia do COVID-19. O presente estudo visa dar continuidade ao que tem sido feito e ir além com o entendimento do recente programa Bairros Saudáveis. Pela sua recente criação (ainda sem edições finalizadas) e devido a

importância que poderá ter para a história dos espaços públicos portugueses, este programa é algo que merece total monitorização, estudo e divulgação.

Atrelado à relevância académica, introduz-se o interesse de dar maior visibilidade ao poder transformador que a arquitetura e/ou pequenas intervenções urbanas ou de menor escala podem ter em zonas esquecidas e negligenciadas, tanto pelas autarquias, como pela população não residente delas. Dissertar sobre os territórios vulneráveis portugueses, esperançoso de um futuro de mudanças e transformações afigura-se como um muito relevante e motivante desafio.

Como refere Távora (1962), a investigação se mostra como a arma que melhor permite detectar a intensidade e a qualidade daqueles problemas que deverão merecer uma maior atenção. O ensino universitário e a investigação constituem atividades indissociáveis, pois somente apoiado na investigação, o ensino poderá exercer-se em bases reais e só ela lhe garante um sentido de colaboração na medida em que o torna consciente dos problemas da sociedade.

## **1.4 Metodologia da investigação**

Tratando-se o estudo do tipo descritivo-analítico de um programa público atual e em progresso, foram privilegiados veículos de comunicação oficiais. Como maior embasamento teve-se, portanto, o *website* oficial do Programa ([bairrossaudaveis.gov.pt](http://bairrossaudaveis.gov.pt)) e seu jornal (<https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt>).

Com o decorrer do estudo, a visão de abordar as fontes oficiais do programa se tornou frágil e insuficiente, sendo percebida a necessidade de se contrapor ou mesmo confirmar fatos e auscultar agentes envolvidos no campo real, com candidaturas aprovadas através do Programa

Procedeu-se assim a uma série de triagens das mais de 700 candidaturas enviadas. Primeiramente, decidiu-se trabalhar somente com as 246 aprovadas, naturalmente porque serão as que causarão consequências reais.

Posteriormente, averiguou-se quais delas possuíam alguma relação com o espaço, arquitetura e/ou cidade e pudessem, portanto, agregar a investigação. Feito isto, foi necessário compreender quais destas candidaturas possuíam tarefas diretamente ligadas ao espaço e as que apenas o referenciavam em tarefas secundárias. Das que possuíam relações diretas com o espaço, foram selecionados, por diversidade e relevância, 5 casos de estudos. Para este momento, foi desenvolvido uma ficha de casos de trabalho (apêndice 7.1), que possui informações sobre todas as intervenções espaciais do Bairros Saudáveis.

A metodologia para analisar os 5 casos de estudo consistiu em dissecar, primeiramente, suas fichas oficiais de candidatura disponíveis no Jornal dos Bairros

Saudáveis (JBS), suas notícias e artigos (se existentes) também no JBS e visitar as páginas oficiais de redes sociais das propostas, como *Facebook* e *Instagram*.

Com uma base de dados, fotografias e infografias oficiais, foram ainda realizadas entrevistas a atores privilegiados (apêndices 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5) e, quando possível, foram realizadas visitas aos territórios intervencionados e verificadas, *in situ*, as propostas finalizadas ou em progresso.

Este trabalho de contato direto com o território e com as intervenções selecionadas fez a investigação ganhar corpo e o levantamento de questões a respeito do papel que a arquitetura ou das intervenções espaciais podem ter na sociedade se fez mais sólido.

A curiosidade e necessidade de se realizar um embasamento contextual histórico para a investigação demonstrou a ausência de matéria acadêmica (ou estado da arte) diretamente a respeito sobre o tema – o Programa Bairros Saudáveis, por conta de se tratar de sua primeira edição. Decidiu-se se debruçar sobre peças-chaves<sup>4</sup> que abordam o tema da arquitetura participativa em Portugal, do melhoramento do espaço público através de pequenas ações, da relação com o espaço durante a pandemia do COVID-19 e referências de políticas públicas e/ou ateliês que atuam de uma forma mais ligada às minorias sociais e aos territórios periféricos de nossas urbes.

É de se referir que o fato de se estar a pesquisar um fato histórico que está a decorrer parecia ser uma das maiores dificuldades. Não existem (ou existem poucas) até o momento conclusões e fatos que explicitem as consequências que o programa Bairros Saudáveis causou na sociedade portuguesa. Posteriormente, considerou-se esta dificuldade como um desafio e um modo de investigar mais aproximado da realidade e dos atores privilegiados que estão a fazer história.

Lidar com uma investigação de um *work in progress* transformou o estudo em uma obra em movimento (a se continuar) a respeito da relação da arquitetura com territórios e pessoas vulneráveis em um programa nacional que promete alterar o modo como entidades locais pequenas ou médias podem agir.

(...) A obra aqui é “aberta” como é “aberto” um debate: a solução é esperada e desejada, mas deve resultar do concurso consciente do público. A abertura faz-se instrumento de pedagogia revolucionária.

(Eco, 1962, p. 77)

---

<sup>4</sup> Entende-se como peças-chaves documentos, livros, artigos, teses de doutoramento, entrevistas, falas em conferências, filmes e notícias de jornais.

## 1.5 Estrutura da dissertação

Considerando os já referidos pressupostos e metodologias, a dissertação é organizada em 5 capítulos, com os seguintes conteúdos:

### **Capítulo 1. Introdução**

Apresenta-se as ideias gerais para o entendimento da dissertação, abrangendo apresentação e justificativa do tema, questões e objetivos da pesquisa, relevância e metodologia da dissertação, bem como sua estrutura.

### **Capítulo 2. Bairros Saudáveis**

Este capítulo engloba, num primeiro momento, uma contextualização histórica do programa Bairros Saudáveis, explicitando algumas de suas referências, passando pelo tema da participação cidadã em políticas públicas, integrando alguns exemplos portugueses; seguidamente, pela relação do ser humano com o espaço durante a pandemia do COVID-19; e pelos conceitos e exemplos de intervenção no espaço público que visam a transformação social imediata ou num curto período, nomeadamente o urbanismo tático e a acupuntura urbana.

Com um embasamento consolidado, mergulha-se no programa Bairros Saudáveis e se explora sua definição, sua história de criação, seus objetivos, sua coordenação e suas entranhas burocráticas (que passa pelo seu financiamento, critérios de avaliação e eixos de intervenção). Em teor conclusivo, se tem uma análise do andamento do Programa baseada em relatos de agentes envolvidos e peças-chaves sobre os temas citados por eles.

### **Capítulo 3. Casos de trabalho**

Neste capítulo, os 246 projetos aprovados pelo Programa BS são destrinchados, com a inserção de algumas informações de modo a entender a atuação das entidades. Tenta se perceber quais são as urgências, necessidades e vontades das pessoas que habitam os tais territórios vulneráveis.

Posteriormente, elenca-se as intervenções relacionadas de alguma forma com o espaço – chamadas de casos de trabalho. A pesquisa segue com análises comparativas com números e dados obtidos por fontes oficiais conflitados pela ficha de casos de trabalho já referida. Procura-se nesta fase compreender as reais necessidades relacionadas à má qualidade de seus espaços ou mesmo a ausência deles.

### **Capítulo 4. 5 Casos de estudo**

Adentra-se nos casos de estudo. O discurso é relatado através do cruzamento de informações obtidas por duas fontes: *a priori*, pelas fichas de candidatura e notícias do JBS e,

posteriormente, por entrevistas com os atores privilegiados de cada uma das propostas selecionadas.

A abordagem dos projetos passa por questões gerais - de descrição, objetivos gerais e específicos, tarefas a serem realizadas para concretização, pela explicação do território vulnerável em questão, pela componente arquitetônica e/ou espacial que a proposta possui, por sua componente participativa e, por fim, considerações finais que visam explicitar boas e más práticas realizadas pelas entidades e, em tom propositivo elencar ações a serem repetidas em intervenções similares futuras ou mesmo nas possíveis próximas edições do Bairros Saudáveis.

### **Capítulo 5. Considerações finais**

Desenvolve-se a síntese dos resultados e análises alcançados de forma a dissertar, em teor conclusivo, a respeito das carências dos territórios vulneráveis portugueses, da desigualdade social latente e da atuação arquitetônica como prática de transformação social.

## **2. BAIRROS SAUDÁVEIS**

### **Nota prévia**

Anterior ao início da pesquisa, o Programa Bairros Saudáveis me foi apresentado no mês de maio de 2021 pela orientadora professora Rita Ochoa como uma oportunidade de fazer parte da equipa de projeto para executar uma das candidaturas aprovadas, fato referido em nota prévia da introdução. Não obstante, este inicial envolvimento foi, intencionalmente, desconsiderado no decorrer da pesquisa para que pudéssemos encarar o objeto de estudo externamente; este feito tem o intuito de o ser assim para investigar, inclusive, quão acessível e disponível o programa se mostra para a sociedade.

### **2.1 Os antecedentes do programa Bairros Saudáveis**

#### **2.1.1 Participação cidadã em políticas públicas**

Esta investigação sempre possuiu, mesmo quando não decidido abordar diretamente o programa BS, um desejo de investigação a respeito de projetos arquitetônicos que possuem componentes participativas no território português. O programa Bairros Saudáveis se apresentou como uma pertinente pesquisa, por possuir a participação cidadã como uma importante veia tanto em sua definição quanto nas aplicações de seus projetos aprovados.

O conceito de participação cidadã deve ser entendido como um processo social em construção que valoriza o poder cidadão nas questões políticas da sociedade. Cada grupo social possui demandas específicas que são expressas e debatidas nos espaços públicos ou comunitários, articulando-as com reivindicações coletivas e gerais. Após análise, uma combinação de uso de mecanismos institucionais com sociais supera a clássica dicotomia entre representação e participação e os projetos idealizados pela população são realizados (Teixeira, 2001).

Participação cidadã se trata da redistribuição de poder que inclui, finalmente, em processos que alteram seu presente e seu futuro os cidadãos em muitos casos excluídos da vida política ativa e direta. Trata-se de uma estratégia de inclusão que parcela decisões, metas, projetos de políticas públicas, funcionamento de equipamentos estatais e mesmo definição de impostos com os cidadãos (R. Arnstein, 1969).

A participação cidadã, entretanto, não tem sido aplicada uniforme e constantemente. Analisando os princípios básicos da participação pública na sociedade moderna, a percepção é de que a participação ativa surge como uma reação a processos passados pela civilização, como afirma Bordenave (1983):

É como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios eletrônicos de comunicação massiva, tivesse levado os homens primeiro a um individualismo massificador e atomizador e, mais tarde, como reação defensiva frente à alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva.

(Bordenave, 1983, p. 7)

A distância do homem da política e da democracia ativa na sociedade moderna industrial, e sua conseqüente alienação, levam à necessidade de se perceber o contrário da participação, que é a “não participação”, ou, então, o fenômeno da marginalidade. Este, por sua vez, significa ficar fora de algo – estar às margens de algum processo sem a possibilidade de intervenção nele (Bordenave, 1983).

O curioso paralelo que é permitido traçar se baseia na ambivalência de palavras que podem ganhar mais expressão e sentido utilizadas em algumas situações do que em outras; é o caso do conceito de “marginalização”, que, no âmbito urbanístico, arquitetônico ou mesmo espacial ganha uma conotação lógica, direta e clara de periferia – de se situar às margens da cidade, do lugar ou mesmo do cômodo.

Entretanto, quando se utiliza a palavra “marginalização” como oposto de participação, a sua compreensão vai de encontro ao afastamento de determinados grupos da vida social e laboral, frequentemente associados à presença de grupos que são racial ou etnicamente estigmatizados, mas não se limita a estes (Pestana Lages, 2017). A marginalização de territórios vulneráveis portugueses se relaciona ainda com a distância da maioria deles para os centros das cidades, com a ausência de infraestruturas básicas e com os estigmas diretamente existentes por se viver em determinados bairros ou zonas com nomes conhecidos por serem de vulnerabilidade social.

O fato de os bairros e zonas geograficamente marginalizadas serem instantânea ou paulatinamente marginalizados também dos processos participativos da cidade ou do país e possuírem, portanto, uma democracia menos ativa é um dos diálogos a se ter<sup>5</sup>. Pode-se seguir com a questão de estas mesmas zonas se tornarem, devido justamente a este afastamento, com o passar do tempo ou mesmo desde sua gênese, zonas de carência e de vulnerabilidade social – necessitando de intervenções urgentes do Estado e/ou de entidades não governamentais.

De modo direto, combater a marginalização com participação é o caminho mais coerente, uma vez que a participação, como discute Bordenave (1983, p. 16), “(...) não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde.” O homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade urbanizada num futuro ideal numa sociedade verdadeiramente participativa.

---

<sup>5</sup> Jacobs (1961) considera que os cidadãos são censurados – não só excluídos, ou marginalizados – ao não terem a possibilidade fácil e rápida de participarem ativamente do governo.

E destas duas características do espaço – continuidade e irreversibilidade – uma consequência da outra, na medida em que ao falar de continuidade física pressupomos dimensões e entre estas pressupomos o tempo, resulta ainda que a organização do espaço com atividade pertence a todos os homens e não apenas a alguns, o mesmo é que dizer que a organização do espaço é obra de participação de todos os homens, em graus diferentes de intensidade e até de responsabilidade, mas, de qualquer modo, obra de que nenhum homem pode eximir-se.

(Távora, 1962, p. 19)

As políticas públicas devem contemplar participação cidadã e, em maior ou menor grau, refletir as vontades e necessidades das pessoas governadas. Entretanto, a falta de consenso quanto a isso pode demonstrar falhas no sistema de democracia representativa que construímos.

### **2.1.2 Participação cidadã em Portugal**

O histórico de democracia e participação ativa em Portugal pós 25 de abril é um assunto de grande importância para as políticas públicas que foram desenvolvidas desde então. O levante popular foi capaz de impulsionar uma sensação de capacidade e poder do povo e a relação entre a representação e participação passou a ser mais explorada e discutida e, então, utilizada. Como consequência, é possível notar a inclusão e ampliação do direito de petição e de participação política dos cidadãos nos conselhos e tratados, como no Conselho Económico e Social Europeu (CESE), que, em 2004 já havia deliberado criar uma instância a incentivar o contato e a troca de pontos de vista e informações entre as políticas comunitárias desenvolvidas pelas organizações não-governamentais com a sociedade civil (da Silva, 2017).

O Brasil é um dos precursores desta forma de democracia nas sociedades modernas. A Constituição Brasileira de 1988 contou com a participação ativa dos cidadãos, tendo consagrado institutos de participação política, incluindo a iniciativa legislativa e o referendo. A participação ativa no governo local foi valorizada, o que influenciou as gestões de serviços públicos e mesmo as escolhas de investimentos a se realizar (da Silva, 2017). O ricochete destas ações chegou a Portugal e à Europa com exemplos práticos que alteram os rumos das políticas públicas, e, inclusive, do planeamento urbano e do urbanismo contemporâneo.

Projetos de intervenção urbana, como é o caso de alguns projetos aprovados do BS, possuem natureza participativa em diversas etapas justamente para não corroborar com a distância dos governados e dos governantes. Já em 1983, Bordenave afirmava que já passara o tempo de os políticos manobram a população; esta é quem demandará coisas dos mesmos (Bordenave, 1983).

Sobre a componente participativa no BS, Loureiro (2021) considera inovadora a confiança na capacidade de as populações identificarem suas prioridades e de elas mesmas desenvolverem propostas de solução ou amenização de problemas e que promovam uma

melhor qualidade de vida e bem estar. A inovação passa pelo fato de o Programa e o Estado somente financiarem as candidaturas propostas pelas iniciativas locais, ou seja, em projetos *bottom-top*<sup>6</sup> e estar disponível para mentorias em momentos pontuais, se posicionando com uma certa distância da implementação das propostas, resultando numa parcial ou total autogestão.

Com a abordagem de autogestão, desaparece a diferença entre administradores e administrados, o que possibilita o grupo a decisão de seus próprios objetivos, meios e controles para se chegar neles sem as referências a autoridades externas. A autogestão é considerada o grau mais alto de participação (Bordenave, 1983).

A participação cidadã já se expressa no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa (CRP) (2005), que demonstra que todo o documento aprofundará o conceito de democracia participativa como um dos pilares fundamentais para o Estado português:

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

(*Constituição da República Portuguesa*, 2005, p. 1)

Ligado à importância do espaço público e da moradia na qualidade de vida de seus cidadãos, prevê-se na CRP (2005), no artigo 66º, o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado para todos os cidadãos e, inclusive o dever de o defender e lutar por ele.

Assegura-se, ainda, o direito ao ambiente incumbido ao Estado “com o envolvimento e participação dos cidadãos” uma lista de ações, como a promoção da qualidade ambiental das povoações e da vida urbana através do plano arquitetónico e de atividades e programas em colaboração com as autarquias locais (*Constituição da República Portuguesa*, 2005). Considera-se, então, que para o desenvolvimento e planeamento de ambientes e espaços mais salubres e humanos é preciso participação efetiva da sociedade civil.

No tocante à habitação, está previsto no artigo 65.º, denominado de Habitação e Urbanismo, o direito para todos de uma habitação de dimensões adequadas, higiene e conforto satisfatórios e que preserve a intimidade pessoal e familiar. Para isto, é dever do Estado “Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de

---

<sup>6</sup> Modelo de aplicação de políticas públicas que depende intimamente da interação entre governo e os atores envolvidos. Leva em primeira, e mais importante, consideração os governados e as variáveis envolvidas e traz as demandas de “baixo para cima”, removendo a política pública do topo da pirâmide e trazendo-a para seu nível de execução – para a base (Secchi, 2014).

habitação e a autoconstrução.” (*Constituição da República Portuguesa*, 2005, p. 22), podendo se ler, mais uma vez a componente participativa sendo prevista como dever do Estado.

O Bairros Saudáveis surge de modo a responder necessidades da população e ouvir dela o que é que é urgente para momento atual. O Programa age em posição privilegiada no embasamento de seus objetivos e modos de ação, uma vez que possui uma gama de referências de ações e coletivos similares tanto a nível nacional como internacional.

### **O Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) como referência de participação cidadã em políticas públicas**

O SAAL foi um programa de habitação popular e intervenção urbana possuidor de um processo revolucionário de participação da população que usufruiria dos novos conjuntos habitacionais. Apesar de ter ocorrido somente entre os anos de 1974 e 1976, O SAAL deixou forte legado na defesa pelo poder popular e pelo direito à cidade (Pereira, 2014).

Em 1974, uma em cada quatro famílias não tinha habitação digna – recorrendo a bairros de lata, ilhas, barracas e em casas superlotadas, configurando uma grande crise habitacional e social em Portugal. O SAAL veio a intervir nestes territórios vulneráveis com a criação de 100 equipes constituídas por arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, juristas, sociólogos, técnicos e estudantes de diferentes disciplinas (Soares, 2017).

Com pouco mais de dois anos de existência, o Serviço rondou os 170 projetos e envolveu mais de 40 mil famílias, com intervenções nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto. Sua curta duração ocorreu por dificuldades burocráticas, demoras nas atribuições de financiamento, conflitos entre técnicos municipais e outros problemas internos. No entanto, representou, para muitos cidadãos, a possibilidade de acesso a habitação condigna (Soares, 2017).



4. Fotograma do filme *Continuar a Viver ou Os Índios da Meia-Praia*. (da Cunha Telles, 1976)

A participação popular era considerada algo vanguardista para época, no entanto, ocorreu de forma intensa e fundamental no SAAL. No geral, os cidadãos tiveram voz ativa na definição do lugar das novas habitações e nas questões relacionadas ao programa e sistemas construtivos dos edifícios, tipologias dos apartamentos, materiais adequados desejados para pavimentos exteriores, gestão futura da comunidade e na elaboração de métodos de financiamento (Soares, 2017).

Para além de uma resposta à crise habitacional, o SAAL pode ser entendido como um exercício de formação cívica e de capacitação dos cidadãos para contribuírem para o projeto, a construção e a manutenção dos seus bairros, oferecendo a seus habitantes a oportunidade de gerir de forma organizada (e assistida por técnicos qualificados) os processos desenvolvidos pelo programa (Mota, 2021).

O SAAL foi reconhecido mundialmente por seu desenvolvimento ter sido em meio a uma crise social, social e habitacional, pela sua rapidez de ação e, principalmente, por sua componente participativa. Por se tratar de ações de arquitetura ligada a políticas públicas, acaba sendo incontornável seu posto de referência para todas as ações do mesmo tema posteriores a ele.

Considera-se radical e arrojado este empenho coletivo para transformação eficaz e rápida de milhares de pessoas que viviam, em muitos dos casos, em condições desumanas. O ato de escutar a população pobre, seus anseios, observações, necessidade e vontades transformaram a percepção de muitos arquitetos quanto a natureza social original de sua profissão (Vieira & Coutinho, 2014).

Além de seu caráter ideológico de transformação social, o SAAL influenciou o ensino de arquitetura na altura, uma vez que intensificou o debate a respeito da função e do papel social do arquiteto. Contou com a participação de docentes e discentes de arquitetura, que transformaram o Serviço em um laboratório de experimentação de novas metodologias projetuais. O programa almejou compreender e dialogar antes de se intervir, explorando uma nova forma de pensar o desenho urbano e habitacional, num processo que se pretendia claramente democrático (Bandeirinha, 2007).



5. Fotograma do filme As Operações SAAL. (J. Dias, 2007)

Auscultar as camadas sociais normalmente silenciadas era também intuito de credibilizar a disciplina da arquitetura, alargando sua capacidade de transformação social. Após um longo regime autoritário, no qual as políticas sociais foram negligenciadas, respostas como o SAAL se destacaram como verdadeiras potências geradoras de uma nova democracia mais ativa e participativa (Bandeirinha, 2007).



6. Fotograma do filme Continuar a Viver ou Os Índios da Meia-Praia. (da Cunha Telles, 1976)

### **Orçamento Participativo (OP) como mecanismo de aplicação de participação cidadã**

A constituição de um OP configura uma forma de governo assentada na democracia participativa, configurada pela participação direta de seus cidadãos nas decisões das entidades governamentais. Para isto, se apoia em processos de consulta e/ou de co-decisão para definir as prioridades de investimentos do orçamento público para um determinado território (Dias, 2008).

Países como o Brasil possuem histórico de referência na disseminação de suas experiências de participações cidadãs em políticas públicas, como já referido. Com o pioneirismo do Orçamento Participativo (OP) não foi diferente. Entre 1997 e 2000, houve uma grande massa de cidades brasileiras a apostar em estratégias de OP, fato que se espalhou para numerosas cidades latino-americanas e, posteriormente para outros continentes (Dias, 2008).

Inspirado nas diversas e fortes experiências em países da América Latina, Portugal iniciou sua dinâmica no Município de Palmela, Setúbal, no ano de 2002, e passou a promover esta nova forma de implementação de políticas públicas. Dinâmicas como assembleias de “Intercâmbio de saberes” deram origem a diversos programas e projetos que ganharam

notoriedade pela intensa participação de seus cidadãos tanto na concepção quanto na execução dos projetos (Câmara Municipal de Palmela, 2012).



7. Apresentação da maquete para proposta de melhoria do Parque Intergeracional da Urbanização Quinta dos Caracóis, em Palmela. (Câmara Municipal de Palmela, 2012)<sup>7</sup>

Em 2007, apostando na mesma intenção de reduzir a distância entre a autarquia e os seus cidadãos, Lisboa se tornou a primeira capital europeia a disponibilizar o OP para seus municípios. Esta decisão teve relevante impacto e importância nas decisões políticas lisboetas e é alvo de reconhecimento internacional, sendo marcada pela sua eficiência e caráter inovador (Câmara Municipal de Lisboa, 2022b).



8. Mercado de Alvalade Sul requalificado através de projeto OP de 2014 – com o orçamento de 150 mil euros. (Câmara Municipal de Lisboa, 2022b)

Em 2016, o governo português, consciente das boas experiências nacionais de OP's em diversos de seus municípios, lançou o Orçamento Participativo do país (OPP), com o orçamento de 3 milhões de euros. Para a segunda edição, devido à grande aderência dos cidadãos, o orçamento saltou para 5 milhões de euros e o OPP foi alargado para todas as áreas de governo (Defesa Nacional, 2022).

---

<sup>7</sup> A Câmara Municipal de Palmela aprovou o projeto e a arquiteta responsável desenvolveu um projeto arquitetônico participado com as crianças, com visitas à Escola de Palmela.

Neste processo, sessões públicas são realizadas para recolhas de propostas no primeiro trimestre do ano e o período de votação ocorre no terceiro. Após a listagem de projetos, os cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos participam através do voto em um projeto de âmbito territorial ou regional e em um projeto de âmbito nacional – o voto pode ser feito através do *website* do OPP ou por mensagem SMS (*Short Message Service*) gratuita (Soares, 2017).

### **BIP-ZIP Lisboa como importante referência para o Programa Nacional Bairros Saudáveis**

No ano de 2011, dando continuidade à importância da participação dos cidadãos em políticas públicas que o OP de Lisboa estava a proporcionar, surge o Programa BIP-ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária – Zonas de Intervenção Prioritária), na cidade de Lisboa. Se trata de um instrumento de política pública municipal que dinamiza parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos habitats das zonas abrangidas pelo diagnóstico desenvolvido previamente de mapeamento de territórios vulneráveis lisboetas.

BIP-ZIP Lisboa é, provavelmente, a maior referência do Programa Bairros Saudáveis, ambos tendo como criadora a arquiteta Helena Roseta, que será abordada mais à frente da investigação. Os dois programas dinamizam projetos pensados pelas comunidades locais, possuindo forte viés participativo e característica *bottom-top*, e intervêm em territórios vulneráveis portugueses de modo a melhorar a qualidade de vida de seus moradores. O BS, no entanto, introduziu a participação inclusive na identificação dos territórios vulneráveis – através de um questionário participativo de consulta pública, na qual os cidadãos é quem sinalizaram os territórios - enquanto no BIP-ZIP, os territórios já haviam sido previamente identificados.

O programa BIP-ZIP teve início no ano de 2010, sendo, portanto, contemporâneo da erradicação dos bairros de barracas de Lisboa. O fato serviu como pressuposto para que arquitetos e urbanistas se debruçassem sobre como estas pessoas passaram a habitar suas residências, viver os espaços públicos e se locomover pela cidade. Foi desenvolvida, então, a Carta dos BIP-ZIP, que consta com 67 bairros e zonas de intervenção prioritária onde residem mais de 150 mil pessoas - aproximadamente um terço de população de Lisboa (BIP-ZIP Lisboa, 2022).

Hoje, com mais de 10 anos de existência e êxito<sup>8</sup>, o Programa conta com o envolvimento de mais de 1.300 entidades por toda a cidade de Lisboa e, com os novos desafios provocados pela COVID-19 teve de se expandir para dar vazão às novas necessidades dos moradores de territórios vulneráveis (BIP-ZIP Lisboa, 2022).

---

<sup>8</sup> O programa BIP-ZIP foi distinguido em 2013 com o prêmio Boas Práticas de Participação Cidadã pelo Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP) (Roseta, 2022a).



9. Ação de co-decisão para princípios de intervenção nos espaços públicos da Ajuda – Projeto BIP-ZIP Incubadora Popular da Ajuda, de 2019. (Incubadora Popular da Ajuda, 2019)

O BIP-ZIP é um programa completamente urbano, que lida com as mazelas de somente uma zona – a área metropolitana de Lisboa. O Bairros Saudáveis, por sua vez, pode envolver territórios totalmente rurais e abrange todas as regiões geográficas de Portugal continental, se despontando como uma possível ampliação/expansão do programa lisboeta.

### **2.1.3 A crise pandémica do COVID-19 como motor da criação do programa Bairros Saudáveis**

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Seus primeiros casos ocorreram em dezembro de 2019, tendo como uma de suas principais características a alta taxa de transmissão, mesmo através de pessoas assintomáticas. Conforme novas variantes foram surgindo, a necessidade de quarentena e isolamento, por vezes, se fez necessária para combater a doença, considerada uma pandemia devido às suas proporções (Organização Mundial da Saúde, 2022).

A observação das implicações e da importância que o espaço pode ter durante uma crise de saúde pública foi logo um dos primeiros assuntos a ser debatido, extrapolando rapidamente os âmbitos acadêmicos. Todo o modo como nos relacionamos com a habitação, o edifício, a rua, o bairro, os espaços públicos e como nos deslocamos pela cidade teve de ser repensado e alterado prontamente.

#### **A relação ser-espaço durante o COVID-19**

O confinamento obrigatório, faseado em algumas circunstâncias, decorrente da pandemia do COVID-19 evidenciou a importância do espaço público nas cidades e, com essas restrições e distanciamentos físicos obrigatórios, as dinâmicas de utilização do espaço

mudaram e as suas apropriações foram substituídas ou alteradas. Lugares como as varandas ou os jardins passaram a ter maior valor e a ocupar mais tempo do nosso cotidiano (Ochoa & Allegri, 2021).



10. “Outdoor Space”. (Azisi, 2020)

No estudo *Public Space & Public Life during COVID 19*, de abril de 2020, Jan Gehl e equipe investigaram quatro cidades dinamarquesas (Horsens, Helsingor, Svendborg e Copenhagen) para entender como as ruas, os espaços públicos, os parques e os parques infantis passaram a ser utilizados para saciar as necessidades e vontades humanas durante o COVID-19, efetuando comparações e estudos com dados obtidos em épocas anteriores à pandemia. Foi constatado que:

- Houve uma queda significativa na atividade nos centros urbanos, especialmente em ruas comerciais;
- A cidade vem sendo usada mais para lazer e exercício do que antes;
- O uso do espaço público continuou intenso, entretanto a forma de se utilizar mudou e a movimentação de transeuntes diminuiu significativamente;
- Lugares locais que já ofereciam atividades de recreação estão ainda mais populares;
- Lugares populares dificultaram o cumprimento das regras de distanciamento social;
- A busca essencial pelas necessidades humanas ao ar livre se tornou ainda mais valiosa;
- Novas atividades e formas de vida urbana vem emergindo em diversas cidades;
- Crianças e idosos passaram a utilizar mais o espaço público;
- As experiências de diferentes grupos de usuários são significativamente diversas entre si;
- Apesar da diminuição da mobilidade urbana, o movimento de peões fora dos centros urbanos cresceu.

(Gehl, 2020)



11. Garotos jogam futebol em espaço público improvisado. (Gehl, 2020, p. 19)

Apesar da distância cultural, social e econômica do estudo apresentado com os territórios portugueses estudados nesta dissertação, é possível se perceber a transversalidade da necessidade de se repensar a cidade e seus espaços públicos, uma vez que se passou a utilizá-los de modos diferentes e, por vezes, de forma mais intensa – em períodos da pandemia mais controlada, como espaços de ressocialização.

Esta necessidade é, inclusive, maior em contextos de vulnerabilidade social e econômica. A pandemia expõe as desigualdades assentes num modelo econômico de “turistificação”<sup>9</sup> do território que contribui para a marginalização das zonas periféricas. Nestas zonas, a crise urbana, social e econômica se acentua de forma mais rápida durante a crise de saúde pública que se atravessa. A pandemia faz com que, então, o acesso à habitação condigna, o direito ao lugar, o direito ao habitat e o direito à cidade não sejam reais para os cidadãos que vivem em territórios vulneráveis (Mendes, 2021).

Os tipos de uso do espaço que mais aumentaram foram a brincadeira, o exercício físico e a recreação, sendo atividades de caráter individual e, portanto, tendendo a ser específicos, múltiplos e diversos (Gehl, 2020). Tendo isto em conta, os espaços públicos e o seu desenho ou transformação deveriam procurar ser mais neutros, flexíveis, amplos, aptos a receberem

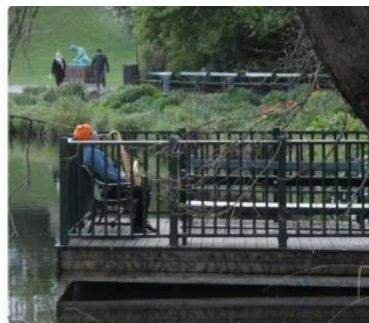
---

<sup>9</sup> Fenômeno socio-econômico-espacial que ocorre quando um território é apropriado maioritariamente pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando parcial ou totalmente a configuração das cidades em função de interesses mercadológicos (Issa, 2006).

quaisquer tipos de atividade desejada pelas pessoas (fig.12). Na realidade, este modo de se desenhar a cidade é benéfico para os cidadãos no geral e não somente em tempos pandêmicos - as melhorias feitas podem ter caráter perenes de modo a proporcionar benefícios a longo prazo para as urbes.



Bicycle Groups



People practicing their instruments



Squares turned into Skateparks



Plaza turned into Concert Hall

12. Novas oportunidades e novas formas de apropriação do espaço público. (Gehl, 2020, p. 38)

O uso de *parklets*<sup>10</sup> foi uma das estratégias para que as pessoas pudessem voltar a frequentar restaurantes ou mesmo somente estar a conversar de forma mais segura, sem aglomeração em espaços fechados – grande contributo para transmissão do vírus. Algumas cidades norte-americanas proibiam antes a implementação de *parklets*, mas decidiram apostar neles novamente para estimular as pessoas a voltarem a viver os espaços públicos e para que a economia voltasse a circular (Myrick, 2020).

---

<sup>10</sup> *Parklets* são pequenas áreas de lazer, que podem ser compostas por mesas, bancos, floreiras e lixeiras e que ocupam de 1 a 2 vagas de estacionamento nas ruas (Myrick, 2020).



13. Restaurantes em Tampa, Florida, EUA. Recém abertos, apostando no uso de *parklets* para permitir distanciamento social. (Myrick, 2020)

### **Respostas e estratégias ao combate às crises de saúde pública**

A diversidade e multifuncionalidade que os espaços públicos devem ter vem marcando o urbanismo contemporâneo, bem como os modos como o ser humano tem interagido entre si. Tornam-se cada vez mais frequentes diferentes tipos de atividade e lazer, maior diversidade de grupos, novos meios de transporte e diversas formas de usar a cidade entre os gêneros e gerações.

Quanto maior a diversidade que as cidades possam ter, maior o êxito de seus espaços públicos, melhorando, inclusive a segurança das urbes uma vez que a maior quantidade de pessoas usufruindo das oportunidades concretas que as ruas e os espaços comuns propiciam, diminui a probabilidade de crimes não assistidos (Jacobs, 1961).

Além da diversidade e da multifuncionalidade que vem sendo exigida, a flexibilidade dos espaços públicos, bem como a promoção de usos temporários como mecanismo de testar esta flexibilidade, são processos e formas de projetar o espaço público que ganharam mais força com a pandemia e a consequente necessidade de se estar nos espaços ao ar livre após épocas intensas de confinamento.

Os espaços comuns e públicos devem se adaptar ao que os cidadãos querem e quando os cidadãos querem. Em zonas que sofrem com a elevada amplitude térmica entre as estações de verão e inverno, como o continente europeu, os espaços têm de ter a capacidade de sofrer metamorfoses para saciar os desejos dos munícipes. Em dias quentes de mais de 30°C, deve-se considerar a hipótese de propiciar espaços sombreados e possibilidades de relação com o elemento água, por exemplo; e, em dias frios de temperaturas negativas, considerar o desenvolvimento de espaços ensolarados, ou mesmo abrigados e isolados das intempéries.

Um exemplo da promoção de usos temporários que ocorre desde 2014 é a praia urbana do Jardim do Torel, em Lisboa. Se trata de uma iniciativa pública com o suporte de patrocinadores para que todo mês de agosto, um lago artificial do século XVIII se torne numa piscina pública, com entrada gratuita (fig. 14). Sua envolvente são transformados numa espécie de praia, cobertos por areia e equipados com cadeiras, guarda-sóis, atrações de música e cinema ao ar livre e bar/café com esplanada (Ochoa & Allegri, 2022).



14. Praia urbana sazonal do Jardim do Torel, Lisboa. (Ochoa & Allegri, 2022)

Com a nova crise de saúde pública do COVID-19, outros tipos de doenças voltaram a ser estudados para que se possa desenvolver estratégias que auxiliem não só no combate ao novo coronavírus, como a outros problemas de saúde pública.

Com os estudos, as atenções voltaram-se fortemente para as crianças, por comporem um grupo de alta vulnerabilidade, podendo possuir a carência de alimentos ou afeto em sua primeira infância que pode acarretar em repercussões e perturbações dramáticas em seu desenvolvimento e, posterior e conseqüentemente, na sociedade (Loureiro, 2021).

A tendência para as doenças cardiopulmonares e cardíacas e o aumento do sobrepeso de modo geral e em escala global consta-se de forma mais preocupante entre as crianças, pois estas doenças contribuem para a diminuição das competências motoras e sociais dos que ainda estão em fase de crescimento e desenvolvimento (Neto, 2020).

Estes dados estão diretamente relacionados com a diminuição do tempo passado no exterior devido ao aumento das cargas horárias escolares e de atividades extracurriculares das crianças, que estão “enclausuradas”, como em cativerios, algo extremamente maléfico para a saúde das mesmas e dos adultos que se tornarão. Para evitar ou amenizar grandes problemas de saúde pública, como o sedentarismo e o estresse, num futuro não tão distante, é necessário “libertar as crianças” e dar a elas mais risco, mais autonomia e mais participação (Neto, 2020).

Cuidar das crianças projetando *playgrounds* ou espaços verdes vazios assumindo que são suficientes para um saudável desenvolvimento é erro repetido dos planejamentos urbanos. Espaços ao ar livre facilmente vigiados e multigeracionais (facilitando o supervisionamento

dos cuidadores das crianças), sem fins específicos, onde as crianças podem se movimentar, brincar, aprender, adquirir noções do mundo e praticar qualquer tipo de esporte são uma necessidade nas cidades. Reintegrar as crianças nos espaços públicos comuns, próximos às vias públicas, onde há grande quantidade de pessoas é uma das apostas a serem feitas para combater o insucesso declarado dos espaços “infantis” das cidades (Jacobs, 1961).



15. “We’re really lucky to have a garden.” (Coyle, 2020)

Concomitando a responsabilidade social do arquiteto à urgência de se repensar e redesenhar espaços públicos mais qualificados, diversas organizações europeias assinaram um manifesto a respeito do planejar cidades e espaços após a pandemia do COVID-19 e considerando suas consequências. O manifesto pede rapidez e assertividade nas medidas da *Urban Agenda* da União Europeia em momentos delicados de crise econômica e social. Medidas estas que já estão elaboradas e conhecidas e que podem e devem ser um apoio para uma economia solidária e uma oportunidade de reestabelecimento de uma economia sustentável para as pessoas que terão a condição de risco de pobreza agravadas por conta da pandemia (Cooperative City, 2020).

Em âmbitos de maior relação com o espaço, é reivindicado a garantia de acesso a espaços antes subutilizados ou inutilizados, mas possuidores de potencial para criação de práticas econômicas, repensando os mesmos para que possam ter um impacto positivo nas zonas das cidades que os envolvem. Alguns exemplos práticos de intervenção são explorados, como: a distribuição de *vouchers* para compra de alimentos mais saudáveis, ou o estabelecimento de jardins e hortas comunitárias em zonas e bairros marginalizados; o desenvolvimento de renovações de espaços ou edifícios abandonados para promoção de cultura e lazer, focando na qualidade de vida dos cidadãos (Cooperative City, 2020).

As fragilidades sociais, econômicas e ambientais foram, além de acentuadas, escancaradas pela pandemia devido as perdas de rendimentos e acesso a bens e serviços essenciais. Concomitantemente, no entanto, um espírito de entreatajuda e de solidariedade foi possível se identificar, sobretudo nas zonas que ainda mantêm a escala de vizinhança, que animou novos circuitos de produção, consumo e maior impacto na economia local e consequente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Novos modos de pensar a urbe pós-COVID vêm sublinhando a importância da dimensão de proximidade em resposta ao desejo de uma sociedade socialmente mais justa, diversa, confortável, acessível e sustentavelmente mais equilibrada (Mota, 2021).

A fragilidade das minorias sociais em nossas cidades se agrava em tempos pandêmicos. Falando dos mais idosos, dos imigrantes, dos sem-abrigo, da comunidade cigana, das mulheres, a vulnerabilidade residencial e a privação de direitos são acentuadas pelo estigma social e o fato de serem alvos fortes de práticas de preconceito, racismo, xenofobia e misoginia (Mendes, 2021).

Exemplos internacionais vêm sendo reconhecidos e premiados por seus projetos bem-sucedidos e estudos importantes a respeito de um urbanismo mais inclusivo, pensado para pessoas e com pessoas (participação cidadã ativa) com olhar especial e atento às minorias normalmente e frequentemente silenciadas, esquecidas e invisibilizadas. O coletivo espanhol Equal Saree<sup>11</sup>, por exemplo, vem projetando cidades diversas, cuidadoras e sustentáveis através de um urbanismo e de uma arquitetura feministas, resultando, em cidades inclusivas que consideram e dão respostas a necessidades e os desejos da vida cotidiana de todas as pessoas. Apostam na participação ativa dos normalmente excluídos e silenciados e visam ajudar a desconstruir desigualdades sociais, políticas, econômicas e jurídicas (Equal Saree, 2022).

---

<sup>11</sup> Os projetos do Equal Saree possuem diversidade de escala e de programas, passando por pátios de escolas, parques, praças, ruas e equipamentos esportivos. Possuem, em sua maioria, componente participativa com a comunidade local e aplicação dos conceitos e práticas de um desenho para cidades e espaços mais humanos, que visa a diversidade das pessoas e de suas condições, vontades e necessidades. No âmbito teórico, possuem uma coleção de publicações, que incluem guias, manifestos, diagnósticos, manuais e investigações que vêm ganhando espaço no debate do urbanismo atual, perceptível pelos prêmios, entrevistas e participações em livros que o coletivo possui.



16. Dinâmica com componente participativa sobre mobilidade urbana com perspectiva de gênero. (Equal Saree, 2015)

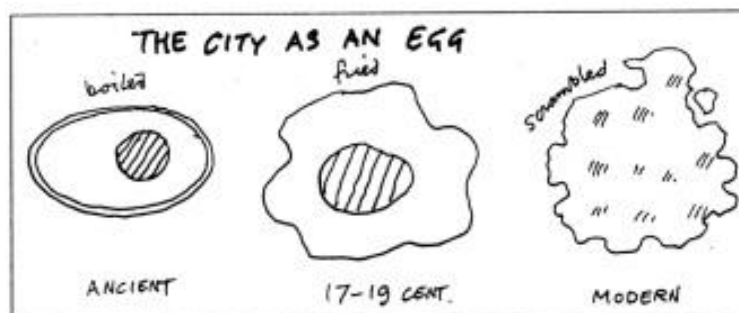
A iniciativa internacional Urban 95<sup>12</sup>, da Fundação Bernad van Leer, visa incluir a perspectiva de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores no planejamento urbano e nas estratégias de mobilidade das cidades. Considerando que “(..) é preciso uma cidade inteira para educar uma criança (...)”, o Urban 95 convida líderes, gestores públicos, arquitetos e urbanistas a pensar as cidades sob a perspectiva de uma criança que possua entre 0 e 6 anos de idade. Visando com que as futuras ações efetivas nas cidades possuam interações positivas e contato com a natureza nos espaços urbanos (Urban 95, 2022).

O crescimento impensado das cidades, num ritmo desenfreado, impede um sistema de relações coerente e harmônico entre os espaços organizados e a nova soma de espaços, causando um aglomerado em que a desordem é soberana. Com isto, enormes extensões da cidade sofrem um processo de delapidação e o que era espaço vivo pode se tornar um espaço morto, o que ainda era ordem pode se tornar desordem (Távora, 1962).

A dilaceração do espaço urbano potencializa a segregação dos setores “ricos” e dos setores “pobres”, fazendo com que as zonas periféricas tenham de ser pensadas como metáforas de cidade - ou, até mesmo, cidades-dormitórios, uma vez que são comumente mal conectados com os centros das urbes que pertencem. Considerando que os espaços públicos destes territórios isolados se tornam o principal escape de seus habitantes - uma vez que não têm fácil e rápido acesso às principais praças e parques das cidades-, o trabalho arquitetônico bem executado no espaço público em territórios isolados se mostra muito relevante para o urbanismo contemporâneo.

---

<sup>12</sup> A rede está presente em Israel, Peru, Turquia, Holanda, Jordânia, Índia e Brasil e tem o objetivo o bem estar e qualidade de vida das crianças com o enfoque em tomada de decisões com base em dados de diagnósticos, transformação dos espaços existentes em espaços públicos verdes para promoção da exploração da natureza por parte das crianças, melhoria da mobilidade urbanas nas cidades para que o caminhar ou andar de bicicleta possam ocorrer de forma segura e confortável e apoiar programas e políticas que eduquem e informem os pais e cuidadores das crianças para a importância de um desenvolvimento infantil rico e saudável (Bernard Van Lerner Foundation, 2022).



17. Diagrama "The city is an egg" de Cedric Price (sem data)

O direito à cidade é preciso ser tratado como lema operacional e como ideal político. A democratização deste direito fortalece os despossuídos, que por muito tempo têm tido o poder e a voz negados, especialmente em novos modos de urbanização que os prometia o oposto (Harvey, 2012).

Estas novas formas e novos estudos de se pensar os espaços e as cidades, bem como a forçosa necessidade de revisitarmos e até desconstruirmos fundamentos do urbanismo "tradicional" e dos desenhos dos espaços públicos são indícios de uma nova etapa de desenho de cidade mais humano, mais múltiplo e gentil, na qual as intervenções espaciais do Programa Bairros Saudáveis parecem pretender fazer parte.

#### **2.1.4 Acupuntura Urbana e Urbanismo Tático como abordagens possíveis das intervenções espaciais do BS**

Por vezes, é preciso cutucar uma área, numa ação de ignição, para que ela ajude a cidade a ser curada, melhorada, e deixá-la apta a criar reações positivas e em cadeia. (Lerner, 2005, p. 7)

Como iremos analisar, o programa BS caracterizou-se pela sua curta duração. Os seis meses estipulados, a facilidade para o envio de candidatura (processo feito totalmente *online*), o financiamento público total do valor solicitado e, o mais importante de todos, o fato de ter de ser uma resposta rápida às mazelas causadas pela pandemia, que necessitou de uma resposta assertiva, denotam o caráter emergencial das intervenções ligadas ao espaço aprovadas pelo BS.

Este caráter emergencial e as características de escala e de orçamento encontradas nas intervenções estudadas nesta investigação remetem diretamente para os conceitos de acupuntura urbana e de urbanismo tático.

O conceito de acupuntura urbana abrange ações que funcionam como as picadas da acupuntura e que fazem (se possível, instantaneamente) o organismo da cidade funcionar de uma melhor maneira, como o corpo humano reage às picadas tradicionais. São intervenções, portanto, de pequena escala e, por vezes, temporárias, que almejam grandes transformações.

Problemas como a falta de continuidade ocasionada pela existência de vazios urbanos ou espaços públicos inutilizados podem ser solucionados ou ao menos diminuídos com pequenas ações de redesenho e de repensamento do espaço em si ou de seu funcionamento e percursos (Lerner, 2005).

Subvertendo a ideia de que a cidade é um problema para a qualidade de vida do ser humano e a considerando a solução e o abrigo dos homens e mulheres, as ações de acupuntura urbana pretendem ser gestos de empatia e solidariedade para/com a cidade e seus cidadãos de modo a curá-la de problemas que possam estar a ocorrer; comparando-a com um corpo que necessita de tratamento (Lerner, 2005).

(...) As cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes de sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes de sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades de fora delas.

(Jacobs, 1961, p. 499)

Estas atitudes podem ser relacionadas a outro conceito: o da gentileza urbana; que, na arquitetura, engloba ações que adicionam ao projeto elementos que favorecem o urbanismo e o paisagismo em seu entorno – visando o melhoramento da rua, do espaço público, bairro ou mesmo cidade sem intuito ou segundas intenções de se receber algo em troca<sup>13</sup> (Lerner, 2003).



18. . Exemplo de gentileza urbana - construção de um banco em espaço envolvente de edifício habitacional. (Autor, 2022)

<sup>13</sup> Estas ações possuem variadas escalas e podem inclusive não fazer parte do aspecto físico e espacial; pode-se, por exemplo combater a poluição sonora de uma certa rua ou zona para que as pessoas sintam maior conforto ao transitar por elas.

Para Lerner (2003), a transformação de uma cidade resume-se a quatro pontos: vontade pública, visão solidária, visão estratégica e a manutenção de uma equação de corresponsabilidade. A participação da população entra como um forte quinto ponto transversal e se mostra necessária em intervenções de acupuntura urbana:

... as coisas não acontecem numa cidade se a população não entender aquilo que acontece. Se as pessoas não sabem o que se pretende, qual a consequência de uma determinada atitude, não se sentem ligadas.

(Lerner, 2003, p. 38)

As ações de acupuntura urbana se tornam indispensáveis para a vida nas urbes, aumentando a qualidade de vida de seus habitantes e o sentimento de pertença a algo maior, no qual as pessoas fizeram parte para sua consolidação e melhoria. A revitalização de locais subutilizados (fig. 19), de vazios urbanos, de edifícios culturais mal mantidos ou edifícios habitacionais inabitados são exemplos de acupuntura urbana. Ações como esta podem ser percebidas em alguns exemplos de projetos do BS estudados mais à frente na investigação.



19. Reconversão de um não-lugar, espaço por debaixo de um viaduto, em pista de skate para iniciantes, em Moscou, Rússia. (Cutieru, 2020)

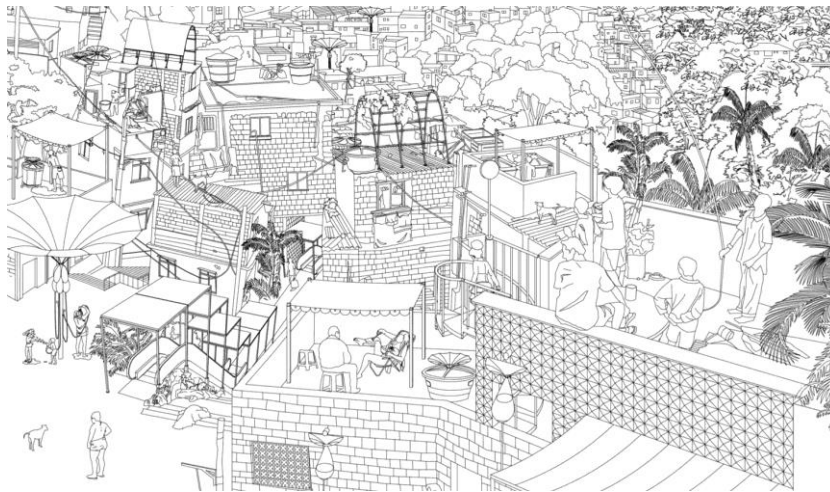
Outro importante conceito a se abordar de modo a enquadrar as propostas espaciais do BS é o urbanismo tático. Este, por sua vez, é mais conhecido mundialmente e abrange mais tipos de intervenções urbanas e de maiores escalas, de modo que a acupuntura urbana faça parte do grande leque de respostas que o urbanismo tático pode trazer.

O urbanismo tático consiste no ato de se utilizar uma tática, uma habilidade para o planejamento urbano, para que este se torne mais eficaz e rápido; tem como função catalisar ações de urbanismo tanto em tempo quanto em espaço, chegando a territórios periféricos e esquecidos, estimulando o direito à cidade. É, por vezes, considerado sinônimo de acupuntura urbana, mas costuma possuir maior escala e maior conexão com os órgãos estatais e governamentais (Brenner, 2016).

O conceito surge num contexto de maior crise de governança das cidades em rápida expansão e não se trata de um movimento unificado. Se trata de mobilizações *bottom-top* e se apoia em especialistas e em entidades públicas para consolidação e execução dos projetos (Brenner, 2016).

Críticas à lógica universalista do modernismo e a conseqüente força e demanda por uma democracia ativa ainda na década de 1950 fizeram com que o movimento do urbanismo tático ganhar força. Entretanto, é no século XXI que os debates ganham destaques nas discussões de produção e alteração das novas cidades e de, principalmente, seus espaços públicos (Moreira, 2019). O avanço da *internet* e das redes sociais são, possivelmente, o maior fator para que este tipo de ações se tornasse mais comum – hoje é consideravelmente mais fácil a convocação para reuniões de bairro, petição para abaixo assinados ou mesmo a união de cidadãos por causas diversas que os aflijam.

A reapropriação do espaço urbano pelos cidadãos é o principal objetivo deste tipo de intervenções, que ambicionam despertar a ideia de que o espaço público é de todos e para todos, tendo de ser cuidado e bem mantido por todos, subvertendo o senso comum de que o espaço público não é de ninguém e para ninguém e que, conseqüentemente, sua manutenção e zelo não é responsabilidade de nenhum cidadão e sim do – distante – poder público.



20. “The Carioca Way of City Making.” (RUA Arquitetos & MAS Urban Design, 2014)

Tanto o conceito de acupuntura urbana como o de urbanismo tático agem em micro ou pequenas escalas, podendo ser consideradas “apenas” detalhes das cidades. No entanto, a cidade é vivida nos detalhes. Cada pessoa vivencia o que está vendo, sentindo, ouvindo no momento e numa microescala. A ênfase e o cuidado nos detalhes é fundamental, afinal a cidade nada mais é do que isso: detalhes que se complementam e se sustentam mutuamente (Jacobs, 1961).

## 2.2 O Programa Nacional Bairros Saudáveis<sup>14</sup>

O Programa Bairros Saudáveis (BS) “... é um programa nacional público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis” (Bairros Saudáveis, 2022). O programa é baseado em pequenas intervenções, com o apoio de ideias apresentadas pelas associações, coletivos de moradores, ONGs, movimentos de bairro em articulação com as autarquias e demais entidades públicas. Visa dar poder e voz a comunidades residentes e pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis.

A iniciativa propõe alavancar recursos e estimular as potencialidades das comunidades a viver nas zonas mais sensíveis, onde existe mais pobreza, maior número de habitações superlotadas e/ou degradadas, mais desemprego e precariedade no emprego e mais baixa escolaridade. O Programa tem o empenho de vários setores da sociedade, do poder e governo local e com a proteção e financiamento do Estado amenizar ou até solucionar alguns dos problemas destes territórios vulneráveis (Loureiro, 2021).

O Bairros Saudáveis inverte a responsabilidade acometida ao Estado de identificar as necessidades das comunidades e dos indivíduos e de trabalhar de modo a combatê-las e a coloca na mão dos cidadãos, sendo que as suas soluções são propostas ao Estado e, em caso de aprovação, financiadas por ele. Frisa-se que não é o Estado a propor as soluções para os problemas que, por ventura, identificou; não é o Estado que, sozinho, cria as condições para melhoria da condição e da qualidade de vida de seus cidadãos, mas sim os mesmos que trabalharão para promoção de seu próprio bem estar; sem auscultar ou responsabilizar, como no tradicional sistema de políticas públicas (Urbano Antunes, 2022).

O Programa foi criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020 e possuía como duração o período de 1 de julho a dezembro de 2021. Entretanto foi confirmada sua extensão até o fim do ano de 2022, vide Resolução do Conselho de Ministros 106/2021, do mês de agosto, devido a atrasos de celebração de contrato com os beneficiários finais do Programa. Teve seu Regulamento homologado por despacho ministerial conjunto e entrou em vigor em 16 de outubro de 2020 (Bairros Saudáveis, 2022).

---

<sup>14</sup> Nos momentos iniciais, a utilização do termo “bairro” no nome do programa causou discussão, porque em muitas zonas de Portugal, sobretudo na região Norte, o termo é comumente associado a “bairro social”, que carrega estigmas e preconceitos conhecidos e antigos. No entanto, decidiu-se permanecer com o termo e incluir no termo “bairro” territórios informais, como ruas, ilhas, aldeias ou mesmo freguesias inteiras (Roseta, 2022b).

### 2.2.1 Processo de criação do Programa

Como já referido, a pandemia do COVID-19 é o pano de fundo inicial para a criação do programa. Já com seu nome, o BS anuncia que luta e age para promover modos de vida saudáveis e ajudar os territórios a possuírem melhores níveis de saúde pública e de qualidade de vida.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2020 cita a importância das condições em que as pessoas nascem e vivem para seu desenvolvimento integral. Mesmo com o fato de que as especulações sobre as consequências sanitárias, sociais e econômicas da, então recente, doença do COVID-19, ainda fossem um tanto quanto inexatas, já se sabia que era preciso e oportuno agir o quanto antes para que ao menos se abrandasse suas mazelas. Sentiu-se a importância, então, de “(...) realçar a necessidade de promover a resiliência sanitária e a melhoria da coesão social, do habitat, das condições ambientais e da qualidade de vida das comunidades locais” (“Bairros Saudáveis”, 2022).

Na mesma Resolução, designou-se como coordenadora a arquiteta Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, também criadora do Programa, a quem compete, juntamente com a equipa que constitui e em articulação com as entidades responsáveis a implementação e dinamização do programa, não sendo estas atividades em causa remuneradas.

(...) sei de casos de um bairro que as casas são precárias e não têm ligação ao esgoto. Ouça: numa altura destas as pessoas terem esgoto a céu aberto ou fossas que não estão ligadas a nada e estão malfeitas é mau. E isso pode se resolver!

(Roseta, 2020)

Helena Roseta<sup>15</sup> é arquiteta pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e possui forte nome na política nacional e europeia, uma vez que foi deputada constituinte, parlamentar (por Lisboa, Setúbal, pelo Porto e Coimbra), vereadora em Lisboa, Presidente da Câmara de Cascais, deputada à Assembleia da República, Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e Presidente da Comissão Parlamentar de Integração Europeia.

---

<sup>15</sup> Helena Roseta é a primeira mulher a receber a distinção para homenagem no Dia Nacional do Arquiteto, celebrada todo 3 de julho desde 2010 (Espaço de Arquitetura, 2022). Arelada à sua causa política, o percurso de Roseta é marcado por embates relacionados à arquitetura e ao urbanismo. Roseta foi Secretária Geral do Sindicato Nacional dos Arquitetos, dirigiu o primeiro Programa Local de Habitação do país, teve responsabilidade no lançamento do Programa BIP-ZIP Lisboa, criou o movimento Cidadãos por Lisboa, conseguiu a aprovação da primeira Lei de Bases da Habitação em Portugal, foi Presidente da Ordem dos Arquitectos, fundou a Plataforma Artigo 65 – Habitação para tod@s, atuou em trabalhos de planeamento e investigação ligados à habitação, reabilitação urbana e planeamento urbanístico. Complementarmente, Helena Roseta lecionou na Universidade Lusófona, é investigadora colaboradora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e é Membro Honorário da Ordem dos Arquitectos (Roseta, 2022a).



21. Helena Roseta (à direita) em luta pelo direito à habitação, com os moradores de Chelas, em 2007. (Roseta, 2022a)

Num país onde ainda “(...) há muitas pessoas – e tem se percebido isto agora com a COVID – que têm condições de habitabilidade e nos próprios bairros muito precárias (...)” (Roseta, 2020), o surgimento de um programa desta magnitude para ajudar a atravessar uma pandemia com menos consequências sociais era quase previsível. Junto a um “(...) grupo seletivo de amigos arquitetos e médicos (...)”, Roseta propôs ao governo a criação do Programa Bairros Saudáveis (Roseta, 2022a).

### **2.2.2 Objetivos do Programa**

O Programa BS financia projetos que passaram por procedimento concursal e foram elaborados por parcerias locais com propostas de intervenção e melhorias para seus respectivos territórios, com a dotação de 10 milhões de euros. As suas ambições são maiores do que pontuais financiamentos de ideias: o BS visa “Promover iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação das comunidades locais, dando apoio material e institucional à auto-organização da população e à sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em saúde (...)” (Bairros Saudáveis, 2022).

Percebe-se assim o intuito de tornar possível intervenções factíveis e eficazes que sejam capazes de criar sentimentos de resiliência nas comunidades a se intervir e que melhorem a qualidade de vida de seus habitantes através de pequenas transformações do capital social e humano, da cidadania ativa e do trabalho em rede (Bairros Saudáveis, 2022).

Como objetivos específicos, o Programa almeja construção e requalificação de espaços públicos e/ou comuns, tornando-os mais seguros, inclusivos e saudáveis – valorizando o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental através do desenho e gestão participada (Bairros Saudáveis, 2022).

O Programa assume uma vertente de co-decisão, privilegiando ações *bottom-up*. A respeito destes conceitos, Roseta (2020) relata:

(...) sei que, às vezes, com pouco dinheiro se faz aquela melhoria que pode fazer a diferença e é isso que o Programa pretende fazer. (...) É um programa muito participativo, portanto vamos convidar os bairros a apresentarem propostas. (...) As pessoas é que vão discutir lá nos bairros o que é que é mais importante; não somos nós que vamos dizer: Façam isso, façam aquilo!



22. Charge ilustrativa de definição à democracia participativa. (Bordenave, 1983, p. 35)

É notável o desejo de que alguns outros resultados transversais aconteçam ocorram orgânica e paulatinamente, tais quais a eliminação de barreiras e fatores de discriminação que tanto contribuem para imagens negativas que os bairros periféricos costumam ter e o combate de informações falsas e estigmatizantes. Lerner (2005, p. 65) aponta a identidade social urbana como um componente importante de qualidade de vida. Considera ainda que “... conhecer a cidade é respeitá-la e fazer parte dela.”

Valera e Pol (1994), também estudiosos da identidade social urbana, a definem como o estudo da sensação de pertença a uma categoria urbana (seja ela uma área, um bairro, um conjunto habitacional ou mesmo uma cidade. Esta sensação determina comportamentos, valores e emoções comuns ao grupo que os partilha e que vêm a ser fruto da relação entre eles. Mourão e Bomfim (2011) apontam para a complexidade do conceito, que abrange as dimensões: territorial, psicossocial, temporal, de conduta, social e ideológica.

Uma imagem ambiental coesamente desenvolvida com a identidade dos utilizadores e, consequentemente, agradável e confortável oferece um importante sentimento de segurança emocional. Com isto, é possível estabelecer uma relação harmoniosa com o território a sua volta, através da clareza do espaço vinda da sua familiarização com o mesmo (Lynch, 1960).

A identificação e valorização da identidade social urbana dos moradores dos territórios vulneráveis portugueses pode ser considerada um dos objetivos do BS, uma vez que dentre outros elementos que configuram a identidade social urbana de uma pessoa, o entorno físico onde ela se localiza, constituindo-se como um marco de referência categorial é um dos mais importantes e, portanto, melhorá-lo ou mudá-lo pode ser de extrema importância e causar duradouros resultados.

### **Sintonização com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

O Programa BS sintoniza-se com os objetivos do Programa aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, no contexto da Organização das Nações Unidas<sup>16</sup>. Como exemplo, o Objetivo 11, “Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” toca diretamente em ações que a arquitetura e urbanismo possam se apropriar e executá-las de modo a catalisar as metas da ONU<sup>17</sup>.

A conexão entre o Bairros Saudáveis e os ODS poderá fazer com que o Programa ganhe maior notoriedade a nível internacional por estar fazendo parte de metas mundiais de uma das maiores organizações do mundo. Também a incidência no papel social do arquiteto e do urbanista se sintonizam com a contemporaneidade, principalmente em tempos de crise saúde pública, na qual o espaço público, os equipamentos coletivos e a habitação estão a ser questionados, repensados e estimulados a serem mais (e de melhor forma) utilizados e apropriados.

### **2.2.3 Coordenação do Programa**

Devido a seu pioneirismo, o Programa foi criado sem nenhuma referência direta para coordenação. O fato de poder elaborar a estrutura de organização do início acabou por ser uma vantagem: a estrutura é diferente do que se está habituado nos programas públicos, sem hierarquia e alta multidisciplinaridade dos atores envolvidos. A transparência das atuações de todos os envolvidos sempre foi uma das principais ambições, sendo assim, todas as reuniões e

---

<sup>16</sup> Estes mobilizam esforços coletivos globais a respeito de um conjunto de objetivos e metas comuns e estão a ser adotados por quase todos os países do mundo. No total, são 17 ODS que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e das gerações futuras (Organização das Nações Unidas, 2022).

<sup>17</sup> Objetivos relacionados à arquitetura: garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata; aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países; proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência; aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres (Organização das Nações Unidas, 2022).

decisões da equipe de coordenação estão disponíveis no *website* oficial do programa (Roseta, 2022b).

No âmbito do Programa, Helena Roseta, propôs uma Equipa de Coordenação Nacional (ECN), que foi aprovada pela Entidade Responsável em 23 de julho de 2020, a qual ficou responsável por apresentar propostas à Entidade Responsável, funcionando como um órgão colegial gerido pela coordenadora nacional. A ECN articula-se também com as cinco equipas de coordenação regional existentes através de um membro da coordenação nacional, que é considerado um elo de ligação entre as equipas (Bairros Saudáveis, 2022).

Cabe à ECN promover todas as diligências necessárias à implementação do Programa, apoiar as organizações e entidades que manifestem interesse em se candidatar ao BS e recolher e disponibilizar toda informação relevante a respeito do programa. A ECN é formada por:

- Helena Roseta - Arquiteta, investigadora colaboradora no CICS.NOVA da Universidade Nova de Lisboa, autora do programa BIP-ZIP de Lisboa;
- Aitor Varea Oro (elo com a equipa regional do Norte) – Arquiteto, investigador no MDT-CEAU-FAUP da Universidade do Porto, coordenador do Programa Habitar Porto;
- Hugo Esteves (elo com a equipa regional de Lisboa e Vale do Tejo) – Médico de Saúde Pública na Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde Odivelas-Loures e docente do Instituto de Medicina Preventiva e Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;
- Isabel Loureiro (elo com a equipa regional de Lisboa e Vale do Tejo) – Professora catedrática de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa - Escola Nacional de Saúde Pública e vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde;
- Mário Jorge Santos (elo com a equipa regional do Alentejo e Algarve) – Médico de Saúde Pública, Coordenador do Internato Médico de Saúde Pública e Região do Alentejo;
- Susana Tavares – Doutora em Psicologia social e das organizações, professora associada do ISCTE-IUL;
- Tiago Mota Saraiva – Arquiteto, docente na FAUL da Universidade de Lisboa, fundador do ateliermob e das cooperativas Largo Residências e Trabalhar com os 99%.

(Bairros Saudáveis, 2022)

Torna-se visível a multidisciplinaridade da equipa, entre arquitetos, professoras de saúde pública, médico e psicólogas. Num programa nacional que recebeu 774 candidaturas e teve 246 projetos aprovados em todas as 5 regiões foi preciso uma seleção de pessoas com bagagem académica e prática, além de extensas redes de contato e habilidade de logística.

## **2.2.4 Financiamento do Programa**

Por possuir valores máximos definidos, o financiamento pode ser complementado pelas entidades promotoras e parcerias através de outros apoios e recursos, sendo que estes devem ser devidamente justificados e jamais ocorrer o duplo financiamento da mesma

atividade (Bairros Saudáveis, 2022). Esta opção fez, inclusive, com que ideias com locais e projetos já desenvolvidos antes engavetados pudessem ser revisitadas e, então, implementadas com um financiamento antes inexistente<sup>18</sup>.

As parcerias locais decidem em qual das três tipologias de candidatura seus projetos se encaixam e estas tipologias ditam, por sua vez, o financiamento máximo que o projeto, se aprovado pode receber. As três tipologias de candidatura são:

- Ações ou intervenções pontuais, com o financiamento máximo de 5 mil euros;
- Serviços à comunidade, com o financiamento máximo de 25 mil euros;
- Pequenos investimentos e ações integradas, com o financiamento máximo de 50 mil euros.

(Bairros Saudáveis, 2022)

O valor solicitado pôde ser qualquer entre 0 e 50 mil euros. Em caso de o projeto ser aprovado, recebe-se o valor integral solicitado, até se esgotar a dotação total do Programa. A lista final de pontuação dita todas as candidaturas admitidas e pontuadas pelo júri. Através de protocolos de financiamento, este é contratualizado entre as entidades promotoras de cada projeto, que estabelecem suas condições e o faseamento do financiamento, sendo que a última tranche só é transferida após a conclusão física do projeto (Bairros Saudáveis, 2022).

As origens do financiamento, os 10 milhões de euros dotados para o BS são provenientes das seguintes fontes:

- 7 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Componente 3 - Respostas Sociais, Investimento RE-CO3-i06.01 – “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – subinvestimento Programa Bairros Saudáveis”
- 2,1 milhões de euros do Fundo Ambiental, Ministério do Ambiente e Ação Climática
- 0,9 milhão de euros do Ministério da Saúde

(Bairros Saudáveis, 2022)

Roseta (2022b) releva que a ECN teve grande dificuldade para celebrar os contratos com todas as entidades promotoras das propostas aceitas, causando uma lacuna de cinco meses entre a homologação da lista final de classificação (maio de 2021) até o pagamento da primeira tranche do financiamento (outubro de 2021). Estas dificuldades orçamentais, processuais e técnicas influenciaram o andamento do Programa e a consequente aplicação dos projetos aprovados.

---

<sup>18</sup> Como foi o caso do Pátio dos 80, referido em nota prévia do capítulo 1.

### **2.2.5 Eixos de intervenção do Programa**

O programa BS define cinco eixos de intervenção: Saúde, Social, Económico, Ambiental e Urbanístico. No entanto, as parcerias locais têm a possibilidade de, devidamente justificadas, propor intervenções de outras naturezas<sup>19</sup> (Bairros Saudáveis, 2022).

No eixo da Saúde, se encaixam atividades e medidas relacionadas à promoção da saúde, prevenção de doenças, divulgação de campanhas da Direção-Geral da Saúde (DGS), apoio e adaptação a contextos específicos e à promoção de estilos de vida saudáveis. O eixo Social demonstra-se como o mais amplo e atua, por exemplo, com intervenções de coesão social, promoção da cidadania, iniciativas com vista à qualidade e segurança alimentar, intervenções culturais, desportivas ou comunitárias, criação de redes solidárias, ações de apoio ao processo educativo, combate ao abandono escolar, auxílio aos cidadãos estrangeiros em ações burocráticas e legais, atividades com crianças com necessidades educativas especiais e com o combate às formas de violência, e à exclusão social.

No eixo Económico, encontram-se medidas como a capacitação e criação de emprego local, ações de formação profissional, recuperação de ofícios antigos ou criação de novos e apoio e alavancagem de novas formas de cooperativismo (Bairros Saudáveis, 2022).

O eixo Ambiental integra atividades de: qualificação do espaço público/comum; intervenções para melhoria de condições de ventilação e conforto térmico ou acústico de edifícios habitacionais ou comunitários; melhoria de acesso seguro a redes de água, saneamento, eletricidade e gás; garantia de instalações e procedimentos de cuidados de higiene; melhoria da limpeza urbana; ações de educação ambiental; incentivo à mobilidade suave ou à economia circular; e apoio à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência (Bairros Saudáveis, 2022).

No eixo Urbanístico, é possível se encontrar as medidas que ambicionam: a melhoria das condições de habitabilidade; intervir no tecido edificado, como remoção de materiais contaminantes ou escoamento de gases tóxicos; apoio à regularização de questões urbanísticas; instalação ou melhoria de equipamentos desportivos, culturais ou comunitários; a melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada; e intervir diretamente em habitações não permanentes que alojem trabalhadores sem vínculo laboral ou com contratos precários (Bairros Saudáveis, 2022).

Um fato interessante é que as entidades puderam selecionar mais de um eixo para categorizar as suas propostas. Esta possibilidade vai de encontro a uma das maiores intenções do programa e de ações acupunturais: de que uma única ação, com orçamento reduzido, seja capaz de desencadear grandes e diversificadas melhorias, em distintos âmbitos, para muitos

---

<sup>19</sup> Nota-se a intenção de estar dispostos a ouvir os cidadãos e suas diversas necessidades.

cidadãos e, ainda, causar efeitos de ricochete e estimular outras futuras ações para novas melhorias no próprio território ou em zonas próximas.

### **2.2.6 Avaliação e aprovação de projetos**

A composição do júri do Bairros Saudáveis foi homologada por despacho ministerial conjunto de 15 de outubro de 2020 e é formada pelos seguintes membros:

- João Ferrão (presidente do júri) - Geógrafo e investigador doutorado e foi Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades;
- António Cardoso Ferreira - Médico de saúde pública com uma carreira de projetos comunitários e medalha de ouro do Ministério da Saúde;
- Manuela Calheiros - Doutora em Psicologia Social Comunitária, com amplo trabalho de investigação nacional e internacional;
- Maria José Casa-Nova - Doutora em Antropologia Social, atual professora na Universidade do Minho e conselheira do Alto Comissariado para as Migrações;
- Nelson Dias - Consultor das Nações Unidas e do Banco Mundial para os orçamentos participativos;
- Ana Drago (membro suplente) - Socióloga, doutorada em Estudos Urbanos, que foi deputada à Assembleia da República;
- João Afonso (membro suplente) - Arquiteto, que foi presidente da Associação Académica de Lisboa, secretário geral da Ordem dos Arquitectos e vereador dos direitos sociais na capital.

(Bairros Saudáveis, 2022)

A pontuação dos projetos, que os ranqueou de modo a selecionar os que foram financiados, tem número máximo de 100 pontos, contabilizados tendo em conta seis critérios:

- Critério 1: estuda a pertinência da proposta e de seus resultados esperados consoante aos objetivos gerais e específicos do Programa – com uma pontuação de 0 a 25;
- Critério 2: analisa a componente participativa na construção da candidatura e no desenvolvimento do projeto, se aprovado – com uma pontuação de 0 a 25;
- Critério 3: diz sobre a qualidade da candidatura em termos de coerência, consistência e exequibilidade do projeto – com uma pontuação de 0 a 25;
- Critério 4: analisa a originalidade e o potencial inovador da proposta – com uma pontuação de 0 a 10;
- Critério 5: busca o potencial de continuidade, no sentido de propulsão de novas iniciativas futuras, e de sustentabilidade – com uma pontuação de 0 a 10;
- Critério 6: é ligado ao envolvimento dos serviços e/ou autoridades de saúde locais – com uma pontuação de 0 a 5 pontos.

(Bairros Saudáveis, 2022)

Como critério de desempate, o júri prioriza a maior diversidade de territórios e regiões nacionais a serem afetadas pelo Programa.

### 2.2.7 As Candidaturas do Programa<sup>20</sup>

Em sua primeira edição, o Programa abrange apenas o território continental português e possui um método de condição para que o território, bairro ou zona possa se candidatar. É necessário que se verifiquem pelo menos três das sete seguintes condições (que são desenvolvidas e definidas no Regulamento do Programa):

- Condições de habitabilidade deficientes ou precárias
- Número significativo de moradores com rendimentos baixos ou muito baixos
- Número significativo de pessoas de risco em caso de COVID-19
- Número significativo de pessoas com constrangimentos de acesso a cuidados de saúde
- Taxa de cobertura vacinal do Programa Nacional de Vacinação, atualizado para a idade, inferior a 95 %
- Número significativo de crianças e jovens em idade escolar a não frequentar a escola ou com elevada percentagem de insucesso
- Número significativo de pessoas em situação de exclusão social, isolamento ou abandono

(Bairros Saudáveis, 2022)

As ideias iniciais dos projetos devem partir de moradores dos territórios vulneráveis em questão, numa abordagem *bottom-top*, e devem ser formalizadas e apresentadas por parcerias locais, que integram uma ou mais entidades promotoras e uma ou mais entidades parceiras. As promotoras se responsabilizam pela candidatura e, no caso de aprovação, pela gestão e execução do projeto; as parceiras, por sua vez, associam-se à parceria para desenvolver o projeto e podem receber apoio financeiro da mesma (Bairros Saudáveis, 2022).

Um promotor pode ser de diversos âmbitos: associações, organizações de moradores, coletividades, organizações não governamentais, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cooperativas e fundações. As entidades parceiras podem ser, além das referidas como possibilidades de promotores, organizações de moradores sem personalidade jurídica e organizações não lucrativas de natureza informal, tais como movimentos cívicos, redes da sociedade civil, grupos de cidadãos ou voluntários individuais (Bairros Saudáveis, 2022).

O processo concursal é realizado *on-line*, fato impulsionado pelas limitações da pandemia do COVID-19, e é constituído de formulário próprio acedido através do sítio eletrónico oficial do BS, implicando um registo prévio. As candidaturas podem receber apoios de mentores tanto para sua elaboração e numa eventual aprovação na construção do projeto (Bairros Saudáveis, 2022).

No total, 774 candidaturas foram enviadas, provenientes de 596 freguesias de Portugal continental, correspondente a 20% das totais. Além de o número total de candidaturas já ter

---

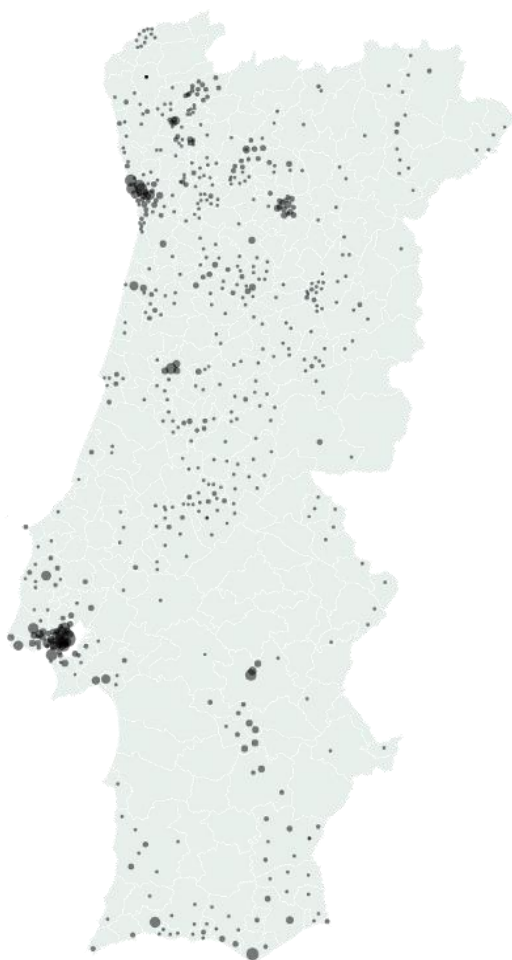
<sup>20</sup> Para dissertar sobre as candidaturas do BS, é necessário abordar para quem o Programa foi criado. É curioso perceber que a página que trata das candidaturas no *website* oficial do BS é nomeada de “A quem se dirige”, incitando mais uma vez a função de estar a serviço da população.

sido considerado uma positiva surpresa, o financiamento total requisitado por todas elas foi de 30,4 milhões de euros, aproximadamente o triplo da dotação disponível.

Os números de candidatura e financiamento requisitado denotam o sucesso do Programa. Para Isabel Loureiro (2021), médica de Saúde Pública pertencente à ECN, o êxito do BS tem relação direta com a pandemia do COVID-19, uma vez que a doença “acontece com maior incidência em zonas geográficas mais vulneráveis, onde também existe doenças como a tuberculose e obesidade, e onde existem habitações mais degradadas e desemprego”. No entendimento do programa, a saúde não é apenas a ausência de doença, como também o bem-estar, a coesão territorial e o melhoramento da qualidade de vida da população.

### **Mapeamento das candidaturas**

O mapa a seguir permite aferir a localização das candidaturas submetidas.



23. Mapeamento das 774 candidaturas submetidas. (Bairros Saudáveis, 2022)

Região de Lisboa e Vale do Tejo – 285 candidaturas  
Região Norte – 217 candidaturas  
Região Centro – 152 candidaturas  
Região do Alentejo – 63 candidaturas  
Região do Algarve – 57 candidaturas

(Bairros Saudáveis, 2022)

Apesar de a análise da distribuição geográfica do Programa não ser o enfoque desta dissertação, supõe-se alguns fatores para a discrepância numérica de candidaturas enviadas pelas as regiões do país.

Desde logo, de forma fatural, deve-se mencionar o número de habitantes por região: a região de Lisboa e Vale do Tejo soma mais de 2 milhões e 800 mil indivíduos, a região Norte, mais de 3 milhões e 500 mil; a região Centro, mais de 2 milhões e 200 mil; a do Alentejo, cerca de 700 mil habitantes e a do Algarve, cerca de 470 mil (Instituto Nacional de Estatística, 2021). Sendo assim, era esperado em questão proporcional as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e a região Norte possuíssem o maior número de candidaturas.

O relatório da consulta pública<sup>21</sup> realizado pelo BS, redigido por Helena Roseta e Aitor Varea Oro (2020), com o objetivo de diagnosticar os territórios vulneráveis portugueses, apontou um total de 614 territórios vulneráveis portugueses, dos quais:

Região de Lisboa e Vale do Tejo – 247 territórios vulneráveis  
Região Norte – 139 territórios vulneráveis  
Região Centro – 122 territórios vulneráveis  
Região do Alentejo – 79 territórios vulneráveis  
Região do Algarve – 27 territórios vulneráveis

(Roseta & Varea Oro, 2020, p. 17)

O relatório é também uma ferramenta para se compreender e assimilar as diferenças entre os números de candidaturas de cada região<sup>22</sup>. Esta aparente discrepância de territórios vulneráveis por região justifica-se por duas razões: o peso demográfico destas áreas e o (re)conhecimento a nível nacional da marginalização de alguns territórios destas regiões devido a existência de zonas metropolitanas e a consequente crise socio-habitacional das mesmas<sup>23</sup>. Permite ainda aferir uma relação de candidaturas por território vulnerável, chegando aos seguintes inesperados (e similares entre si) números:

Região de Lisboa e Vale do Tejo – 1,15 candidatura para cada território vulnerável  
Região Norte – 1,56 candidatura para cada território vulnerável  
Região Centro – 1,25 candidatura para cada território vulnerável  
Região do Alentejo – 0,80 candidatura para cada território vulnerável  
Região do Algarve – 2,11 candidaturas para cada território vulnerável  
**Média nacional – 1,37 candidatura para cada território vulnerável**

---

<sup>21</sup> A identificação dos territórios potencialmente elegíveis ao programa ocorreu através de um questionário participativo de consulta pública, na qual os cidadãos é quem os sinalizaram. O confronto da sinalização destes territórios com a georreferenciação deles possibilitou a monitorização, em tempo real, a percepção de quais zonas os cidadãos estavam participando de forma mais ativa e cientes do BS (Roseta & Varea Oro, 2020).

<sup>22</sup> Este estudo é refletido em algumas estratégias do BS que contribuem para mitigar a invisibilidade que alguns territórios do país sofrem. O fator de desempate da pontuação é a localização geográfica do território, por exemplo – visando atingir uma maior diversidade de regiões.

<sup>23</sup> As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto possuem maiores indicadores de vulnerabilidade habitacional e socioeconômica tendo como consequência direta bairros ou territórios que carecem de intervenção com maior urgência.

Esta consulta pública passou a ter maior valor devido ao confronto de dados obtidos pela população com a classificação de territórios nos Planos de Ação para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) e com interessantes sobreposições em tecidos habitacionais na Carta de Ocupação do Solo (COS); com isso, o BS pretende disponibilizar uma cartografia das zonas mais vulneráveis do país para a Direção Geral do Território (DGT).

Saibamos nós acolher a energia social das comunidades organizadas e aprender com elas como se pode dar aos dinheiros públicos o seu melhor uso para melhorar as condições e quadros de vida de quem mais precisa.

(Roseta & Varea Oro, 2020)

### **2.2.8 Análise do andamento do Bairros Saudáveis**

Uma curiosa parte de se estudar um programa que se encontra em andamento é a possibilidade de analisar percepções, por vezes de atores privilegiados, a respeito dele e com um teor vivo, “quente” e atual, uma vez que está a se debruçar em fatos que ainda ocorrem, ou que ocorreram num passado recente.

Após a aprovação das candidaturas, verificou-se a necessidade da realização de eventos e encontros com o objetivo de garantir uma monitorização dos projetos aprovados e de amparar e acompanhar os processos em curso. Foi o caso do encontro participado pelos projetos em implantação no distrito de Aveiro no âmbito do Programa, que ocorreu em 15 de dezembro de 2021 (Varea Oro, Mamede, Silva, & Robalo, 2022).

Representantes de treze projetos do distrito de Aveiro se reuniram, de forma online, com Helena Roseta, Isabel Loureiro e Aitor Varea Oro e partilharam dificuldades, experiências e ideias para soluções de problemas que já haviam ocorrido ou que pudessem aparecer. Este encontro deu fruto uma grelha de leitura sobre os desenvolvimentos dos projetos BS que foi futuramente disponibilizada para os participantes do Programa de modo a auxiliar as equipes e entidades envolvidas a tomarem decisões mais assertivas em seus projetos (Varea Oro et al., 2022).

O encontro se tratou, ele próprio, de um processo *bottom-top*, uma vez que a iniciativa foi lançada por uma entidade promotora de um projeto. Outro fato de interesse é que, com o encontro, foi criada uma ponte de diálogo entre as entidades promotoras e a ECN, o que foi considerado extremamente positivo pois, por mais que houvesse o intuito de autogestão pelas equipes e entidades com seus projetos, os coordenadores se mostravam disponíveis para auxílios e mentorias que fossem possíveis (Varea Oro et al., 2022).



24. Grelha de problemas e desafios enunciados pelas entidades promotoras no encontro. (“Jornal dos Bairros Saudáveis”, 2022a)

O Jornal dos Bairros Saudáveis (JBS)<sup>24</sup> é a plataforma oficial de comunicação do Programa. Foi lançado a 07 de junho de 2021 e é feito por todos que fazem parte do BS – mostrando mais uma vez a forte componente participativa - e possui como diretor Tiago Mota Saraiva (membro da ECN do Programa) e como editores Nuno Ramos de Almeida (editor executivo) e Catarina Gouveia Homem.

O Jornal se abre para esse tipo de crítica simultânea aos acontecimentos do programa, que inclui avaliações e análises das entidades participantes e possibilita, então, uma secção designada de “Opinião” que mereceu atenção para este momento da investigação. Na secção Opinião, Paula Urbano Antunes frisa que:

Estamos perante um magnífico exemplo de colaboração. Sete Ministérios ouviram o grito de alerta de uma pandemia que, no seu auge, demonstrou ser muito difícil fazer com que os portugueses recolhessem às suas casas. Talvez porque estas, em muitos casos, apresentam condições de habitabilidade deficientes ou precárias, nomeadamente mau estado das habitações por deficiente construção ou por falta de manutenção, exiguidade do espaço habitável, desadequação dos espaços comuns ou deficientes condições de acesso à energia.

(Urbano Antunes, 2022)

Estes diversos problemas existentes nos territórios vulneráveis portugueses, mesmo que facilmente perceptíveis e nem de não tão complicada resolução, possuem um custo para

<sup>24</sup> Por ser a componente informativa oficial, promoveu sessões para que as próprias entidades e parcerias fossem capazes de comunicar os trabalhos que têm sido feitos. Passou a servir como uma rede de apoio que mostra o efeito global do Programa e para que as experiências vividas fossem compartilhadas de forma organizada e profissional para que pudessem ser acedidas e utilizadas como referências tanto para quem está inserido no Programa quanto para pessoas de fora (Bairros Saudáveis, 2021).

serem solucionados. Por se falar, maioritariamente de uma população com rendimento baixo, muito baixo ou mesmo inexistente por situação de desemprego, os problemas não são solucionados e, na realidade, com o passar do tempo se acumulam e agravam.

O BS aparece para sanar alguns dos problemas mais urgentes existentes em algumas zonas do país. Susana Mourão (2021) vai além e espera que o Programa “(...) seja um ponto de partida para a estruturação de novas formas de cogovernança e de políticas públicas territorializadas.”

Seguindo o pensamento sobre a importância que o BS pode ter para o país e até sobre a possibilidade de que ele possa servir como referência e ser somente o primeiro de diversos similares, Mota (2021) afirma que as expectativas pelos resultados do Programa são inevitavelmente altas face aos seus ambiciosos objetivos, à experiência e qualidade da equipe coordenadora e às metodologias propostas pelos proponentes. Considera ainda que o Programa possui todos os quesitos para se afirmar como um laboratório de experimentação de novas formas de construir cidades e comunidades e que BS “Surge num momento crucial de impulso de novas políticas públicas urbanas a nível europeu, acontece em resultado de experiências participativas bem-sucedidas e ocorre em resposta a uma enorme mobilização cívica e institucional”, entretanto aponta alguns fatores necessários para que o Programa realmente tenha êxito:

... é fundamental garantir o envolvimento das equipas políticas e técnicas municipais nestes processos para os valorizarem como laboratórios de construção de novas políticas públicas urbanas. Acontece que neste programa os municípios não estão numa posição de liderança, em alguns casos surgem enquanto entidade parceira e noutros não se envolveram. Esta circunstância pode levá-los a distanciarem-se ou a não se comprometerem com os resultados.

(Mota, 2021)

Estes possíveis e até prováveis problemas podem ser originalmente causados pelo fato de os territórios a serem intervencionados serem zonas e bairros sensíveis, que carecem de meios financeiros e humanos e que concentram vários problemas que podem dificultar, inclusive, a aceitação de implementação de algumas propostas. É necessário delicadeza e cuidado com as circunstâncias e sensibilidades das zonas de atuação e envolver a população para que a oportunidade de se experimentar ações nelas resulte (Mota, 2021).

A natureza participativa é saudada e aplaudida por todos. No entanto, esse aplauso e ímpeto de tornar as políticas públicas efetivamente participadas se apequenam quando se tratam de envolver minorias desfavorecidas de outras cores e origens (R. Arnstein, 1969). Por vezes, ações de inclusão de cidadãos nos processos públicos podem, inclusive, se tornarem o oposto disso e contribuir para a segregação da classe política poderosa e o resto de sua sociedade e, simplesmente, manterem o *status quo* (Fig. 25).



25. Cartaz de estudante francês. Em português: “Eu participo, tu participas, ele participa, nós participamos, vocês participam... Eles lucram.” (R. Arnstein, 1969, p. 216)

Quando não efetivamente planejadas e, principalmente, executadas, estas intervenções supostamente participativas se podem tornar processos vazios e frustrantes para as camadas mais vulneráveis da população, que se podem sentir iludidas numa utopia de democracia ativa, sendo que na aplicação do processo pensado em conjunto com o Estado, ocorre o distanciamento novamente e somente a parte poderosa se beneficia, ou se aproveita muito mais dos resultados que a camada menos favorecida (R. Arnstein, 1969).

Outro fator a se atentar é o fato de que políticas públicas que se utilizam da natureza participativa podem possuir grande teor populista, que visa criar relações com os cidadãos para se adquirir mais popularidade e se manter por mais tempo e de forma mais forte no poder. Queixas a respeito do tema são frequentes, como a quantidade de vezes que os bairros periféricos são alvos de estudos, pesquisas, inquéritos e *workshops*, o que cria uma dinâmica repetitiva e constrange seus habitantes<sup>25</sup> (R. Arnstein, 1969).

A obra comum de participação só pode possuir significado quando esta participação se transforma em ativa colaboração – esta, só é capaz de existir com a criação de plataformas de pensamentos e ação, com o desenvolvimento de uma unidade de interesses, com a compreensão e respeito mútuos dos atores e dos beneficiados. Em suma, é necessário haver uma cultura comum ou, pelo menos, bases culturais comuns agindo pelas mesmas necessidades e interesses (Távora, 1962).

---

<sup>25</sup> Há exemplos de bairros que passaram a cobrar dinheiro para responder as pesquisas que lhes é entregue para que os conheçam melhor e, supostamente, ajam em seu território (R. Arnstein, 1969).

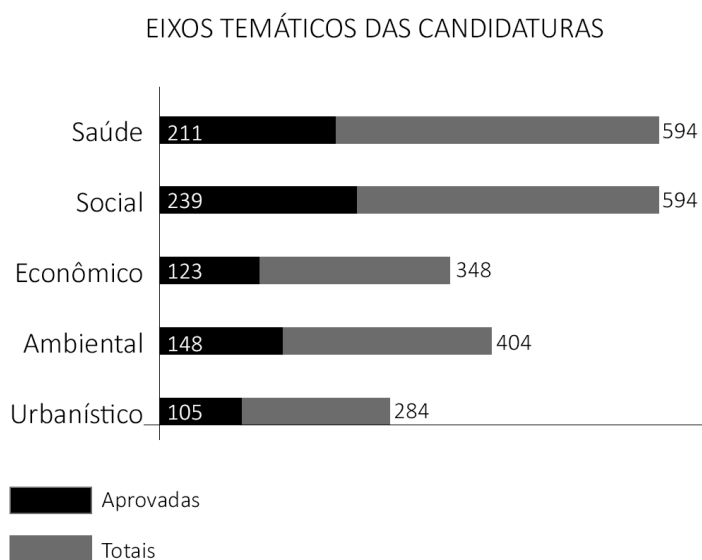
É neste solo delicado que o Programa Bairros Saudáveis se implanta. Sabendo estar suscetível às críticas, tentou incluir a natureza participativa em todos os seus processos, convocando os cidadãos: para definirem quais são os territórios vulneráveis portugueses a serem intervencionados; para debaterem e escolherem quais as principais urgências com entidades promotoras locais; para traçar etapas e modos de operação; e sugerirem métodos de implementação e orçamento, entrando somente o financiamento do Estado.

Quanto à importância histórica que o Programa promete se apossar e a possibilidade de se tornar um bom exemplo de práticas públicas participativas, somente o tempo, as consequências e o parecer das pessoas moradoras dos territórios vulneráveis irá confirmar ou refutar.

### 3. CASOS DE TRABALHO

#### 3.1 Categorização das candidaturas por eixos temáticos<sup>26</sup> e projetos aprovados

A categorização das candidaturas por eixos temáticos é feita pelas próprias entidades promotoras. Os cinco eixos existentes são o da Saúde, o Social, o Económico, o Ambiental e o Urbanístico. Reitera-se que as entidades poderiam categorizar seus projetos em um ou mais eixos e, portanto, o número contabilizado final de propostas apresentadas a seguir será maior do que as 774 totais.



26. Gráfico dos eixos temáticos das candidaturas – dados (Bairros Saudáveis, 2022; “Jornal dos Bairros Saudáveis”, 2022a). (Autor, 2022)

O *Jornal dos Bairros Saudáveis* (2022a) partilhou a lista final de projetos admitidos, em 14 de maio de 2021, na qual se tem acesso a todas as candidaturas submetidas, bem como sua ordem na lista, sua pontuação final e a informação se foi admitida ou não. Elas foram ordenadas por ordem decrescente de pontuação e as candidaturas com pontuação igual ou superior a 76,5 pontos foram aprovadas para financiamento pelo Programa Bairros Saudáveis – por conta do esgotamento do financiamento total de 10 milhões de euros.

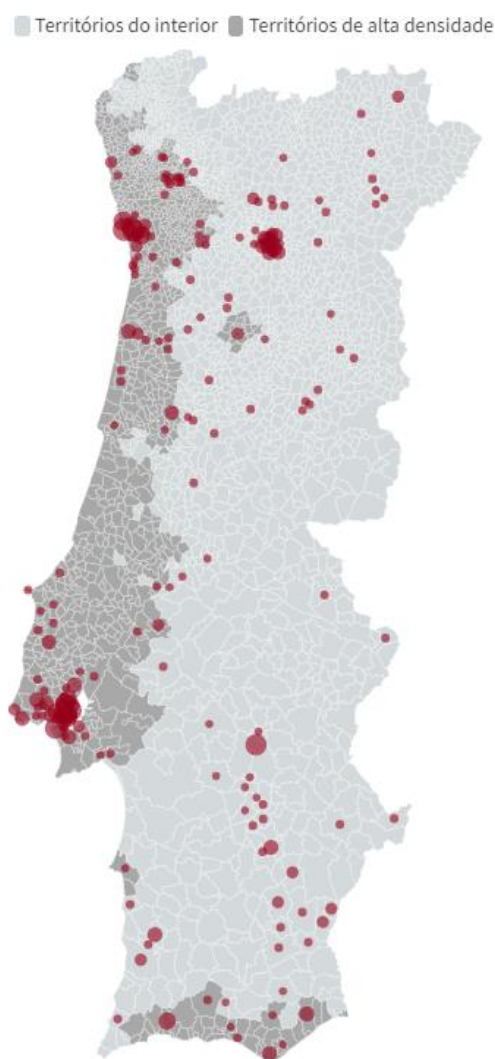
---

<sup>26</sup> As definições de ações dos eixos ambiental e urbanístico fizeram com que se considerasse, a priori, que estes seriam os mais importantes para a presente investigação, uma vez que nos mesmos estariam encontradas as intervenções espaciais a serem estudadas. Com o decorrer da investigação, percebeu-se que a autodeclaração sobre a qual eixo pertence a proposta não deveria ser o critério de seleção das propostas a estudar. Este fato modificou a abordagem que se teve com os casos de estudo, que será explicitada no capítulo 4.

Exclusão social, comportamentos problemáticos, vandalismo, violência doméstica, consumo de substâncias nocivas e ausência de projetos de vida são os problemas mais frequentemente identificados no âmbito das candidaturas aprovadas. As carências econômicas relacionadas ao apoio alimentar, ao conforto térmico e arranjos nas habitações possuíram também elevada presença. Salienta-se ainda a preocupação com a saúde mental em muitas das candidaturas, o que demonstra, possivelmente, a consciência do quão nocivo a pandemia foi e é para a saúde mental e pode acarretar em muitas situações de perturbação (Loureiro, 2021).

Loureiro (2021) afirma que “Quanto aos objetivos traçados para estas operações integradas, grande parte deles serão conseguidos pelo esforço das comunidades locais que reconhecem os seus problemas e que estão dispostas a resolvê-los ou, pelo menos, minimizá-los.” A ECN contará com a desejada mobilização de cada comunidade para atuarem em suas propostas, proporcionando mais qualidade de vida e resiliência para seus cidadãos.

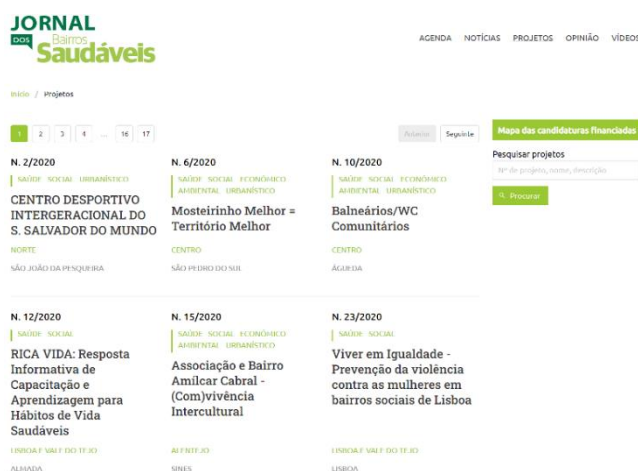
O mapeamento a seguir ilustra as zonas das candidaturas aprovadas:



27. Mapeamento das 246 candidaturas aprovadas. (“Jornal dos Bairros Saudáveis”, 2022a)

Cerca de metade dos 246 projetos aprovados estão nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A outra metade espalha-se pelo restante do país, por outros territórios de alta densidade e pelos territórios do interior<sup>27</sup>. É possível constatar que a primeira edição do Programa conseguiu uma grande dispersão territorial.

O JBS permite uma leitura direta e percepção geral das ações futuras das entidades promotoras. Os 246 projetos possuem de informação prévia seu número de candidatura, os eixos de atuação, região e território vulnerável onde ocorre o projeto. A disposição segue ordem numérica crescente de número de candidatura e esta, por sua vez, foi distribuída automaticamente por ordem cronológica de submissão até se atingirem as 774 enviadas.



28. Seção Projetos no site do JBS. (“Jornal dos Bairros Saudáveis”, 2022a)

Acendendo a ficha de candidatura de cada projeto, é possível se encontrar<sup>28</sup>:

- número de candidatura;
- título do projeto;
- descrição;
- objetivos gerais e específicos;
- parceria local (que inclui a entidade promotora e possíveis parceiras);
- zona de intervenção;
- critérios que o território em questão se encaixa para ser considerado um território vulnerável;
- as atividades que serão feitas após o financiamento;
- tipo do projeto – definidor de seu orçamento máximo;
- eixos de enquadramento;
- valores orçamentários solicitados;
- outros financiamentos utilizados para execução;
- valor total de custo.

<sup>27</sup> Territórios “de alta densidade” e “do interior” identificados de acordo com a Portaria 208/2017 de 13 de julho, que delimitou as áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior.

<sup>28</sup> Reitera-se a facilidade para acesso às informações dos projetos aprovados, bem como sua qualidade e simplicidade gráfica. Verifica-se uma preocupação em passar a ideia de um programa público democrático e transparente, com linguagem simples e acessível a todos.

Início / Projetos

N. 2/2020

**TIPO DE PROJETO E VALOR MÁXIMO DE FINANCIAMENTO**

Projeto integrado (máximo 50.000 Euros)

**EXOS DE INTERVENÇÃO EM QUE SE ENQUADRA O PROJETO**

Saúde, Social, Urbanístico

**FINANCIAMENTO**

Valor solicitado  
40.733,00 €

Valor de outros financiamentos  
3.000,00 €

Valor total  
43.733,00 €



Mapa das candidaturas financiadas

**CENTRO DESPORTIVO INTERGERACIONAL DO S. SALVADOR DO MUNDO**

Pretende-se implementar um centro desportivo intergeracional, que congregará equipamentos desportivos próprios e adaptados para pessoas séniores de idade mais avançada mas também para as restantes faixas etárias, estando disponível a toda a comunidade. A aldeia onde a nossa associação exerce ação é uma aldeia isolada, onde as pessoas idosas passam maior parte do seu dia-a-dia solitárias e que não têm acesso a equipamentos sociais e de saúde já normalizados nas regiões mais desenvolvidas do país. É também uma aldeia onde persiste a baixa escolaridade dos seus habitantes, deficientes condições de habitação. Neste sentido, atendendo aos objetivos do Programa que ora se concorre, pretendeu esta associação apresentar um centro desportivo que permitisse o acesso destas populações (social) a estes equipamentos desportivos que promovem a saúde e o bem-estar (saúde). Em suma, com este projeto damos acesso a esta população a equipamentos desportivos e de bem estar que de outra forma não terão.

**OBJETIVOS**

**Objetivo geral e Justificação**

Dar acesso social a uma população isolada e com poucos recursos a um equipamento desportivo comunitário que promoverá a prática desportiva, estilos de vida saudáveis e o bem-estar da população, sendo apresentado este projeto por parte de uma associação local em perfeita concordância e em parceria com a Junta de Freguesia Local.

**Objetivo específico 1 e Justificação**

Combater o sedentarismo e as doenças crónicas tais como a obesidade, as doenças cardíaco e cerebrovasculares, a diabetes e cancro e as doenças do foro reumatológico e respiratório, entre outras.

**Objetivo específico 2 e Justificação**

Contribuir para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural da população. Atendendo à desertificação das áreas rurais, as pessoas cada vez menos têm locais onde podem confraternizar, diminuindo a sua qualidade de vida e bem-estar social. Com a implementação do projeto, será possível (no pós-covid 19), as pessoas das várias gerações da aldeia encontrarem-se no mesmo espaço, favorecendo o desenvolvimento/reativamento cognitivo dos mais idosos, o sedentarismo no geral e a aprendizagem dos mais novos, através da partilha de experiências intergeracionais, criando assim uma comunidade mais resiliente, inclusiva e saudável.

**Objetivo específico 3 e Justificação**

Contribuir para melhorar a capacidade funcional e desportiva. Com o incentivo à prática do desporto será obtido uma, melhoria dos fatores neurais e da coordenação, um maior gasto calórico, o que favorece a diminuição da gordura, e trabalhando os músculos tem como benefício na melhoria das capacidades motoras: agilidade, coordenação e equilíbrio, bem como favorece igualmente a saúde mental.

**Objetivo específico 4 e Justificação**

Promover o diálogo intergeracional com vantagens para a comunidade. O projeto pretende envolver a prática das diferentes atividades desportivas, configurando-se como um meio privilegiado de inclusão e integração social, de transmissão de valores, conceitos, de desenvolvimento pessoal, social, económico e cultural da nossa comunidade.

**Objetivo específico 5 e Justificação**

A educação intergeracional é uma forma de interceção psicossocial, auxiliando na mudança de comportamentos e aquisição de novas competências sociais por parte de todos os participantes. Em suma, consideramos que estabelecer relações intergeracionais promove, não só o respeito, a participação e a ação entre pessoas independentemente da sua idade, como também desenvolve a consciência antecipada da importância de um envelhecimento ativo por parte das novas gerações, tirando o máximo partido de todos os ciclos da vida.

**PARCERIA LOCAL**

**Promotora**

GRUPO DE JOVENS DE PEREIRO

**Parceira**

União das Freguesias de Vilarouco e Pereiros

**TERRITÓRIO(S) DE INTERVENÇÃO**

**1. Pereiros**

Vilarouco e Pereiros, São João Da Pesqueira

**CRITÉRIO 1. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DEFICIENTES OU PRECÁRIAS, NOMEADAMENTE:**

Ventilação e iluminação solar insuficientes ou baixo conforto térmico e acústico

**CRITÉRIO 2. NÚMERO SIGNIFICATIVO DE MORADORES COM RENDIMENTOS BAIXOS OU MUITO BAIXOS, NOMEADAMENTE:**

Pessoas com poucos anos de escolaridade

**CRITÉRIO 7. EXCLUSÃO SOCIAL**

Número significativo de pessoas em situação de exclusão social, isolamento ou abandono, nomeadamente idosos, pessoas em situação de sem-abrigo ou vítimas de tráfico

**ATIVIDADES**

**1. Implementação do Centro Desportivo Intergeracional do S. Salvador do Mundo**

Pretende-se com o projeto a criação de um centro desportivo intergeracional, onde as crianças, os jovens e idosos da aldeia, possam praticar desporto de forma adaptada à sua condição física. Para a concretização do projeto será adquirido equipamento específico para população sénior e para jovens.

**Destinatários preferenciais**

Crianças, Jovens, Idosos, Adultos (população em idade ativa), Mulheres, Famílias, Pessoas com deficiência, Toda a comunidade

29. Exemplo de página de um projeto BS aprovado. (“Jornal dos Bairros Saudáveis”, 2022a)

De modo a estudar e compilar os pedidos e as necessidades das pessoas moradoras dos territórios vulneráveis portugueses, foi realizada uma nuvem de palavras (fig. 30) com as informações presentes nas fichas de candidatura de todos os projetos aprovados. Uma vez que as palavras, quanto mais vezes mencionadas, ganham dimensão, o diagrama é autoexplicativo e traz algumas possíveis reflexões e constatações.



A relevante quantidade de projetos que elencaram o combate ao COVID-19 como principal tarefa é um dos fatos a serem abordados. Isto era algo, provavelmente, esperado pela ECN, uma vez que o intuito era acompanhar as necessidades mais urgentes da população mais sensível às crises existentes no país e a crise pandêmica era a mais urgente na altura. No entanto, o atraso no processo de pagamento das tranches do financiamento impediu estes projetos de atuar em fases mais preocupantes da Pandemia<sup>29</sup>. Possivelmente diversos projetos tiveram de mudar o rumo de atividades e estratégias de intervenção e, por vezes, suas definições e objetivos. Esta indagação foi colocada durante as entrevistas a atores privilegiados dos casos de estudo (capítulo 4), disponíveis nos apêndices 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5.

Outra constatação a se mencionar é o grande número de projetos que agiriam para centros comunitários – seja para construção de um, reabilitação de um existente ou reconversão de espaço cedido por outrem. Este fato se mostra com grande interesse para a presente investigação, uma vez que demonstra a necessidade e conexão das comunidades com espaços físicos de seus territórios. A solicitação de espaços comuns verdes e de estar ao ar livre também foi algo relevante - muito provavelmente uma reação à pandemia e às épocas de confinamento.

O trabalho das entidades e das próprias comunidades para/com suas crianças possuiu também grande impacto, resultando em considerável porcentagem dos projetos aprovados. O fato reforça o que foi referido no subcapítulo 2.1.4, sobre as crianças serem um grupo a se ter maior atenção por serem mais frágeis e sensíveis às crises sociais, ambientais, habitacionais e de saúde pública.

De um modo geral, as candidaturas aprovadas são propostas de entidades que parecem realmente conectadas com seus territórios e seus habitantes e presentes na vida cotidiana, principalmente quando se trata de territórios de menor número de habitantes. O trabalho do júri se mostrou coerente e coeso, fazendo com que os projetos aprovados possuam forte componente participativa, como desejado, e passam a impressão de que resultarão em grandes mudanças nos cotidianos dos moradores dos territórios intervencionados.

### **3.2 Distinção das intervenções espaciais e análises comparativas com os 246 projetos aprovados**

Como já referido, era convicção da presente dissertação que a distinção dos projetos ligados ao espaço, à arquitetura e/ou à cidade seria feita automaticamente através dos “eixos

---

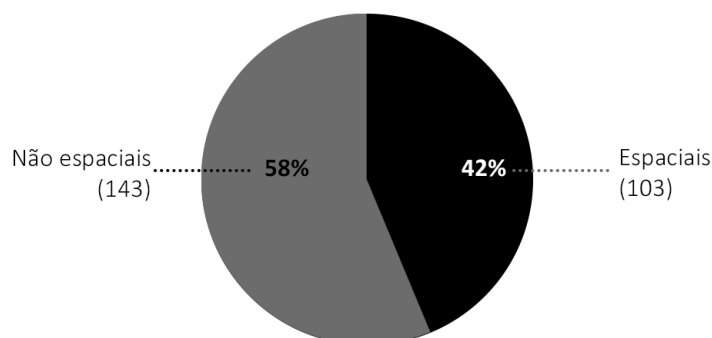
<sup>29</sup> Devido a atrasos de celebração de contrato com beneficiários finais do BS (vide Resolução do Conselho de Ministros 106/2021, do mês de agosto), somente em outubro de 2021, a primeira tranche do financiamento começou a ser distribuída, época que a vacinação já se avançava entre os grupos de risco e a pandemia, finalmente, se abrandava (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2021a).

de intervenção” – seriam assim estudados os projetos dos eixos Ambiental e Urbanístico. No entanto, diversos dos projetos que elencavam estes eixos não possuíam relação quaisquer com o espaço e diversos outros projetos dos três outros eixos existentes (Saúde, Social e Econômico) possuíam interessantes relações com o espaço e poderiam ser matéria direta relevante para estudo.

A escolha dos projetos a estudar com mais atenção teve de ser feita, então, através da leitura e análise exaustiva de cada uma das 246 fichas de candidaturas dos projetos admitidos, com ênfase em suas descrições, objetivos e métodos de intervenção (atividades). A metodologia utilizada para tal triagem das Intervenções Espaciais foi a de busca de palavras/objetivos/atividades-chave que se relacionassem, de alguma forma, com o espaço, seja ele comum, público, de maior ou menor escala ou até mesmo privado, como as habitações<sup>30</sup>.

Mesmo não sendo um programa nacional que tem como objetivo principal questões arquitetônicas ou de urbanismo, a relação entre as Intervenções Espaciais e todos os projetos admitidos obteve considerada porcentagem: são 103 para 246, resultando em 42%.

INTERVENÇÕES ESPACIAIS x TOTAIS



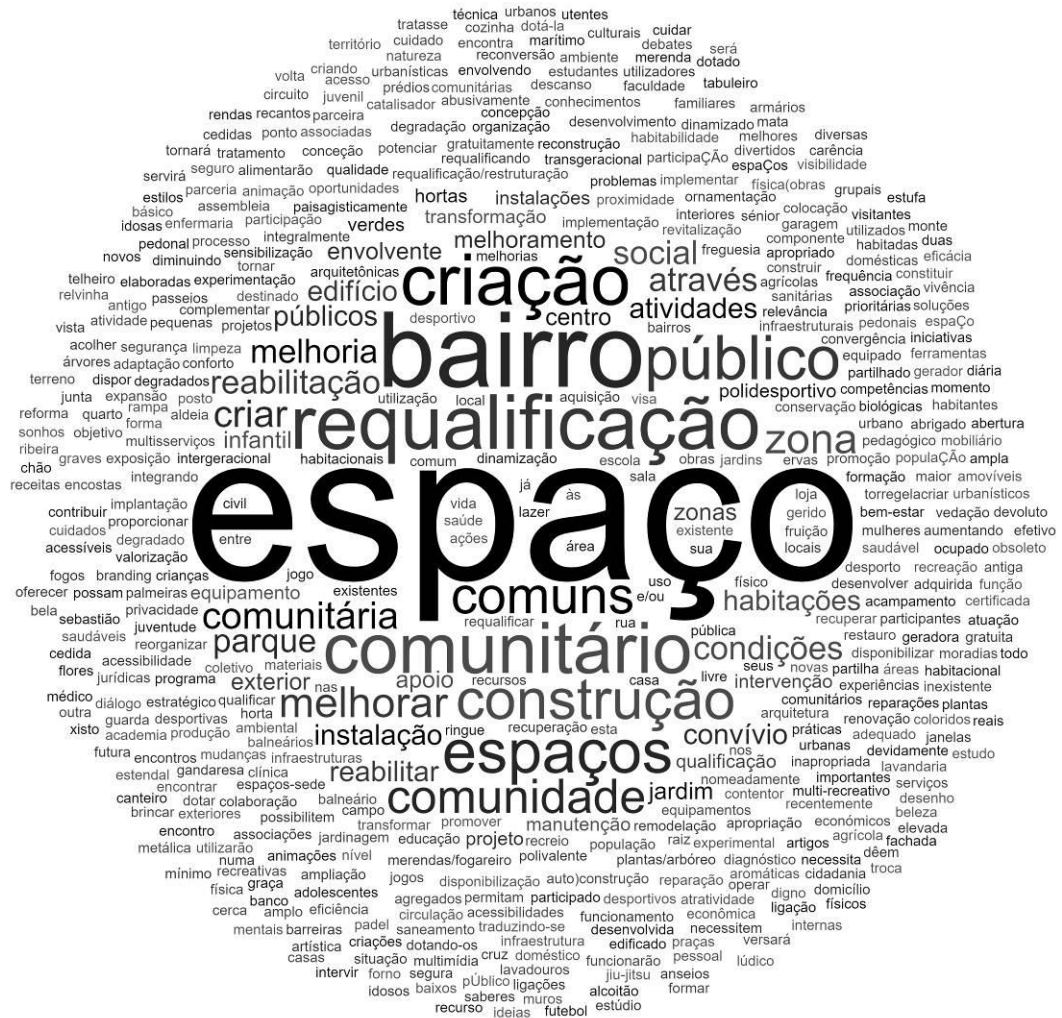
31. Gráfico da relação entre as intervenções espaciais e as restantes. (Autor, 2022)

De modo a visualizar o que estas intervenções ligadas ao espaço pedem e propõe, foi desenvolvida uma segunda nuvem de palavras (fig. 32), na qual palavras ligadas à arquitetura e à cidade tomam conta, como Espaço, Requalificação, Bairro e Construção.

---

<sup>30</sup> Encontra-se, no apêndice 7.1, a ficha de casos de trabalho: documento produzido para exploração das Intervenções Espaciais do BS, que possui o *link* da ficha, o número, o nome, a região, o orçamento, os eixos, os tipos de intervenção espacial e a relação com o espaço de cada intervenção considerada espacial. Além disso, o resumo da parte “espacial” de cada uma e notas pode ser encontrado.

## Intervenções Espaciais em Territórios Vulneráveis



32. Nuvem de palavras das descrições das intervenções arquitetônicas. (Autor, 2022)

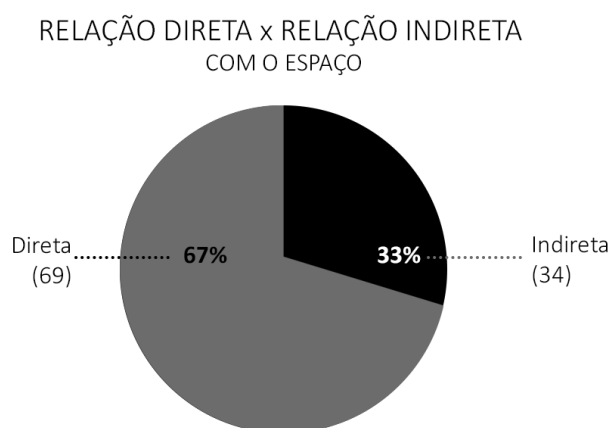
### Relação direta ou relação indireta com o espaço

As intervenções espaciais contemplam intervenções em diversas escalas: pequenos reparos em habitações para melhoria de conforto climático, novos plantios para criação de hortas urbanas comunitárias, colocação de mobiliário urbano, criação de espaços para esportes e lazer através de intervenções no pavimento, implementação de rampas removíveis para tornar acessíveis equipamentos públicos, ampliações de cozinhas comunitárias e colocação de cacifos em espaço público para armazenamento de pertences de pessoas em situação de sem abrigo.

Algumas ações, devido à escala e possibilidade de outros financiamentos (e, por vezes, obrigação legal), contrataram arquitetos para desenvolvimentos de seus projetos. Outras, seja por falta de orçamento, pela escala ou por opção, seguiram sem o auxílio da disciplina e dos profissionais.

As intervenções BS descrevem em sua ficha seus objetivos gerais e específicos, bem como suas atividades principais e secundárias. Contando com isso, decidiu-se seccioná-las entre as intervenções que possuem relação Direta com o espaço e as que possuem relação Indireta<sup>31</sup>.

Constata-se que: dentro das 103 intervenções espaciais diagnosticadas, 69 delas possuem relação direta com o espaço e 34, indireta.



33. Gráfico das relações com o espaço (direta ou indireta) das 103 intervenções espaciais. (Autor, 2022)

<sup>31</sup> Tal como: o projeto nº131, Desporto no Bairro, possui relação direta com o espaço pois baseia-se na instalação de um campo de padel para cumprir seus objetivos de “... trabalhar a inclusão social, combater estigmas e democratizar a prática de desporto.”

Já o projeto nº122, Bairro ComVida, possui relação indireta com o espaço, pois desenvolve workshops de carpintaria, constrói uma horta *indoor*, cria uma feira comunitária com produtos agrícolas e, em etapas posteriores e secundárias, recupera um espaço comunitário através de obras de adaptação para cumprir seu objetivo de “...promover redes comunitárias e de vizinhança.” (“Jornal dos Bairros Saudáveis”, 2022a)

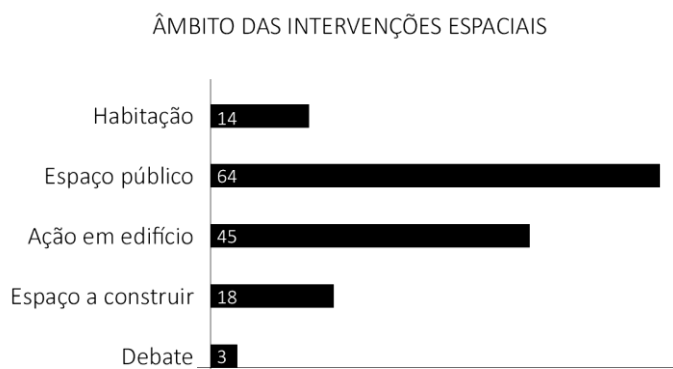
### Âmbito da arquitetura

Outro tipo de divisão foi entre os âmbitos da arquitetura: A primeira e mais óbvia relação com o espaço é a da construção: quando o projeto aborda reabilitação, rearranjo e pequeno reparos de espaços físicos. Dentro delas – devido sua grande quantidade -, houve necessidade de seccioná-la em três âmbitos: o da Habitação, o do Espaço a construir e o do Ação em edifícios construídos.

Posteriormente, duas outras possibilidades de abordagens arquitetônicas ganharam relevância à investigação: projetos ligados ao Espaço público e ao Debate da arquitetura, abrindo a possibilidade de as propostas se encaixarem dentro desses dois novos âmbitos. Chegou-se então aos 5 âmbitos da arquitetura estudados:

1. **Habitação:** construção, reabilitação, melhoria de condições térmicas e acústicas, restauro, mudanças infraestruturas de edifícios residenciais uni ou multifamiliares;
2. **Espaço público:** requalificação, criação, reabilitação, melhoria, construção, intervenção, melhoramento, transformação, ampliação, implantação, recuperação de espaços comuns/públicos, como praças, largos, parques e hortas urbanas;
3. **Ações em edifícios construídos:** pequenos reparos, requalificação, reorganização espacial, recuperação, reabilitação, ampliação, qualificação, remodelação, transformação e manutenção de edifícios de funções variadas, que não a habitação;
4. **Espaço a construir:** implementação, construção, criação, instalação, disponibilização, desenho de edificadados de funções variadas, que não a habitação;
5. **Debate:** oficinas, debates, *workshops*, processos e diagnósticos relacionados com arquitetura e construção.

Esta categorização foi importante e pertinente, dado que aponta para as reais necessidades relacionadas à arquitetura e aos espaços em geral, nas zonas vulneráveis portuguesas<sup>32</sup>:



34. Gráfico dos âmbitos das 103 intervenções espaciais. (Autor, 2022)

<sup>32</sup> Refere-se que, como na declaração dos eixos de intervenção, as intervenções ambicionam agir em mais de um dos âmbitos espaciais identificados e, portanto, a soma das intervenções ultrapassa as 103 totais.

Verifica-se prontamente a baixa percentagem relativa à Habitação, o que poderá ser explicado por dois motivos: *i)* O título do Programa e sua descrição induzem e focam em ações em espaços dos bairros, apontando para uma maior escala, o que pode ter privilegiado ações em espaços públicos e equipamentos culturais e coletivos, ao invés de ações em habitações, espaço privado. *ii)* Os jurados terem priorizado intervenções que geram benefícios para um número maior de cidadãos, como as ações acupunturais visam.

A percentagem de propostas que pretendem agir no Espaço público, por sua vez, é a maior de todas. Este fato pode apontar para a fragilidade da qualidade do espaço público nos territórios vulneráveis e, inclusive, servir de campo de pesquisa para futuras ações estatais, mesmo fora do BS.

As Ações em edifícios construídos configuram 45% das intervenções espaciais. Através da análise das fichas dos projetos, verificou-se que diversas entidades promotoras integram parcerias com Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Isto faz com que diversos edifícios devolutos, subutilizados ou inutilizados da câmara possam ser doados para ação desejada das entidades sociais e comunitárias dos bairros. Muitas vezes se constatou que as entidades já possuíam o edifício e que, pelo BS, solicitaram o financiamento para reabilitação e transformação em espaços comuns, como centros culturais, salas multiusos e espaços de convívio<sup>33</sup>.

Projetos ligados ao Debate a respeito do espaço ocuparam somente 3% das propostas. A urgência e necessidade do imediatismo de ações que resultem instantaneamente nos territórios pode ser uma das causas das quais ações menos práticas possam não ter ganho tanto destaque. No entanto, frisa-se a importância do espaço de diálogo e criação coletiva de diagnósticos a respeito da arquitetura e da cidade, de aulas e oficinas relacionadas à construção e manutenção de espaços e formações relacionadas à reabilitação para desenvolvimento e melhoria das noções sobre o espaço das zonas periféricas portuguesas<sup>34</sup>.

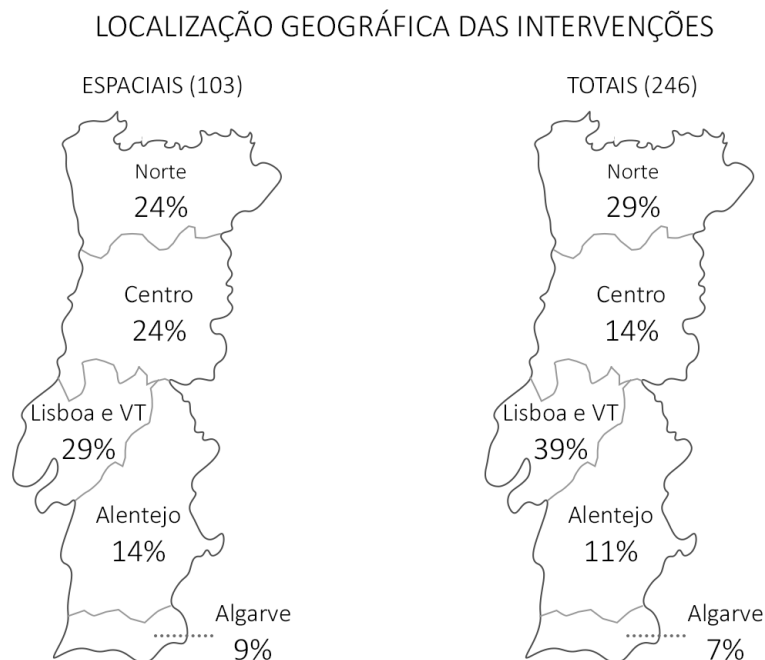
---

<sup>33</sup> Outra hipótese da relevante percentagem obtida é a questão da sustentabilidade e dos custos para a construção de um edifício do zero versus para a reabilitação de um. Seguindo os ODS, os jurados podem ter valorizado termos sustentáveis das propostas. É de senso comum o fato de as reabilitações serem, em termos gerais, ações mais ecológicas e menos onerosas e, inclusive, de mais rápida execução, premissa também valorizada pelo BS. Pode ser que este seja um dos fatores para que as Ações em edifícios construídos possuam 45% das propostas e as de Espaços a construir somente 18%.

<sup>34</sup> No capítulo 4 observa-se alguns exemplos de como as ações ligadas ao debate da arquitetura podem influenciar e melhorar a qualidade de vida das pessoas a médio-longo prazo.

**Localização geográfica**<sup>35</sup>

Quanto ao zoneamento das intervenções espaciais pelas regiões portuguesas, obtêm-se os seguintes dados:



35. Localização geográfica das intervenções aprovadas. (Autor, 2022)

Os dados obtidos não apresentam grandes diferenças entre as intervenções espaciais e o total das intervenções. Um fato relevante que merece destaque é que: dentro dos 35 projetos aprovados da região Centro, 25 possuem relação com o espaço, resultando num total de 71% de suas propostas, muito contrastante com a percentagem de 42% encontrada entre as 246 aprovadas. Pode-se criar a hipótese de que a qualidade espacial dos territórios vulneráveis centrais portugueses, tanto das habitações, quanto de espaço público e de equipamentos da região central é a que mais carece de atenção, urgência e intervenção. Por outro lado, pode-se ponderar que é a região na qual os moradores e entidades estão mais conscientes das fraquezas de seus espaços.

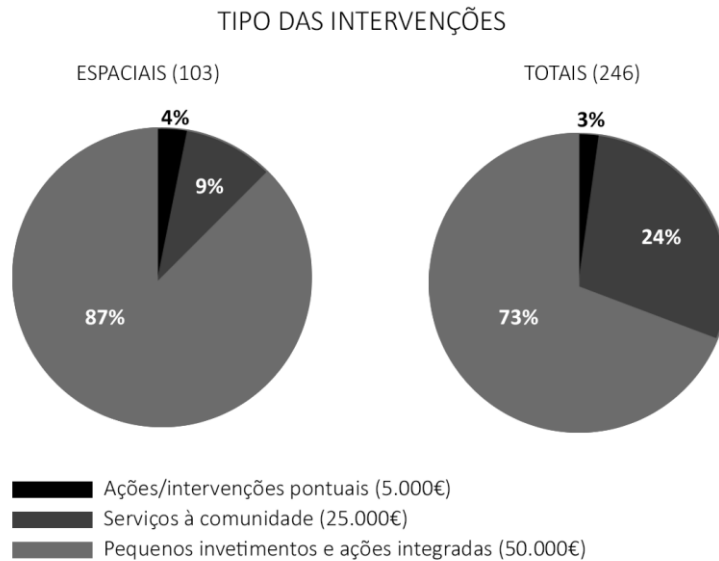
**Tipo de projeto**

Quanto ao tipo do projeto, que direciona diretamente ao financiamento máximo, a esmagadora maioria, tanto dos projetos aprovados (73%), quanto das intervenções espaciais (87%) são do tipo Pequenos investimentos e ações e ações integradas (orçamentos solicitados entre 25 e 50 mil euros). Enquanto isso, uma ínfima minoria – 3% dos projetos gerais e 4%

---

<sup>35</sup> A região Norte compreende os distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança e Porto; Centro: Aveiro, Guarda, Viseu, Coimbra, Castelo Branco e Leiria; Lisboa e Vale do Tejo: Lisboa, Santarém e Setúbal; Alentejo: Beja, Évora e Portalegre; Algarve: Faro.

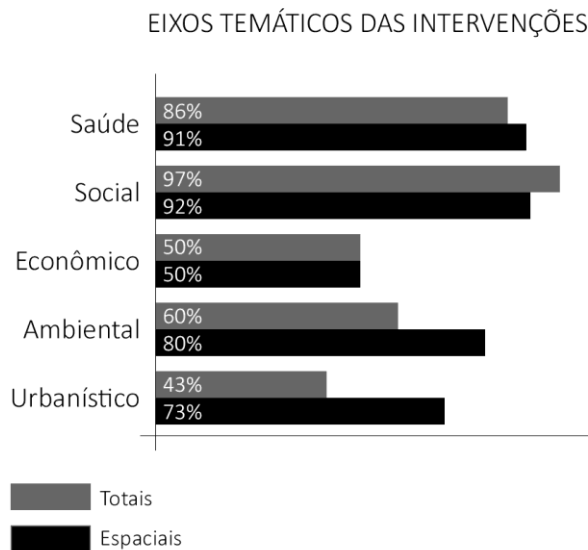
das intervenções espaciais - fez parte das Ações ou intervenções pontuais (orçamentos até 5 mil euros).



36. Gráficos relativos aos tipos das intervenções aprovadas – espaciais e totais. (Autor, 2022)

### Eixos de intervenção

Quanto ao eixo de intervenção das propostas aprovadas, as intervenções espaciais se consideram maioritariamente pertencentes ao eixo Ambiental e Urbanístico. Este fato era esperado e acrescenta-se o dado de que: das propostas do eixo Ambiental, 55% são espaciais; das propostas do eixo Urbanístico, 72% são espaciais.



37. Gráfico relativo aos eixos temáticos das intervenções aprovadas – espaciais e totais. (Autor, 2022)

## Considerações finais do capítulo

Os números de candidaturas enviadas e a percentagem de propostas relacionadas ao espaço são definitivamente expressivos para um programa em sua primeira edição e não necessariamente ligado a projetos de arquitetura ou urbanismo.

Infelizmente, somente 32% das propostas submetidas puderam ser aprovadas e financiadas (246 das 774). Ficaram de fora muitas propostas com classificação elevadas<sup>36</sup>, o que motivou tomadas de posição pública<sup>37</sup> pelo reforço orçamental do programa para possíveis posteriores edições (Mota, 2021).

Quanto às intervenções espaciais, a espera pela submissão de propostas deste género era possivelmente grande, entretanto outro fator que pode ter influenciado e aumentado o número total delas é o fato de a criadora do programa, Helena Roseta, ser arquiteta e conhecida pela luta social através de intervenções arquitetônicas e urbanísticas.

O elevado número de projetos que tencionam alterar, reformar e alterar espaços parece demonstrar uma consciência da importância da qualidade dos espaços nos quais vivemos, habitamos e utilizamos têm na nossa saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Parte disso deve-se ao fato de o urbanismo atual visar novos direitos relacionados à cidade, ao habitar, ao bairro, à reivindicação da vida cotidiana e o intuito de pertença à cidade através da participação cidadina na mesma. Estes direitos edificam a ideia do direito à cidade como luta dos movimentos sociais urbanos, que frisam a importância de se assegurar melhores condições de habitabilidade e de vivência de espaço público (Montaner & Muxi, 2019).

Fato que necessita de atenção e reconhecimento é o diálogo a respeito do trabalho para uma melhoria da qualidade de vida das minorias sociais que habitam Portugal, que vem crescendo e um reflexo disto é a alta quantidade de projetos BS dedicados especificamente a elas, como pessoas da etnia cigana, mulheres, crianças, imigrantes e idosos.

---

<sup>36</sup> No limiar da “linha d’água”, 20 projetos que obtiveram 76,50 pontos foram aprovados enquanto 14 projetos com o total de 76 pontos ficaram de fora, pois o esgotamento do orçamento foi atingido quando se chegou na 246<sup>a</sup> proposta.

<sup>37</sup> A maior ação foi a petição pública escrita por Helena Roseta para o Primeiro Ministro António Costa. Roseta (2021) pede a consideração para o aumento da dotação orçamental do Programa devido sua relevância e quantidade de pessoas, organizações, grupos, órgãos públicos envolvidos nas mais de 770 candidaturas enviadas. A petição não causou efeitos práticos.

## 4.5 CASOS DE ESTUDO

Após imersão nos 246 projetos aprovados e triagem dos 103 projetos relacionados ao espaço (casos de trabalho – ficha em apêndice 7.1), selecionou-se 5 casos de estudo, que foram destrinchados e estudados, possuindo entrevistas com atores privilegiados (apêndices 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5) das intervenções como principal estratégia (para além dos dados oficiais disponibilizados) para perceber a real relação entre o Programa BS e a intervenção no espaço, seus atores e desdobramentos.

Intervenções espaciais variadas foram aprovadas, como a construção de centro esportivo intergeracional, requalificação de muros de suporte e de passeios existentes, tratamento dos jardins do bairro, construção de parques urbanos, requalificação de ribeira, construção de instalações sanitárias em habitações, concepção de um jardim comunitário e parceria com faculdade de arquitetura para diagnósticos arquitetônicos e urbanísticos para futuras ações.



38. Fotograma do filme Malraux's Shoes. (Adams & Colin, 2012)

Desenvolveu-se assim uma nova triagem para obtenção de casos mais relevantes para contato e estudo mais aprofundado.

As 103 intervenções ligadas ao espaço poderiam ser direta ou indiretamente relacionadas a ele. Como primeiro critério, decidiu-se debruçar sobre as 69 que possuem relação direta com o espaço. Dentro das 69, foi utilizado o critério de combinação de dois fatores cruciais: o da diversidade e o da relevância.

A diversidade foi critério através da consideração do âmbito arquitetônico do projeto, da zona geográfica e do território vulnerável, do público-alvo da proposta, dos atores da intervenção, dos objetivos da proposta e de como ela seria concretizada – procurando, assim, propostas que pudessem trazer histórias mais diversas possíveis entre si.

A relevância foi critério através da consideração de aspectos da acupuntura urbana e do urbanismo tático (relação entre quantas pessoas serão influenciadas por quanto tempo e

dinheiro a proposta demorará/custará)<sup>38</sup>, do quão replicável ou inspiradora de novas ações a proposta tem potencial de ser e do quanto que o relato e a dissertação sobre o projeto podem ser úteis para a investigação e para a academia num todo.

O processo de seleção assemelha-se a um processo curatorial, no qual, para se encontrar as peças (no caso, casos de estudo) mais diversas e relevantes, é preciso considerar e estudar, a priori, todas as existentes numa ótica ampla e, a posteriori, filtrar as informações e peças desejáveis para se chegar a uma seleção de casos mais interessantes. A performance por cima de reproduções fotográficas de André Malraux<sup>39</sup> ilustra a situação da investigação neste momento (fig. 38).

A seleção final abrangeu 4 das 5 “zonas geográficas” portuguesas e todos os “âmbitos da arquitetura”. Como resultado, temos assim os seguintes 5 projetos/casos de estudo a serem investigados de forma aprofundada, nesta dissertação:

- 1- Mulheres em Construção<sup>40</sup> (Centro | Habitação, Ação em edifício construído e Debate)
- 2- 910 fogos — espaços mentais, espaços reais (Lisboa e Vale do Tejo | Debate)
- 3- Balneários Comunitários (Centro | Espaço a construir e Espaço Público)
- 4- Desenvolvimento comunitário participado através de obra de dois fogos para renda acessível (Norte | Habitação)
- 5- ESCOLANOVA - Centro de Artes da Bordeira (Algarve | Ação em edifício construído)

Após a triagem, as entidades promotoras de cada um destes 5 projetos foram contactadas, de modo a indicarem o(s) ator(es) privilegiado(s) apropriado(s) para um contato direto, considerando a investigação, seus objetivos e questões<sup>41</sup>.

Mesmo com contínuas tentativas de marcação de entrevista com a diretora da entidade promotora Lavrar o Mar, do projeto ESCOLANOVA - Centro de Artes da Bordeira, não foi possível a entrevista até o fecho desta dissertação. Fato este que excluiu uma dissertação mais aprofundada deste interessante projeto, que contempla a reabilitação, reabertura e transformação de uma escola num espaço de cultura aberto à comunidade, com um financiamento externo auxiliar (fato incomum e relevante) de 27 mil euros e possui projeto arquitetônico do atelier Artéria (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020d).

---

<sup>38</sup> É evidente que esta consideração é uma suposição, especialmente por se tratar de propostas que ainda estão a ser concretizadas ou foram concretizadas há pouco tempo – possuindo pouco retorno de seus utilizadores; no entanto, a suposição é baseada nas fichas de candidaturas oficiais de cada projeto e melhor embasada após entrevistas com os atores envolvidos em cada caso de estudo.

<sup>39</sup> Escritor, ativista, provocador cultural e teórico da arte francês do século XX.

<sup>40</sup> Um fato que reforça a relevância deste projeto é que ao ser questionada por exemplos de “... projetos que inovem em termos do que pode ser uma contribuição arquitetônica”, a criadora do BS Helena Roseta (2022b) cita o Mulheres em Construção como um projeto muito interessante, cujo objetivo é ensinar mulheres de territórios vulneráveis a fazer trabalho de construção civil.

<sup>41</sup> Reforça-se o fato de que não se escolheu os entrevistados – foi solicitado a cada uma entidade promotora a indicação dos futuros entrevistados, de modo a não interferir na consideração de quem seria a pessoa mais indicada para falar sobre os projetos.

Os quatro restantes projetos analisados estão dispostos na seguinte parte do capítulo de forma cronológica das entrevistas proferidas por cada ator privilegiado. A possível deslocação a dois dos quatro sítios de intervenção enriqueceu o discurso e o envolvimento tanto com os projetos, quanto com os entrevistados e consequentes territórios vulneráveis.



Mulheres em Construção é um projeto composto por etapas de: formação certificada em construção civil para mulheres em risco laboral; reabilitação de imóvel para uso comunitário; criação de banco de materiais de construção; formação em Igualdade de Género para formandas, parceiras e trabalhadoras de empresas locais. O projeto nasceu a partir de um conjunto de entidades locais<sup>42</sup>, que convidaram participantes, identificaram o imóvel a reabilitar e auxiliaram nas formações (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020e).

A iniciativa possui como entidade promotora a Associação Mulheres na Arquitetura (MA) que, através de movimentos de defesa do direito à habitação, percebeu que havia mulheres com situação habitacional muito precária e que não possuíam condições para realizar pequenos consertos em suas próprias casas. Estas mulheres, já em situações de vulnerabilidade, tinham sua situação agravada porque as suas habitações estavam a deteriorar-se de forma rápida e grave (Público, 2021).



40. Sessão de acolhimento do projeto, no bairro de Santiago, Aveiro. (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2022c)

Considerando que a questão da habitação se revelou prioritária para enfrentar a pandemia da COVID-19 e que as mulheres são quem cuida e quem mais tempo passa em casa, sofrendo com a precariedade das habitações, germinou-se a ideia de criação de uma iniciativa que capacitasse as mulheres para melhorarem as condições de seus próprios lares. Adotando a prática de se descentralizar as atenções e fundos nacionais, a escolha recaiu no bairro de Santiago, em Aveiro, por conta da experiência e dos contatos estabelecidos durante a dinamização de uma ação anterior, o Lab Cívico de Santiago<sup>43</sup> (Público, 2021).

---

<sup>42</sup> União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, Florinhas do Vouga, Mon Na Mon - Associação de Filhos e Amigos da Guiné-Bissau, Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

<sup>43</sup> Grupo de profissionais de várias áreas (urbanismo, arquitetura, design, tecnologia, ensino e investigação) que juntos lutam pela promoção de formas colaborativas de capacitação e solução de

O Bairro de Santiago é o maior complexo de habitação social em Aveiro, abrigando 858 famílias que habitam fogos – privados, municipais e IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) – e possui espaços públicos e semipúblicos em estado de conservação variável, sendo alguns visivelmente carentes de manutenção (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020e).



41. Formandas moradoras no bairro de Santiago, Aveiro. (Mulheres em Construção, 2022)

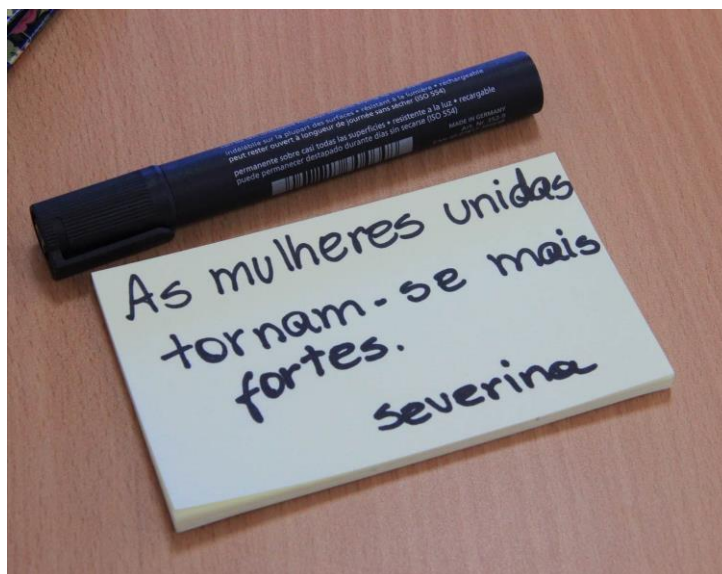
Neste contexto, os objetivos principais do projeto são de: desconstrução de estereótipos de gênero; promoção de autonomia e saúde; capacitação para o (auto) emprego; impulsionamento de vínculos comunitários; e a melhoria no habitat de diversas famílias (Rusconi, 2022).

Depois do início do projeto, verificou-se a necessidade de reestruturação da equipa, devido ao atraso de pagamentos das tranches de financiamento do BS. Não obstante, os objetivos e as atividades planeadas no início conseguiram, por sua vez, se manter os mesmos, sendo que os resultados até superam as expectativas iniciais das promotoras (Rusconi, 2022).

Houve uma rica e desejável diversidade de mulheres participantes – possuidoras de 21 a 68 anos, ciganas e não-ciganas, com escolaridade desde o 4º ano até pós-doutorado -, trazendo assim contextos socioculturais diferentes. A formação em Igualdade de Gênero reforçou a tomada de consciência individual das relações sociais entre as mulheres e fortaleceu o lugar das mulheres em suas famílias e na comunidade (Rusconi, 2022).

---

problemas coletivos do bairro de Santiago e estimulam soluções experimentais através da democracia participativa (SIC Notícias, 2019).



42. *Post-it* escrito por uma das participantes durante a formação em Igualdade de Gênero. (Mulheres em Construção, 2022)

O projeto contou com 7 principais frentes de atividades, que possuíram ramificações e certas mudanças conforme o retorno das participantes:

1. Organização e divulgação: identificação de destinatárias e formandas, bem como desenvolvimento e partilha da imagem gráfica em suportes de comunicação físicos e virtuais;
2. Formação em Igualdade de Gênero orientada para a construção civil: ministrada pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);
3. Formação básica transversal em arquitetura: estudos sobre espaço público, habitação e formas de habitar, direitos e políticas públicas, cidadania, desenhos e informações técnicas de arquitetura e realização de diagnósticos sobre e no bairro;
4. Caminhadas e reflexões de consolidação do conhecimento adquirido até então: *workshops* que relacionam a saúde a partir da habitação e do espaço público;
5. Projeto participado de reabilitação de espaço para uso comunitário: aplicação dos conhecimentos obtidos numa obra de reabilitação para conversão de um espaço em banco de materiais de construção;
6. Obra de reabilitação de uma loja do bairro: revitalização de um espaço para uso comunitário;
7. Debate público: Produção de tutoriais, em vídeos e manual, para ampliação do acesso a conteúdos explicativos sobre as técnicas de construção aprendidas, aumentando o número de beneficiários (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020e).

A abordagem e a relação do projeto com a arquitetura ocorreram de forma direta principalmente nas frentes 3, 4, 5 e 6. Rusconi (2022) relata a busca em trabalhar em 4 escalas que se relacionam entre si e todas com a arquitetura: a do corpo, a da casa, a do bairro e a da cidade. Na escala do corpo, trabalhou-se sobre como o corpo se relaciona e experiencia os diferentes espaços e contextos físicos através de atividades ligadas às percepções dos cinco sentidos, de relatos de percepções e relações com diferentes espaços e atmosferas, desenhos e medição do próprio corpo e aulas de ergonomia.



43. Aula de ergonomia – pertencente ao módulo da escala do corpo. (Mulheres em Construção, 2022)

Para trabalhar com a escala da casa, tentou-se buscar o que o lar significa para cada uma das formandas e, em fase posterior, ensinou-se medir a casa com medidas do próprio corpo e conversão para o sistema métrico. Exercícios de desenho à mão livre, de desenhos técnicos arquitetônicos, execução de maquetes de Lego à escala 1:50 e 1:100 compuseram uma abordagem de configuração e entendimento dos espaços habitacionais (Rusconi, 2022).

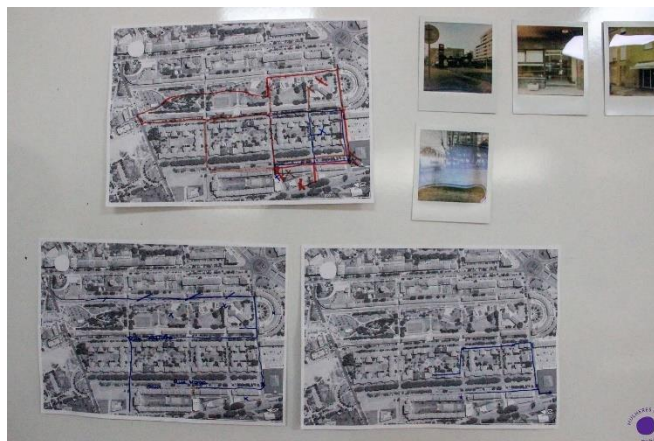


44. Aula sobre o ambiente da cozinha – pertencente ao módulo da escala da casa. (Mulheres em Construção, 2022)

Em momentos posteriores, atividades relacionadas às escalas do bairro e da cidade foram realizadas. As formadoras trataram questões das vivências nos espaços exteriores e atentaram à forma como eles não costumam ser desenhados considerando a mulher e suas vivências nas urbes, o que causou identificações com muitas questões relacionadas à caminhabilidade<sup>44</sup> das cidades e a insegurança experienciadas por todas (Rusconi, 2022).

---

<sup>44</sup> O conceito de caminhabilidade (*walkability*, em inglês) vem sendo desenvolvido desde a década de 1950 e é compreendido como a capacidade do espaço público de permitir o ato de caminhar (Vaz Oliveira Barbosa, 2022).



45. Material de aula sobre escala do bairro, composta por reflexões de percursos realizados. (Mulheres em Construção, 2022)

A arquitetura é a disciplina e ferramenta principal do MA e acabou por ser utilizada passando por uma adaptação de seus conteúdos às diversas realidades que estariam participando do projeto. Esta adaptação se mostra necessária e auxilia com que as pessoas se familiarizem minimamente com a arquitetura e, com atividades que façam sentido para o seu cotidiano, sejam estimuladas com o que está sendo abordado e desfrutem do que está sendo transmitido e passam a utilizar os conhecimentos como ferramenta de transformar espaços (Rusconi, 2022).



46. Participante registrando percepções de percurso realizado – pertencente ao módulo da escala da cidade. (Mulheres em Construção, 2022)

No tocante à participação das moradoras participantes, verifica-se uma fragilidade nos momentos da idealização e criação do projeto Mulheres em Construção<sup>45</sup>. Entretanto, a entidade MA fez questão de aplicar intensa participação e cooperação com as associações

---

<sup>45</sup> Vale neste momento ressaltar que a ausência de participação na criação da candidatura não é de todo exclusividade deste projeto – estudando e adentrando em descrições e fichas oficiais dos 246 projetos aprovados encontra-se uma certa abertura em seus textos para então, se aprovados, haver maior participação e direcionamento de acordo com as vontades da população.

locais do bairro para lançamento da proposta através de reuniões, visitas ao local e apresentação de prévias da candidatura (Rusconi, 2022).

Já o decorrer e a aplicação do projeto foram fortemente participados. Houve, inclusive, mudança de conteúdos de forma a se adaptar às necessidades e vontades das participantes consoante seus interesses em determinados assuntos. A discussão e distribuição sobre quem e como iria participar nas obras foi outro quesito muito discutido com as formandas – no fundo, o estabelecimento entre as trabalhadoras e as assistentes. Entretanto, o comparecimento de todas nas obras, mesmo não possuindo condições físicas para trabalho braçal, cumpriu uma função social e o sentimento de inclusão e acompanhamento do trabalho de grupo são cumpridos (Rusconi, 2022).



47. Participantes em aula sobre hidráulica - pertencente ao módulo da escala da casa. (Mulheres em Construção, 2022)

Tratando-se as frentes 5 e 6 de criações de novos espaços através de reabilitações de espaços existentes, carentes de um projeto arquitetônico, indagou-se a componente participativa nos mesmos. Rusconi (2022) afirma que, infelizmente, a participação direta não pôde ser concretizada como planejado devido a cumprimentos de prazos de contratos com empresas empreiteiras. Não foi possível, por exemplo, elaborar os cadernos de encargos finais junto às participantes do projeto, entretanto, houve visitas aos locais, exercícios de levantamentos e medição, bem como de quantificação de materiais, mas de um modo mais rápido do que o planejado e desejado.

As participantes pareceram aderir ao projeto com entusiasmo. Filipa Miriam, uma das formandas, relatou em entrevista ao JBS, que sempre se sentiu impedida de ser criativa e autônoma na manutenção e decoração da própria casa devido ao desconhecimento das técnicas e aos custos elevados de contratação de profissionais; com as formações, sente-se satisfeita e curiosa para colocar em prática o que vem aprendendo (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2022c). Helena Fidalgo, outra formanda, revela em entrevista à MA, inclusive, a

vontade de trabalhar com a construção e reparos após o término do projeto, demonstrando que o objetivo de capacitação para (auto) emprego possui probabilidades de suceder (Mulheres em Construção, 2022).



48. Formandas em aula sobre elétrica - pertencente ao módulo da escala da casa. (Mulheres em Construção, 2022)

O projeto Mulheres em Construção se mostra uma efetiva aplicação da arquitetura em políticas públicas que visam transformações sociais. O fato de o projeto estar em fase final possibilitou obter um retorno de promotoras e de formandas que validam os resultados obtidos, o que muito enriquece esta investigação. O sucesso deste programa se deve também ao fato de a entidade promotora Mulheres na Arquitectura já possuir caminho de ações similares e, como já referido, bases de investigação que diagnosticam lacunas dos cidadãos residentes em Portugal e, quando financiadas, aplicam suas propostas e passam a transformar realidades através da arquitetura, seja direta ou indiretamente.



910 Fogos – Espaços Mentais, Espaços Reais define-se como um projeto composto por ações de sensibilização ligadas à saúde mental e qualidade de vida para diversas faixas etárias. Integra ações multidisciplinares que possuem como ponto de partida a relação do corpo no espaço e o questionamento sobre o que é habitar um “barro social” e como projetar a transformação de seu espaço público, transformando-o num espaço que estimule a saúde mental dos moradores (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020a).

O território de intervenção se trata do bairro Alto dos Barronhos, situado em Oeiras, que possui 910 fogos e 2730 moradores estimados. Um dos maiores problemas identificados são o abandono e insucesso escolar, situações que se agravaram no período pandêmico. A precariedade e inutilização do espaço público do bairro foram também motivos para que a proposta ganhasse força (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020a).

O projeto partiu de uma das moradoras do bairro, Ivone Rodrigues, que reparou na urgência de se abordar a saúde mental como tema para os jovens do bairro e contactou a arquiteta Lucinda Correia e a escritora e curadora Marta Rema para amadurecer a ideia e formalizar uma candidatura ao BS. A entidade responsável pelo projeto é a Efabula, Cooperativa Cultural e Prática Arquitetônica e de Pesquisa (Sol, 2022).



50. Espaço público e edifícios do bairro Alto dos Barronhos. (Autor, 2022)

Pretendeu-se desenvolver mecanismos de resposta às necessidades de saúde expostas pela comunidade e às situações de discriminação relacionadas à pertença a bairros sociais e, após identificar, integrar jovens em risco de exclusão em projetos de integração social e profissional. O projeto visa promover principalmente a saúde mental num território vulnerável de Portugal, país que possui a segunda mais elevada prevalência de doenças psiquiátricas da Europa, combatendo a exclusão através da educação (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020a).

Tendo conhecimento do curto tempo e orçamento, a equipe pensou em realizar ações pontuais e assertivas que funcionem para sensibilizar instantaneamente jovens do bairro, evitando mudanças extremas e demasiado onerosas. No entanto, a arquiteta Luisa Sol (2022) comenta que o projeto ganhou tamanha complexidade e força que sua duração deveria ser de 6 anos, e não de 1 – “... para se criar verdadeiramente raízes, empatias e laços com os moradores do bairro.”

As ações iniciais possuíram retorno positivo dos moradores do bairro, o que pode demonstrar por um lado a capacidade que um projeto BS possa vir a ter, se tornando algo embrionário, servindo de referência para novos projetos e deem continuidade ao que foi feito – se tornando uma ação que se identifica com os princípios da acupuntura urbana.



51. Jovens em ateliê artístico de desenho. (910 fogos – espaços mentais, espaços reais, 2022)

O projeto 910 fogos – espaços mentais, espaços reais possui 9 frentes de intervenção:

1. Formação “Educar para a tolerância, igualdade e não discriminação” - jovens: 4 sessões que provocam reflexões e métodos de lidar e combater situações de preconceito (focada no público jovem) – em parceria com o Manicómio<sup>46</sup>;
2. Formação “Educar para a tolerância, igualdade e não discriminação” – profissionais com intervenção no bairro: uma sessão com destaque para figuras de autoridade, como forças policiais, educadores/professores e/ou técnicos de intervenção social que promove reflexão sobre as crenças e valores dos participantes (focada no público adulto);
3. Rastreios no âmbito da iniciativa internacional “*Fast Track Cities* – Cidades na via rápida para acabar com a epidemia VIH”;
4. “Problemário” – rastreio de saúde mental de base local: intervenção de um psicólogo para rastreio de necessidades ao nível da saúde mental da comunidade;
5. Ateliês artísticos em fotografia, escultura, desenho – combate ao estigma da doença mental: 3 ateliês artísticos dirigidos, culminando numa galeria de arte pública (preferencialmente destinado a pessoas com doença mental residentes no bairro), – coordenação do Manicómio;

---

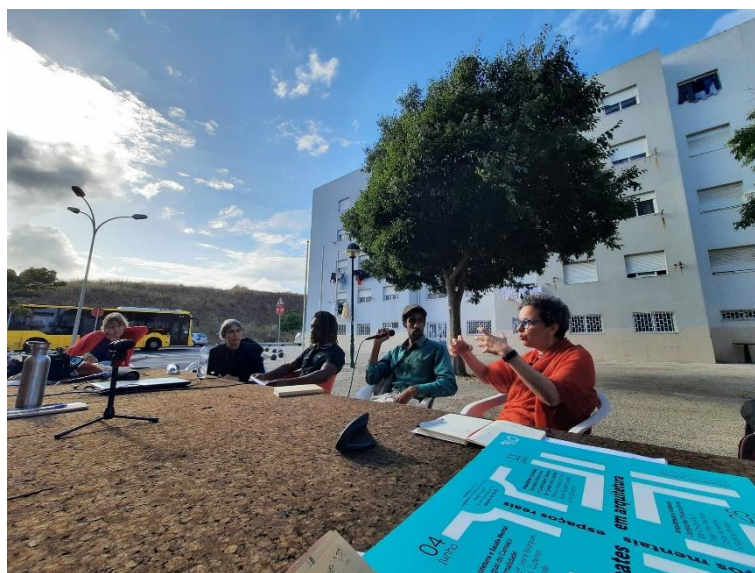
<sup>46</sup> Projeto artístico sediado no Hospital Psiquiátrico de Lisboa. É um espaço de criação, que promove trabalhos de artistas com experiência de doença mental. Nasceu em março de 2019, no Beato, e surge com o propósito de conquistar a dignidade e o reconhecimento dos artistas que lá trabalham (Câmara Municipal de Lisboa, 2022a).



A ida do presente dissertando em um dos debates<sup>48</sup> possibilitou uma visita ao bairro e uma aproximação interessante ao projeto, aos organizadores e a alguns moradores. Sol (2022) refere que a tentativa de conectar pessoas externas ao bairro para que o conheçam, visitem e explorem através de seus debates – devidamente divulgados - é “... uma das grandes expectativas do projeto: visando assim a inserção orgânica na cidade deste território vulnerável e, para alguns, invisível, até então.”

O debate Arquitetura e Cuidados<sup>49</sup> contou com a participação do morador do bairro Esmael Graça, coreógrafo e bailarino, da arquiteta Tatiana Bilbao (remotamente), da arquiteta Patrícia Santos Pedrosa, da jornalista (e moderadora) Paula Cardoso e da arquiteta (e curadora) Luisa Sol, além de outras pessoas espectadoras – que também puderam interagir e debater.

Sol (2022) via-se estimulada e curiosa para as ações, que reuniu “... vozes muito provocadoras e diferentes entre si...”. O debate sobre Arquitetura e Cuidados acabou por ser um rico confronto de ideias, relatos e conceitos que flanaram pelo urbanismo, igualdade de gênero, mobilidade urbana, corpo no espaço, política e democracia participativa. A troca de experiências e opiniões acabou por ser um jeito de introduzir arquitetura para todos e conciliar ideias e opiniões a respeito da função de cuidado e zelo que a arquitetura e a cidade devem ter para/com as pessoas.



53. Debate Arquitetura e Cuidados, no dia 18 de junho de 2022. (Autor, 2022)

---

<sup>48</sup> A participação foi possível por conta do convite da arquiteta Luisa Sol, feito no dia 17 de maio, na primeira comunicação que foi feita diretamente a ela. Devido disponibilidades e interesses pessoais, o debate do dia 18 de junho de 2022, com o título de Arquitetura e Cuidados – Ecossistemas de Afetos e Coreografias do Cuidar, foi o escolhido para participação.

<sup>49</sup> Tendo tido a possibilidade de estar presente no debate Arquitetura e Cuidados, passa-se a dissertar com maior propriedade e profundidade a respeito dele.

De modo geral, a questão da participação da população no projeto 910 fogos – Espaços Mentais, Espaços Reais esteve presente, como já referido, desde seu início, uma vez que a ideia de sua criação partiu de uma moradora do bairro. A participação continuou ocorrer por parte de alguns moradores, que mergulharam na experiência e auxiliaram as entidades realizadoras, estando mais presentes no dia a dia do projeto, bem como nas decisões estratégicas que foram sendo tomadas (Sol, 2022).

Não houve participação direta da população na escolha dos temas para os debates semanais, uma vez que estas foram surgindo e sendo moldados de acordo com as visitas que a arquiteta teve a oportunidade de fazer no bairro, com o acompanhamento das outras ações do projeto que já estavam ocorrendo no bairro e com as intuições que foram sendo sentidas (Sol, 2022).



54. Pessoas presentes no debate Arquitetura e Cuidados. (Autor, 2022)

O projeto considerou fundamental o pensar no espaço público do bairro e no espaço habitacional de seus moradores, considerando reclamações provindas deles sobre o aumento da temperatura média tanto das habitações como do espaço público, o desconforto acústico e a falta de espaços para lazer e esporte.

A reflexão sobre a relação casa-bairro-cidade e promoção de uma dimensão crítica e atenta principalmente nos jovens do bairro, estimulando o imaginário de cenários alternativos, englobando humanização do espaço e introduzindo e sustentabilidade no bairro foi realizada nas ações descritas acima. No entanto, o projeto arquitetônico para o espaço público (etapa 4, inicialmente planejada e prevista), não será realizado<sup>50</sup>. Este fato demonstra fragilidades num projeto que possui tantos arquitetos envolvidos e que os moradores clamam

---

<sup>50</sup> Esta constatação foi relatada no debate do dia 18 de junho, pelas promotoras e pelos moradores.

diretamente por maior qualidade espacial nos seus espaços comuns e públicos<sup>51</sup>. Isto fez com que, inclusive, se alterasse os âmbitos arquitetônicos com os quais o projeto se relaciona na ficha de casos de trabalho, pertencendo somente ao debate da arquitetura e não mais à intervenção no espaço público.

---

<sup>51</sup> Além das necessidades de melhoria do espaço relatadas, o projeto possui a frente 9 em sua ficha de candidatura, que prometia o desenvolvimento de uma proposta arquitetônica para o espaço público do bairro.



Balneários Comunitários é um projeto que contemplou a construção de dois<sup>52</sup> balneários amovíveis em comunidades onde há condições precárias de salubridade, habitabilidade e higiene. Além da instalação dos equipamentos, ocorreu um acompanhamento próximo através de sessões de sensibilização, *workshops* e momentos de capacitação para à comunidade (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020b).

A IPSS Os Pioneiros, responsável pelo projeto, diagnosticou ausência de hábitos de higiene básicos cotidianos, que comprometia a qualidade de vida das comunidades e consequentemente dificultava a integração no mercado de trabalho ou problemas educacionais de seus moradores (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020b).



56. Comunidade da Carvalhosa, em Valongo do Vouga. (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2021b)

Ana Mano (2022), assistente social e técnica gestora do projeto, em entrevista cedida refere e lamenta que o projeto não pôde abranger e trabalhar nas duas comunidades selecionadas, mas somente em uma. Isto ocorreu devido a problemas particulares relacionados às famílias que vivam na comunidade, que tiveram que se mudar do local, fazendo com que a colocação do balneário se tornasse inútil e sem sentido.

A comunidade que se manteve no projeto e obteve o balneário comunitário é a da Carvalhosa, em Valongo do Vouga, Aveiro. É composta por seis famílias de etnia cigana, sendo 12 adultos e 20 menores de idade. Mano (2022) refere que a maioria das famílias “... ainda vive com estruturas muito precárias e sem casa de banho, sem o mínimo de condições para viver (...) Muitas das crianças nunca haviam tomado um banho de chuveiro, somente de mangueira...” e que a entidade, sempre em contato e sintonia com os territórios vulneráveis próximos, decidiu propor uma candidatura ao BS.

O projeto conta com duas frentes de intervenção:

1. Instalação de balneário comunitário junto da comunidade da Carvalhosa (Junta de Freguesia de Valongo do Vouga);
2. Dinamização de ações de sensibilização (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020b).

---

<sup>52</sup> A ficha oficial de candidatura contemplava a construção de dois balneários, entretanto foi possível somente a construção de um em uma das comunidades e os motivos são relatados posteriormente.

A frente 1 consistiu no projeto, compra e instalação de um balneário amovível no espaço público comunidade. Este processo consistiu na colocação de um ramal de água e ligações de eletricidade e preparo e feitura de uma fossa para recepção do equipamento. O balneário passou inicialmente por um projeto de um arquiteto, no entanto, com a mudança de direção da entidade e necessidade de ampliação do objeto, os próprios assistentes sociais desenharam e expuseram o que queriam à empresa que o fabricou (Mano, 2022).



57. Primeira fase de obra – escavação e colocação do ramal de água, em 28 de dezembro de 2021. (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2021b)

O balneário possui três sanitas (sendo uma acessível para pessoas com mobilidade condicionada), três chuveiros, dois lavatórios e uma máquina de lavar roupa. A intenção da entidade era arcar com as despesas de água e eletricidade do equipamento até o fim do projeto e posteriormente repassar a tarefa a ser dividida entre as famílias. No entanto, problemas com o fato de os terrenos serem de ocupação ilegal fizeram com que isto não pudesse ser feito e as famílias assumiram uma baixada no ponto pré-existente e partilham os gastos desde sua instalação (Mano, 2022).

Um contrato de utilização do balneário, que pertence à entidade, foi assinado entre a entidade, um representante da comunidade e a Junta de Freguesia e, em caso de irregularidade ou qualquer situação de má utilização, Os Pioneiros pode realocar o balneário para outro sítio (Mano, 2022).



58. Chegada do Balneário à comunidade da Carvalhosa, em 16 de maio de 2022. (Balneário Comunitário - “Os Pioneiros”, 2022)

A frente 2 teve como propósito abordar temas relacionados com o manuseamento e procedimentos relativos ao equipamento balneário, a importância da higiene oral e corporal, cuidados de saúde, adoção de estilos de vidas saudáveis através de ações de sensibilização e *workshops*, alguns dinamizados por um enfermeiro. As ações foram amplamente divulgadas junto da população das freguesias vizinhas, associações e instituições locais, proporcionando grande participação, não só dos moradores da comunidade da Carvalhosa (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020b).

Ana Mano (2022) relata que a entidade foi além do estipulado na ficha de candidatura e, com o cedimento de uma sala pela Junta de Freguesia de Valongo de Vouga, pôde realizar sessões sobre a importância da vacinação e têm planejado um *workshop* a respeito da higiene infantil para agosto deste ano. Segundo ela, as sessões de capacitação foram de extrema importância, uma vez que, para alguns, era o primeiro contato com uma máquina de lavar roupa e há, inclusive, pessoas analfabetas incapazes de ler os manuais de instrução de uso da máquina. Além das ações, a entidade está a ceder à comunidade produtos de higiene, como pastas e escovas de dente, gel de banho, xampus, detergentes para o chão e papel higiênico até o fim do projeto - setembro de 2022.



59. Primeira ação de sensibilização com a presença de todos os habitantes adultos da comunidade da Carvalhosa, em 16 de dezembro de 2021. (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2021b)

Quanto aos atrasos dos pagamentos das tranches por parte do BS, Mano (2022) considera que, para eles, não causaram problemas por conta de o projeto em si já estar sofrendo diversos atrasos devido à mudança de direção na entidade e à demora para desenho, concepção e compra do balneário. O fato de anteriormente necessitar de dois balneários para duas comunidades diferentes e passar, posteriormente, a precisar somente de um, deixou a entidade com um orçamento mais flexível, inclusive.

Neste momento, as mais de 30 pessoas moradoras da comunidade da Carvalhosa já têm o balneário a funcionar. Sua inauguração ocorreu no dia 14 de junho de 2022 em conjunto com uma das ações de sensibilização de higiene. Os únicos aspetos pendentes são o já referido *workshop* infantil (pertencente à frente 2 do projeto) e uma sessão de balanço final com a comunidade para percepção/avaliação do que correu bem e do que correu mal no projeto (Mano, 2022).



60. Inauguração do balneário comunitário na comunidade da Carvalhosa, em 14 de junho de 2022. (Balneário Comunitário - “Os Pioneiros”, 2022)

A participação da população foi significativamente ativa no projeto Balneário Comunitário, desde sua gênese. A proximidade que a entidade Os Pioneiros tem com a comunidade da Carvalhosa propiciou rápido diagnóstico do que mais fazia falta para os moradores: algum equipamento relacionado à higiene e saúde. Após esboço do projeto, a comunidade pôde participar do dimensionamento do balneário e dos equipamentos que ele ofereceria (Mano, 2022).

Segundo Mano (2022), a participação continuou a ocorrer na implementação do balneário – os moradores participaram na escolha do melhor sítio para localização do balneário<sup>53</sup>, ajudaram no preparo do terreno e no feito do buraco para fossa.

---

<sup>53</sup> Foi escolhido um sítio privilegiado entre duas casas de pessoas idosas, de modo a facilitar a ida deles ao balneário.



61. Moradores da comunidade da Carvalhosa e funcionários d'Os Pioneiros a trabalhar em conjunto nas obras do balneário público, em maio de 2022. (Balneário Comunitário - "Os Pioneiros", 2022)

Introduzir a autoconstrução, mesmo que não na totalidade do projeto, pode ter contribuído para a sensação de pertença e apropriação do equipamento. Naturalmente, nasceu uma relação de zelo e cuidado para/com um novo objeto. Ana Mano (2022) relata:

O retorno dos moradores é extremamente positivo. Eles decoraram o balneário à maneira deles e o deixam sempre muito bem limpo e higienizado. Uma simples colocação de um balneário melhorou significativamente a qualidade de vida de diversas famílias.

Esta foi a primeira vez que a entidade intervém no espaço comum das comunidades, mas já trabalha com a arquitetura em algumas ações de melhoramento de moradias de habitações sociais que as pertence. No entanto, o êxito do projeto já colocou Os Pioneiros a pensar e tratar de outros projetos relacionados ao espaço público de algumas comunidades em Águeda e a desejar novas edições do Bairros Saudáveis.



O projeto Desenvolvimento Comunitário Participado através de Obra de Dois Fogos para Renda Acessível possui como cerne a reabilitação de um imóvel devoluto<sup>54</sup> para alojamento de uma família que se encontra em condições de urgência para se mudar devido a indignidade e insalubridade de sua moradia atual (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c; Pimenta, 2022).

A entidade promotora é a Pele, que conta com forte apoio e assistência da CATHU (Cooperativa de Assessoria Técnica - Habitação e Urbanismo)<sup>55</sup>, da Junta de Freguesia da Campanhã (JFC), do GES/Ecosol (Grupo de Estudos sobre Economia Solidária) e do coletivo de investigação Porto Território e Redes de Invisibilidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Porto (PTRI-FAUP). Juntos, propuseram metodologias participativas de desenvolvimento comunitário para a realização do projeto BS (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).

Esta proposta insere-se num processo de investigação-ação no campo da produção de habitação a partir da economia solidária e dá continuidade às investigações em curso do GATHU e do CES/Ecosol<sup>56</sup>. Além das investigações dos grupos de pesquisa, possui como forte influência o programa Casa Reparada Vida Melhorada, da JFC. Ideias de arquitetos, assistentes sociais e assessores técnicos das entidades em forte contato com o território vulnerável em questão arrematam as composições principais da proposta (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).



63. Aglomerado da Granja, território vulnerável de intervenção. (Autor, 2022)

---

<sup>54</sup> Não duas, como diz o título – explicar-se-á mais à frente.

<sup>55</sup> Cooperativa que teve a criação como parte das atividades e do financiamento do projeto BS. Devido sua importância e relevância, tanto para o projeto em questão quanto para a dissertação, será abordada com mais detalhes posteriormente.

<sup>56</sup> Especialmente o projeto Urbinat, focado na regeneração urbana de Campanhã.

O território vulnerável estudado e intervencionado se trata da Granja, que se situa na Campanhã, na cidade do Porto. Se trata de um antigo aglomerado agrícola, com cerca de 30 edifícios, metade destes devolutos e em estado de deterioração. Sua população residente sofre com baixos níveis de escolaridade, de rendimento econômico e espaço público abandonado e degradado – o que os enquadra numa clara situação de vulnerabilidade social (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).

Segundo o arquiteto Fernando Pimenta (2022), o que caracteriza essencialmente a Granja é a faixa etária envelhecida de sua população, que habita edifícios com diversas características insalubres e indignas e depende muito do que ainda se cultiva pela comunidade. Pimenta afirma ainda que a Granja é um território muito isolado, de difícil acessibilidade e mal servido a nível de transportes públicos (há somente uma linha de autocarro da STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, cuja paragem é no topo da colina, que os habitantes devem subir por cerca de 10 minutos) – o que limita ou até mesmo priva o direito à cidade.



64. Caminho entre o aglomerado da Granja e a paragem de autocarro mais próxima - visível descuido com o espaço público e ausência de passeio e controle da vegetação nas vias públicas. (Autor, 2022)

Constata-se as principais características do território da Granja (e, infelizmente, percebe-se que a maioria delas são transversais a vários outros territórios estudados nesta dissertação) no artigo “O Porto lá ao fundo, mas de costas”<sup>57</sup>, disponível no anexo 8.1. Este foi realizado de modo a relatar uma das atividades realizadas pelas entidades com os moradores

---

<sup>57</sup> O artigo (anexo 8.1) foi enviado pela CATHU para o BS com o intuito de ser publicado no JBS, algo que (ainda) não ocorreu (Pimenta, 2022).

do território – “uma manhã de conversa entre vizinhos” -, que relataram seus elogios, queixas e vontades a respeito de onde vivem. A tabela a seguir compila os relatos dos moradores da Granja:

<b>“Que bom”</b>	O contato físico e direto com a fauna; O contato físico e direto com a flora; O sossego e silêncio; O centro cultural reabilitado e disponibilizado pela Pele; A proximidade com os vizinhos
<b>“Que pena”</b>	A distância até à paragem de autocarro; A distância até à mercearia; A distância até à escola; Estar tudo tão longe; Aqui não haver nada; O passeio escorregadio; A ausência de passeios; A ausência de iluminação; A ausência de mobiliário urbano; A ausência de árvores para sombreamento dos espaços públicos; A ausência de espaços públicos de lazer e estar; O entulho; As casas estarem devolutas e em elevado estado de degradação; As casas não terem suas próprias casas de banho privativas – e a necessidade de apanhar frio e chuva para usar as partilhadas; A ausência de quartos próprios; A ausência de espaços para estudar; A necessidade de se conviver com bolores e doenças respiratórias – causados pela insalubridade das casas
<b>“Que tal...?”</b>	Transporte público; Passeios nas ruas; Iluminação pública; Controlar a vegetação na via pública; Ecopontos para separação de resíduos; Uma mercearia; Um centro de estudos; Um parque infantil; Reabilitação das ilhas; Viver em casas de dimensões adequadas e dignas

(Autor, 2022)

O objetivo inicial do projeto era, como diz o título, desenvolver dois fogos para renda acessível para duas famílias da comunidade da Granja, entretanto, após despesas burocráticas e novos orçamentos de mapas de quantidades do projeto de reabilitação a CATHU se viu capaz de realizar a remodelação de somente um fogo. Pimenta (2022) considera que, mesmo não tendo ocorrido como planejado, a Cooperativa vê com bons olhos a ação e que ao menos quatro pessoas (pertencentes ao agregado familiar selecionado) terão o cotidiano e a qualidade de vida transformados de forma significativa.

Mesmo se tratando de um projeto que pertence ao âmbito da Habitação através de uma reabilitação de um edifício devoluto, visando combater a crise habitacional que assola tanto o Porto, como o país, a CATHU, junto aos outros parceiros desafia e instiga as entidades públicas a olharem para os territórios vulneráveis portugueses mais atentamente, com contato direto com seus residentes para percepção de necessidades e direitos básicos para tracejamento de planos e respostas assertivas e, se possível, rápidas.

O objetivo principal do projeto é criar ferramentas para cumprir o Artigo 65º da CRP, já abordado nesta dissertação – que engloba o incentivo e o apoio a iniciativas de comunidades locais e das populações que tendam a resolver problemas habitacionais e fomentam a criação de cooperativas de habitação digna autoconstrução (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).

O projeto conta com 7 frentes em sua ficha de candidatura, entretanto Pimenta (2022) esclareceu em entrevista que algumas das atividades são financiadas por outros programas que não o BS (fazendo parte de uma série de outras ações sociais de entidades que agem na Campanhã), frisando que os 49.947€ do financiamento foram utilizados para a formalização

da CATHU e para a execução do projeto de arquitetura da reabilitação. As 7 frentes de atividade são as seguintes:

1. Ações preparatórias: formalizações, contratos, recrutamentos e calendarização – engloba a seleção dos futuros moradores da residência, articulação com parcerias para banco de materiais e participação de estudantes de arquitetura da FAUP no projeto e execução de obra;
2. Participação comunitária – dinâmicas coletivas de diagnóstico, programa e acompanhamento do projeto e obra;
3. Desenvolvimento do plano geral de intervenção no território da Granja através de um processo participado entre o Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã (GAS-JFC), moradores, Pele e GES- Ecosol – elaboração de um plano através da troca de saberes entre diagnóstico coletivo e levantamento rigoroso de informações do território;
4. Elaboração participada de projeto, orçamento, plano de trabalhos - execução de dinâmicas de grupo e metodologias de participação para as definições de execução de obra para definições e detalhes da habitação a ser reabilitada;
5. Execução da obra, acompanhamento participado dos trabalhos, eventos de trabalho coletivo - articulação com estudantes do PTRI/FAUP – CATHU assume toda a gestão da obra (compra de materiais, alocação de recursos humanos, contratação de serviços especializados);
6. Ações de formação, investigação-ação, disseminação pública, partilha e validação de resultados – oficinas de gestão cooperativa e economia solidária, *workshops* de metodologias de projeto, organização de debates e conferências e produção de evidências sobre a evolução do projeto;
7. Elaboração participada de Plano de Ações pós-obra, avaliação das ações executadas, revisão do Plano de Intervenções, calendarização de captação de recursos, articulações institucionais para continuidade das dinâmicas de desenvolvimento comunitário – planos que agirão após a conclusão do projeto para, por exemplo, mitigar os riscos de gentrificação da população residente (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).



65. “Encontro de vizinhos” no Centro Cultural da Granja (Pele) – atividade do projeto BS no dia 4 de junho de 2022. (Almeida, 2022)

O GAS-JFC teve participação fundamental no diagnóstico do agregado familiar entre os quase 30 da Granja que passava por mais urgência para mudar de habitação<sup>58</sup>. Além disso, sinalizou o imóvel<sup>59</sup> a recuperar e tratou das primeiras abordagens com o proprietário para negociação de contratos. A Pele, por sua vez, agiu na divulgação das atividades e *workshops* elaborados em parceria com a CATHU, com o intuito de fomentar a qualidade de vida dos moradores do território. O GES/Ecosol focou no fomento ao processo cooperativo na construção civil e no estímulo das dinâmicas socioeconômicas do território (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).

A formalização e contratualização do imóvel demorou mais do que o esperado, o que fez com que as entidades fossem realizando as atividades não dependentes do projeto de arquitetura – pertencentes às frentes 1, 2 e 3 – enquanto este não pudesse acontecer. Estas atividades foram importantes para que os arquitetos pudessem conhecer melhor como é a vida dos moradores da Granja e entender mais profundamente suas necessidades e os problemas que afligem aquela comunidade. A celebração do contrato de reabilitação do imóvel com os proprietários ocorreu em março de 2022, mês no qual o projeto de arquitetura arrancou com significativa velocidade para a obtenção do mapa de quantidades e posteriores orçamentos de empreiteiros (Pimenta, 2022).



66. Espaço exterior do centro cultural reabilitado e disponibilizado pela Pele – albergou maior parte das atividades do projeto. (Autor, 2022)

---

<sup>58</sup> A intenção era que a seleção da família ocorresse através de uma lógica de seriação, com um processo mais complexo; no entanto, problemas relativos ao local de intervenção (explicados na nota de rodapé seguinte) fizeram a CATHU e o GAS-JFC agirem de forma mais pragmática e célere (Pimenta, 2022).

<sup>59</sup> O imóvel a ser intervencionado não foi a primeira escolha do GAS-JFC, uma vez que o proprietário do primeiro imóvel acabou por falecer durante o processo de negociação.

Questionado sobre a hipótese de o atraso do financiamento do BS ter influenciado a execução do projeto, o arquiteto referiu que este atraso acabou por coincidir com a dificuldade que tiveram com o imóvel a se reabilitar e que, assim, a chegada do dinheiro coincidiu com o momento em que de fato começaram a atuar verdadeiramente. Inclusive, se houver dinheiro das tranches que tardaram a chegar, se pondera a realização de mais uma atividade com estudantes de arquitetura da FAUP no contexto do estaleiro de obra e mais uma atividade com os moradores para um exercício de cartografia participada, que há de enriquecer os diagnósticos dos problemas do território de intervenção e seu consequente plano de ação futuro (Pimenta, 2022).

Em suma, o projeto possui como principal ação a reabilitação de um imóvel para uma família que vive numa das ilhas da Granja. A família é constituída pelo casal e seus dois filhos, que vivem numa habitação de aproximadamente 15m<sup>2</sup> e não possuem instalações sanitárias – utilizando as comuns partilhadas entre outros moradores de sua ilha. A casa que habitam atualmente possui poucas e más iluminação e ventilação natural, tornando insalubre especialmente para as duas crianças; a situação habitacional desta família foi considerada a mais urgente pelo GAS-JFC (Pimenta, 2022).



67. Imóvel devoluto a ser reabilitado para habitação (somente o primeiro piso será intervencionado e acede-se pelo interior da ilha). (Autor, 2022)

O acordo idealizado pelas entidades com o proprietário do imóvel devoluto foi o contrato de arrendamento de 5 anos, com a renda de 100€ mensais. O período de 5 anos foi estipulado por se tratar do tempo médio que uma família espera pela aceitação e disponibilidade de uma habitação de interesse social no Porto. Após a hipotética mudança para uma nova casa, o intuito é que este imóvel seja ocupado por outra família que esteja a precisar urgentemente de um lar mais digno enquanto aguarda sua também aceitação para acesso à uma habitação social. Como o proprietário do imóvel, que se encontra em estado de

deterioração, não arcará com nenhum custo para que este seja renovado e habitável novamente, não foi difícil a tarefa de convencê-lo dos planos e este sucesso no acordo pode ser replicado em ações futuras dentro do mesmo território ou em similares (Pimenta, 2022).

O curto orçamento (47.947€) para custear a abertura de uma cooperativa, o estágio profissional a tempo inteiro de um jovem arquiteto (Fernando Pimenta, entrevistado para esta investigação) e a reabilitação de um imóvel que possui cerca de 60m<sup>2</sup> foi e está sendo o maior desafio para a CATHU. Doações de materiais, como cerâmicas, pastilhas, azulejos, sanitas, lavatórios e balcão de cozinha foram feitos e auxiliaram a possibilidade da renovação (Pimenta, 2022).



68. Santiago, Letícia, Tiago e Vanessa – futuros moradores do imóvel – e arquitetos da CATHU na entrada da nova habitação, em 29 de abril de 2022. (Patrício, 2022)

A componente participativa se faz forte e evidente no projeto devido ao entendimento do projeto-obra como prática social, com uma abordagem multidisciplinar, que integra projetistas, assistentes sociais, construtores e moradores numa prática horizontal. Através das atividades, oficinas, assembleias e convívios, as entidades pretenderam promover um modelo de capacitação para autogestão tanto do processo quanto da nova habitação em si. O ato de projetar e o estaleiro de obra são interpretados ferramentas de coprodução e partilha de saberes e fazeres entre todos os envolvidos (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c).

A interação com as quatro pessoas que habitarão o novo espaço se fez cada vez mais intensa por conta da atuação das entidades, que conhecem e interagem vivamente com o território e suas pessoas e transformaram a ação num laboratório de compreensão do seu contexto socio-econômico-cultural (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2022b; Pimenta, 2022).

Pimenta (2022) discursa sobre a cautela que foi tida no início para a gestão de expectativas da família para/com seu novo lar. Tendo a consciência do curto orçamento e tempo, a equipe esclareceu que o processo não seria fluido e rápido, mas que trabalhariam para entregar nos prazos estabelecidos – o que, como já abordado devido a problemas não foi possível. Outro ponto esclarecido e planejado foi o de projetar uma casa que necessitasse de fácil e barata manutenção e zelo para que, inclusive, futuras famílias que habitem o imóvel possam mantê-lo em condições sem muito esforço, tempo e dinheiro.

Vanessa, Tiago, Leticia e Santiago puderam participar e negociar ativa e constantemente do projeto de arquitetura. Pimenta (2022) relata, entusiasmado, uma das situações:

Ainda na semana passada estivemos com eles, mostramos a maquete, vimos com eles, por exemplo, como deveria ser a organização da casa de banho e a divisória entre os quartos e a sala - nossa ideia inicial era que se fizesse um T2 com quartos grandes cuja sala fosse generosa e com mais luz natural e seria encerrado com uma cortina, algo mais móvel, mas a família queria mesmo quartos separados e faz todo sentido, pois são dois filhos e era desejado mesmo um T3, o que retira a luz e ventilação natural da sala, mas ganhava-se mais uma assoalhada.

O projeto de instalações elétricas e hidráulicas também foi discutido com a família, de modo a adaptar suas necessidades e vontades. A autoconstrução também é algo que se deseja introduzir em pequenos trabalhos como ajuda em pinturas, tratamentos de madeiras, colocação de azulejos e acabamentos de menor responsabilização técnica – não como um modo de acrescentar participação, mas de acelerar o processo para que a família, que se mostrou disponível e animada para ajudar, mude o quanto antes para a nova casa (Pimenta, 2022).



69. Fotografias do estado atual do imóvel. À esquerda, em cima, antiga e futura casa de banho | à direita, em cima, futura sala de estar e um dos quartos | à esquerda, embaixo, hall de entrada e um dos quartos | à direita, embaixo, antiga e futura cozinha. (Autor, 2022)

A possibilidade de criação da CATHU – “um encontro entre arquitetura, cooperativismo e direito à cidade” - é um grande feito desde projeto BS, uma vez que seus integrantes almejam que esta reabilitação seja o primeiro de muitos projetos – deles, mas não só. Os arquitetos envolvidos desejam “.. ser somente um coletivo dentro de vários similares num futuro não tão distante”, procurando estabelecer relações com as entidades governamentais para que este trabalho de assessoria técnica para pequenas restaurações, instruções de candidatura para financiamento público de programas de habitação, para reabilitações e planejamento urbano numa microescala comunitária possa existir de uma forma menos burocrática (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2020c; Pimenta, 2022).

A realização do projeto demonstra que é possível realizar o “sonho em construção” dos 6 arquitetos criadores da CATHU. Estes estão demonstrando através de um programa nacional, com financiamento europeu, a importância do trabalho em arquitetura e urbanismo para a transformação social, resgatando para a profissão um otimismo de um papel social muitas vezes esquecido. Algo a se destacar é o intuito de não se afastar, nunca, da investigação e da contribuição para o debate crítico e teórico – influenciando estudantes de arquitetura e jovens arquitetos. Sobre isso, Fernando Pimenta (2022) refere:

O pé na academia é para mim também muito interessante no nosso trabalho. Este entendimento de que aquilo que é o trabalho em arquitetura, de construção, mas também de trabalho social, das instruções das candidaturas, dos diagnósticos dos problemas sociais dos territórios e das comunidades – tudo isso deve constituir um trabalho riquíssimo para investigação acadêmica. Se soltarmos a mão da academia nas nossas ações, corremos o risco de as transformarmos em acéfalas e, por outro lado, de contribuir para o aprofundar de uma trincheira que existe entre o circo (meio de produção da arquitetura) e a redoma que caracteriza o meio acadêmico (envolto na sua precariedade também e muito afastado dos problemas reais). É nesta trincheira que queremos nos situar e agir.

O projeto aposta fortemente na multidisciplinaridade, o que se considera ser um fato de grande interesse, devido sua comum escassez em projetos arquitetônicos. Pimenta (2022) refere que é uma ilusão e totalmente equivocada a consideração de que os arquitetos possuem conhecimento holístico da disciplina e visão mundividente da realidade. O resgate do trabalho em conjunto com outros profissionais, especialmente com os assistentes sociais, com os sociólogos e antropólogos enriqueceu esta proposta, com possibilidade de influenciar novas práticas da arquitetura.



70. Da esquerda para a direita: Fernanda Petrus, Nuno Patrício, Bernardo Amaral, Lara Ferreira, Fernando Pimenta e Jacinta Reis (arquitetos da CATHU). (Jornal dos Bairros Saudáveis, 2022b)

O contato com entidades experientes trouxe aprendizados para novas candidaturas e intervenções dos seis integrantes da CATHU. Pimenta (2022) revela que terão maior cuidado com o que se comprometerão a fazer em futuros projetos – desde o título do projeto ao território de intervenção que, no BS, tiveram de ser os mesmos do início ao fim mesmo com problemas no caminho. O ato de lidar com propriedades privadas e, portanto, com cidadãos comuns foi mais complicado do que o imaginado e a inserção dos proprietários em todos os processos é desejada para que se simplifique os contratos. Mesmo com participação das entidades e dos moradores do território, a CATHU considera que o contato entre todos pode ser mais constante e sensível, o que, neste primeiro projeto, foi impossibilitado pela inexperiência e pela necessidade de acelerar os processos para seguir a calendarização do programa.

É preciso, evidentemente, reconhecer que este projeto não é a solução para a Granja, nem tampouco é o projeto ideal para a família beneficiada (anexo 8.1). No entanto, é urgente utilizar a arquitetura como uma ferramenta de transformação social que, se bem manejada e utilizada – em conjunto com diversas pessoas e grupos de pessoas – pode respingar e cultivar novas ideias e novos coletivos semelhantes.

## Considerações finais do capítulo

As entrevistas com os atores privilegiados se mostraram peças necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Com elas, foi possível averiguar dados que constam nas fichas oficiais de candidatura dos projetos, nas notícias sobre eles disponíveis no JBS e, com paralelos traçados, se tirar algumas conclusões sobre as intervenções espaciais do programa Bairros Saudáveis, baseadas nos estudos minuciosos dos 4 casos de estudo<sup>60</sup>.

Sobre a ideia inicial dos projetos, 3 dos 4 projetos tiveram a ideia de seu projeto através de diagnósticos, percepções e pesquisas de entidades diretamente envolvidas e ativas nos territórios em questão, em conjunto com moradores. Estas constatações já se faziam presentes antes de o BS existir e, com ele, foi possível se resolver alguns problemas já identificados. Este fato demonstra a importância de entidades presentes em territórios vulneráveis e pode constatar a necessidade de apoio público direto para suas criações e manutenções.

A respeito dos territórios vulneráveis em questão, 2 dos 4 são bairros sociais municipais, enquanto os outros 2 são ocupações ilegais de edifícios devolutos ou de edifícios autoconstruídos, que partilham as más condições de seus espaços. Isto demonstra que a crise habitacional em Portugal não está resolvida e, com a turistificação de seu território e o conseqüente aumento das rendas das moradias, pode estar a piorar progressivamente. A média de 5 anos de espera por uma casa condigna em um bairro social no distrito do Porto reforça esta constatação a respeito da crise habitacional portuguesa (Pimenta, 2022).

É interessante discursar a respeito dos públicos-alvo dos 4 casos de estudo, pois 3 deles possuem público específico: mulheres, jovens e comunidade cigana. Utilizar a arquitetura como uma ferramenta para se desenvolver a desigualdade de gênero, a saúde mental e hábitos de higiene parece algo inédito, apesar de não o ser. Espera-se e deseja-se que programas como o BS normalizem e estimulem ações acupunturais para problemas e públicos, por vezes, específicos e não relacionados diretamente à disciplina.

Todos os 4 casos de estudo referiram que a participação da população foi algo crucial e significativo mesmo que, por vezes, inconstante e não presente em todas as etapas. Estas declarações confirmam os dados nas fichas de candidatura e se encontram em sintonia com os princípios do Programa, que, na primeira frase de sua autodescrição, menciona o intuito de possuir uma natureza participativa. A paralela participação de pessoas externas dos territórios vulneráveis nos projetos se mostra como uma positiva e interessante estratégia, aumentando a relação dos territórios com suas respectivas cidades e cidadãos, como as formandas externas no Bairro de Santiago, participantes externos nos debates no Alto dos Barronhos,

---

<sup>60</sup> Desconsiderando o projeto ESCOLANOVA – Centro de Artes da Bordeira, que não forneceu entrevista com nenhum ator privilegiado.

participantes externos nos *workshops* de higiene na Comunidade da Carvalhosa e alunos da FAUP em atividades no contexto do estaleiro de obra na Granja.

Metade dos 4 casos de estudo tiveram de cortar atividades e objetivos por conta de o financiamento não ter sido o suficiente para o planejado: o projeto Desenvolvimento Comunitário Participado através de Obra de Dois Fogos para Renda Acessível só pôde executar um dos dois fogos e o 910 Fogos – Espaços Mentais, Espaços Reais não concluiu duas de suas nove frentes de atividades. Além destes casos, o projeto Balneários Comunitários só conseguiu concretizar um dos dois balneários prometidos, por problemas técnicos e de logística. Estes não cumprimentos das tarefas e objetivos que são apresentados aos moradores dos territórios a serem intervencionados precisa, de fato, de maior monitoramento e atenção em possíveis próximas edições de modo a gerir as expectativas e frustrações causadas nos beneficiados pelos projetos.

No tocante à arquitetura, 100%<sup>61</sup> dos casos de estudo recorreram a arquitetos para realizar seus projetos ou até foram criados por eles. É interessante e esperançoso perceber que a arquitetura ainda é procurada para meios de transformação social e que, mesmo em projetos complexos e multidisciplinares, o papel social do arquiteto ainda pode (e tem de) ser exercido.

Houve diversos aspectos positivos e retornos entusiasmantes de pessoas envolvidas. Houve também, como esperado de um programa experimental em sua primeira edição, erros e caminhos a se corrigir nos 4 casos de estudo. Em suma, considera-se que o saldo dos 4 projetos é definitivamente positivo e que as entidades envolvidas têm bases fortes para fazer outras candidaturas em possíveis novas edições do Bairros Saudáveis. Este se consolidando, potencialmente, como uma nova política pública portuguesa a se repetir de tempos em tempos, sejam eles de crises pandêmicas ou não.

---

<sup>61</sup> O projeto Balneários Comunitários recorreu a um arquiteto para desenhar seu balneário, mas acabou por não concretizar exatamente o projeto arquitetônico desenvolvido.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou e reafirmou inúmeras carências que muitos dos territórios vulneráveis portugueses possuem, sendo eles periféricos geograficamente ou localizados nos centros urbanos, mas marginalizados da mesma forma. A desigualdade social presente no país se mostrou ainda mais presente em tempos de crise pandêmica e provocadora de problemas sociais que interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas que habitam as margens da sociedade. A intervenção em arquitetura ou atuação no espaço como estratégias (ou parte delas) para transformação social foi também abordada e tornada visível, através dos casos analisados.

Questionava-se a consciência por parte da população a respeito da direta relação entre a qualidade de seus espaços e sua própria qualidade de vida. No entanto, a investigação mostrou que, mesmo num programa público não diretamente relacionado ao espaço, 42% de suas candidaturas estão relacionadas a ele, demonstrando vasta consciência da relação mencionada. Isto pode ser consequência de uma recente extrapolação do campo da arquitetura e do urbanismo, atingindo esferas comuns e até mesmo midiáticas e deve ser encarada como um importante passo para a solução dos problemas existentes – uma vez que a primeira etapa para a resolução de um problema é a identificação do mesmo.

No entanto, não é do interesse da evolução de uma cidade e mesmo da sociedade as pessoas conseguirem identificar os problemas de sua casa, sua rua e seu bairro se não forem formuladas hipóteses para solução dos mesmos. O resgate de estratégias que sucederam e mesmo a demonstração de projetos BS concluídos demonstraram que, mesmo num curto espaço de tempo e com curto orçamento, é possível se realizar melhorias sociais significativas. E torna bastante evidente que é necessário e urgente democratizar o acesso à arquitetura e reconectá-la com o seu papel essencial de ação política e de fraternidade para/com as pessoas.

Toda ação arquitetônica é política, toda ação arquitetônica é social, ou pelo menos deveria o ser. A exploração da arquitetura como ferramenta para a transformação social através de políticas públicas deve ser mais ativa. No entanto, sabe-se que o capital visa lucros e rompe a função social de cada profissão, não somente a do arquiteto. O ensino da arquitetura deve mostrar outras possibilidades de atuação para além da figura do arquiteto estrela e sua prática autônoma, a mais comumente abordada desde sempre e que ainda é notoriamente a predominante.

O estudo/exploração de práticas e processos arquitetônicos participativos enriqueceu o curso da presente investigação e o percurso pessoal do dissertando. A sensibilização de estudantes, profissionais, entidades e mesmo do Poder Público quanto a necessidade da participação popular nas políticas públicas se mostra necessária, mas ainda pouco efetiva. Ao

se cruzar a participação com a alta multidisciplinaridade dos casos de estudo, foi revelado algo diferente do que foi estudado no decorrer do mestrado integrado sobre a essência de um projeto de arquitetura – ninguém trabalha sozinho e os arquitetos estão (ou deveriam estar) sempre em contato com as ciências sociais e seus atuantes. Como, magistralmente, refere Távora (1962, p. 74): “Não se suponha ele [o arquiteto] o demiurgo, o único, o gênio do espaço organizado – outros participam também na organização do espaço. Há que atendê-los e colaborar com eles na obra comum.”

Com o êxito do programa Bairros Saudáveis e a demonstrada relação com o espaço que este acabou por ter, seria interessante considerar a existência de um sistema de mentorias ligada à arquitetura e ao urbanismo que pudesse auxiliar as entidades promotoras a possuírem candidaturas mais coesas e factíveis quando relacionadas ao espaço, ou mesmo na execução de seus projetos, quando aprovados. Indo além, como chegou a referir a arquiteta Isabela Rusconi (2022), seria cirúrgico estudar a possibilidade da existência de algo semelhante ao que ocorre no Brasil: uma assistência técnica gratuita de arquitetura a todos os cidadãos pertencentes à famílias com renda de até três salários mínimos para elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias, garantindo os direitos expressos na Constituição Brasileira de moradia digna e humana a todos os cidadãos (a lei de ATHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social).

Tornar possível uma discussão mais aprofundada sobre a primeira edição do Bairros Saudáveis e de programas semelhantes a ele pode ser um estímulo para que o ensino da arquitetura possa despertar o conhecimento das desigualdades sociais e das múltiplas realidades existentes, ensinando que a empatia deve ser um dos princípios de um arquiteto.

O desenvolvimento desta dissertação a respeito dos problemas de qualidade de vida que camadas sociais economicamente segregadas possuem e da possibilidade que a arquitetura têm de combater essas mazelas não tem o interesse de solucionar o problema, mas sim contribuir para o debate e alavancar novos questionamentos e indagações.

## 6. BIBLIOGRAFIA

910 fogos — espaços mentais, espaços reais. (2022). 910 fogos—Espaços mentais, espaços reais [Página de Facebook]. Recuperado 17 de junho de 2022, de <https://www.facebook.com/910.fogos/>

Adams, D., & Colin, P. (Diretores). (2012). *Malraux's Shoes*. Kent Fine Art LLC. Recuperado de [https://vimeo.com/75153260?login=true#\\_=\\_](https://vimeo.com/75153260?login=true#_=_)

Bairros Saudáveis. (2021, junho 8). Jornal dos Bairros Saudáveis já está on-line. Recuperado 7 de abril de 2022, de Bairros Saudáveis website: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/384,08062021/index.htm>

Bairros Saudáveis. (2022). Bairros Saudáveis. Recuperado de Bairros Saudáveis website: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt>

Balneário Comunitário - "Os Pioneiros". (2022). Balneário Comunitário—"Os Pioneiros" [Página de Facebook]. Recuperado 1º de julho de 2022, de <https://www.facebook.com/Balneário-Comunitário-Os-Pioneiros-107769385150151>

Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (1ª Edição). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10316.2/39675>

Bernard Van Lerner Foundation. (2022). Bernard Van Lerner Foundation. Recuperado 22 de abril de 2022, de Bernard Van Lerner Foundation website: <https://bernardvanleer.org/pt-br/>

BIP-ZIP Lisboa. (2022). BIP-ZIP Lisboa. Recuperado 4 de julho de 2022, de BIP-ZIP Lisboa website: <https://bipzip.lisboa.pt/index.htm>

Bordenave, J. E. D. (1983). *O que é Participação* (6ª). São Paulo: editora brasiliense s. a. Recuperado de <https://www.ces.uc.pt/projectos/somus/docs/BORDENAVE-D.-O-que-e-participacao.pdf>

Brenner, N. (2016). *Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal?* (27).

Câmara Municipal de Lisboa. (2022a). <https://www.lisboa.pt/atualidade/reportagens/manicomio-arte-sem-preconceito>. Recuperado 2 de agosto de 2022, de MANICÓMIO. ARTE SEM PRECONCEITO website: <https://www.lisboa.pt/atualidade/reportagens/manicomio-arte-sem-preconceito>

Câmara Municipal de Lisboa. (2022b). Lisboa Participa—Portal da Participação. Recuperado 4 de julho de 2022, de Câmara Municipal de Lisboa website: <https://op.lisboaparticipa.pt>

Câmara Municipal de Palmela. (2012). Câmara Municipal de Palmela. Recuperado 4 de julho de 2022, de <https://www.cm-palmela.pt>

Carrilho da Graça, J. L. (2022, abril 9).

*Constituição da República Portuguesa*. (2005).

Cooperative City. (2020). *Manifesto. Planning post-COVID-19*. Recuperado de <https://cooperativecity.org/2020/07/18/manifesto/>

Cutieru, A. (2020, outubro 11). *Acupuntura urbana: Requalificando espaços públicos por meio de intervenções locais*. Recuperado de <https://www.archdaily.com.br/br/948851/acupuntura-urbana-requalificando-espacos-publicos-por-meio-de-intervencoes-locais>

da Cunha Telles, A. (Diretor). (1976). *Continuar a Viver ou Os Índios da Meia-Praia*. Recuperado de [https://www.youtube.com/watch?v=qEoNlsQTs\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=qEoNlsQTs_k)

da Silva, J. L. M. (2017, outubro). Democracia Participativa [Novo Dicionário de Termos Europeus]. Recuperado 6 de abril de 2022, de Euroogle website: <http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=458>

Defesa Nacional. (2022). Orçamento Participativo de Portugal. Recuperado 4 de julho de 2022, de Defesa Nacional website: <https://www.defesa.gov.pt/pt/adesaeeu/il/opp>

Dias, J. (Diretor). (2007). *As Operações Saal*. Recuperado de <https://www.filmin.pt/filme/as-operacoes-saal>

Dias, N. (2008). *Orçamento Participativo—Animação Cidadã para a Participação Política*. Lisboa: SIG - Lisboa.

Eco, U. (1962). *Obra Aberta* (1ª). Lisboa: Difel - Difusão Editorial, Lda.

Equal Saree. (2022). Equal Saree. Recuperado 22 de abril de 2022, de Equal Saree website: <https://equalsaree.org/es/>

Espaço de Arquitetura. (2022, junho 23). Dia Nacional do Arquiteto 22 presta homenagem a Helena Roseta. Recuperado 25 de junho de 2022, de Espaço de Arquitetura website: <https://espacodearquitetura.com/noticias/dia-nacional-do-arquiteto-22-presta-homenagem-a-helena-roseta/>

Gehl, J. (2020). *Public Space & Public Life during COVID 19*. Recuperado de [https://e.issuu.com/embed.html?backgroundColor=%23e6f1ff&d=public\\_space\\_and\\_public\\_life\\_during\\_covid-19&hideIssuuLogo=true&pageLayout=singlePage&u=gehlarchitects](https://e.issuu.com/embed.html?backgroundColor=%23e6f1ff&d=public_space_and_public_life_during_covid-19&hideIssuuLogo=true&pageLayout=singlePage&u=gehlarchitects)

Harvey, D. (2012, dezembro). O Direito à Cidade. *Lutas Sociais*, (29), 73–89.

Incubadora Popular da Ajuda. (2019). Incubadora Popular da Ajuda [Página de Facebook]. Recuperado 4 de julho de 2022, de Incubadora Popular da Ajuda website: [https://www.facebook.com/incubadorapopularajuda/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/incubadorapopularajuda/?ref=page_internal)

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Censos*. Recuperado de [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)

Issa, Y. (2006, julho 7). *Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais*. Apresentado em IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Caxias do Sul, RS - Brasil. Caxias do Sul, RS - Brasil: Universidade de Caxias do Sul. Recuperado de [https://www.uces.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_4/arquivos\\_4\\_seminario/GT14-12.pdf](https://www.uces.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf)

Jacobs, J. (1961). *Morte e Vida de Grandes Cidades* (3ª). São Paulo: Martins Fontes.

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2020a). 910 fogos—Espaços mentais, espaços reais. Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000179/index.htm>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2020b). Balneários/WC Comunitários. Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000247/index.htm>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2020c). Desenvolvimento comunitário participado através de obra de dois fogos para renda acessível. Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000535/index.htm>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2020d). ESCOLANOVA - Centro de Artes da Bordeira. Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000056/index.htm>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2020e). Mulheres em Construção! Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000075/index.htm>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2021a, novembro 2). Programa Bairros Saudáveis transfere 3,8 milhões de euros para 189 projetos. Recuperado 7 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/00000071,00000008/index.htm?programa-bairros-saudaveis-transfere-3-8-milhoes-de-euros-para-189-projetos>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2021b, dezembro 28). Arranca um projeto para melhorar as condições habitacionais da comunidade cigana de Águeda. Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/00000124,00000003/index.htm?arranca-um-projeto-para-melhorar-as-condicoes-habitacionais-da-comunidade-cigana-de-agueda>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2022a). Recuperado de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2022b, janeiro 14). Um encontro entre arquitetura, cooperativismo e direito à cidade? Eis a CATHU. Recuperado de Jornal dos Bairros Saudáveis website:

<https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/00000143,00000009/index.htm?um-encontro-entre-arquitetura-cooperativismo-e-direito-a-cidade-eis-a-cathu>

Jornal dos Bairros Saudáveis. (2022c, fevereiro 5). Elas querem abrir portas, mas também repará-las. Recuperado 8 de maio de 2022, de Jornal dos Bairros Saudáveis website: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/noticias/00000173,00000009/index.htm?elas-querem-abrir-portas-mas-tambem-repara-las>

Lerner, J. (2003, junho). *Acupuntura Urbana* [Revista Arquitetura e Vida].

Lerner, J. (2005). *Acupuntura Urbana* (2ª). Rio de Janeiro: Record.

Loureiro, I. (2021). *Uma política nacional para a mobilização local*. Recuperado de <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/opiniaio/00000022/index.htm?uma-politica-nacional-para-a-mobilizacao-local>

Lynch, K. (1960). *A Imagem da Cidade* (1ª). São Paulo: Martins Fontes.

Mano, A. (2022, junho 29). *Entrevista com Ana Mano* [Zoom].

Mendes, L. (2021). *Onde pára o direito à habitação? O lugar dos territórios informais nas políticas de habitação em tempos de covid*. Recuperado de <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/opiniaio/00000055/index.htm?onde-para-o-direito-a-habitacao-o-lugar-dos-territorios-informais-nas-politicas-de-habitacao-em-tempos-de-covid>

Montaner, J., & Muxi, Z. (2019). *Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos* (1ª). São Paulo: Brasil Editora.

Moreira, S. (2019, dezembro 6). *O que é urbanismo tático?* Recuperado de <https://www.archdaily.com.br/br/929743/o-que-e-urbanismo-tatico>

Mota, J. C. (2021). *Um laboratório de experimentação de novas formas de construir cidades e comunidades*. Recuperado de <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/opiniaio/00000028/index.htm?um-laboratorio-de-experimentacao-de-novas-formas-de-construir-cidades-e-comunidades>

Mourão, A., & Bomfim, Z. (2011). Identidade Social Urbana. Em *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (1ª). Petrópolis, RJ: Vozes.

Mourão, S. (2021). *Ninguém se pode candidatar sozinho*. Recuperado de <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/opiniaio/00000062/index.htm?ninguem-se-pode-candidatar-sozinho>

Mulheres em Construção. (2022). Mulheres em Construção [Página de Facebook]. Recuperado 15 de junho de 2022, de <https://www.facebook.com/ma.mulheresemconstrucao/>

Myrick, P. (2020, maio 16). The Recovery Will Happen in Public Space. *Project for Public Spaces*. Recuperado de <https://www.pps.org/article/the-recovery-will-happen-in-public-space>

Neto, C. (2020). *Libertem as Crianças—A urgência de brincar e ser ativo* (1ª). Lisboa: Contraponto.

Ochoa, R., & Allegri, A. (2021). *Espaço Público e Cidade Pós-Pandemia. Para uma nova Geografia do Comum*. Recuperado de <https://www.urbanologo.com/esp%C3%A7o-p%C3%BAblico>

Ochoa, R., & Allegri, A. (2022). Mapping Intermittent Practices in Lisbon. *Alicja Maciejko (eds) Human Factors in Architecture, Sustainable Urban Planning and Infrastructure. AHFE (2022) International Conference., 58*. Recuperado de [https://openaccess.cms-conferences.org/#/publications/book/978-1-958651-34-6/article/978-1-958651-34-6\\_26](https://openaccess.cms-conferences.org/#/publications/book/978-1-958651-34-6/article/978-1-958651-34-6_26)

Ochoa, R., Delgado, J. P., Ramires, L., Silva, S., Pinto, F., Tereso, R., & Figliolino, H. (2022). Architectures of (inter)Action. *Circo de Ideias + Monade + Trienal de Arquitetura de Lisboa (em fase de publicação)*. Recuperado de <https://urbinlab.fa.ulisboa.pt/index.php/news2/55-architectures-of-inter-action-urbinlab-na-trienal-de-ar>

Organização das Nações Unidas. (2022). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável website: <https://www.ods.pt/ods/>

Organização Mundial da Saúde. (2022). Organização Mundial da Saúde. Recuperado 5 de julho de 2022, de Organização Mundial da Saúde website: <https://www.who.int/pt>

Pereira, G. M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Volume 4*. Recuperado de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1200>

Pestana Lages, J. (2017). *À Conquista de Justiça Espacial: Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa* (Tese de Doutoramento em Urbanismo). Lisboa.

Pimenta, F. (2022, julho 15). *Entrevista com Fernando Pimenta* [Presencialmente].

Público. (2021, novembro 22). Mulheres de um bairro de Aveiro vão deixar de “chamar um homem” para as reparações lá em casa. Recuperado de Público website:

[https://www.publico.pt/2021/11/22/p3/noticia/mulheres-bairro-aveiro-va-deixar-chamar-homem-reparacoes-casa-1985934?fbclid=IwAR2wn5M4ZuThpjI6T6NBNCzvQrsCBhyhSFsHXHbPS1neqGwwbrkAX\\_wbJlY](https://www.publico.pt/2021/11/22/p3/noticia/mulheres-bairro-aveiro-va-deixar-chamar-homem-reparacoes-casa-1985934?fbclid=IwAR2wn5M4ZuThpjI6T6NBNCzvQrsCBhyhSFsHXHbPS1neqGwwbrkAX_wbJlY)

R. Arnstein, S. (1969). *A Ladder of Citizen Participation*. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>

Roseta, H. (2020, junho). *Bairros Saudáveis—Helena Roseta explica na RTP 1*. Recuperado de [https://www.youtube.com/watch?v=2\\_4kocUeXms](https://www.youtube.com/watch?v=2_4kocUeXms)

Roseta, H. (2021). *Petição Pública*. Recuperado de <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT107702&fbclid=IwAR23vQhJ1c2xpJEvyx1875-gocBnFnAjBzZEnL2nHbXfnWdbVdZLHdQJ7nU>

Roseta, H. (2022a). Helena Roseta. Recuperado de Helena Roseta website: <https://www.helenaroseta.pt>

Roseta, H. (2022b, julho). *Helena Roseta: Uma Política de Habitação para Portugal* [Revista Jornal dos Arquitectos].

Roseta, H., & Varea Oro, A. (2020). *Relatório da consulta pública do projecto de Regulamento*.

Rusconi, I. (2022, maio 20). *Entrevista com Isabella Rusconi* [Zoom].

Secchi, L. (2014). *Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (2ª). São Paulo: Cengage Learning.

SIC Notícias. (2019, julho 13). Bairro Aberto: Uma experiência inédita em Aveiro [Jornal online]. Recuperado 15 de agosto de 2022, de SIC Notícias website: [https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial/2019-07-13-Bairro-Aberto-uma-experiencia-inedita-em-Aveiro?fbclid=IwAR10Rka7WWqoWObbFZhH8LHYU3b4rA4uVi\\_m-1BtgtLq--oXQdgsr2h9\\_IA](https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial/2019-07-13-Bairro-Aberto-uma-experiencia-inedita-em-Aveiro?fbclid=IwAR10Rka7WWqoWObbFZhH8LHYU3b4rA4uVi_m-1BtgtLq--oXQdgsr2h9_IA)

Soares, M. (2017). *Cidade Partilhada, Cidade Participada* (Dissertação de mestrado em Arquitectura, Universidade de Lisboa). Universidade de Lisboa, Lisboa. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.5/15399>

Sol, L. (2022, junho 3). *Entrevista com Luisa Sol* [Zoom].

Távora, F. (1962). *Da Organização do Espaço* (9ª). Porto: Rainho & Neves, Lda.

Teixeira, E. C. (2001). *O local e o global: Limites e desafios da participação cidadã* (3ª). São Paulo: Cortez.

Urban 95. (2022). Urban 95. Recuperado 22 de abril de 2022, de Urban 95 website: <https://urban95.org.br>

Urbano Antunes, P. (2022). *O poder da colaboração*. Recuperado de <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/opiniaio/00000084/index.htm?o-poder-da-colaboracao>

Valera, S., & Pol, E. (1994). *El concepto de identidad social urbana: Una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental* (1ª). Barcelona: Universitat de Barcelona.

Varea Oro, A., Mamede, C., Silva, C., & Robalo, P. (2022). *Monitorização do Programa: Entre tod@s e para tod@s*. Recuperado de <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/opiniaio/00000158/index.htm?monitorizacao-do-programa-entre-tod-s-e-para-tod-s>

Vaz Oliveira Barbosa, V. (2022, junho 13). *Caminhabilidade, o que é?* Recuperado de <https://www.archdaily.com.br/br/982710/caminhabilidade-o-que-e>

Vieira, A., & Coutinho, A. (2014). *O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974-1976*. Serviço Educativo do Museu de Serralves. Recuperado de [http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/DossPedagogicioSAAL\\_Serralves.pdf](http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/DossPedagogicioSAAL_Serralves.pdf)

## **7. APÊNDICE**

### **7.1 Ficha de casos de trabalho**



## **7.2 Entrevista com Isabella Rusconi**

### **Projeto Mulheres em Construção – 20 de maio de 2022**

**Leonardo Ramires: O projeto Mulheres em Construção permaneceu com sua definição, objetivos e tarefas que se encontram na ficha oficial, considerando os atrasos para pagamento das tranches?**

Isabella Rusconi: O projeto pôde permanecer com os objetivos, as tarefas iniciais e sua definição. O que aconteceu foi que nós tivemos que reestruturar a equipa porque a equipa que estava disponível para realizar o projeto tinha se disponibilizado em maio de 2021, mas a primeira tranche veio somente em novembro. Outro fator que alterou foi que eu e a arquiteta Helena, as mais envolvidas no projeto, conseguimos bolsas da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), então nós tivemos que contratar pessoas para levar o projeto adiante e ficamos como voluntárias. O atraso das tranches não impactou nos objetivos, mas impactou na organização interna.

**LR: Poderia descrever o andamento do projeto? As ambições, objetivos e tarefas foram ou estão sendo concluídos como planejados?**

IR: O andamento está sendo muito bom, nós estamos alcançando nossos objetivos; estamos muito contentes com os resultados! Na verdade, os resultados até estão superando um pouco as nossas expectativas. Nós estamos a terminar a primeira fase. O projeto foi pensado assim: Tem uma fase de formação, uma fase de aplicação da aprendizagem, que é a fase de obras, e tem a fase de sustentabilidade, que é o banco de materiais do bairro. Então, estamos a terminar a fase de formação, depois teremos 2 a 3 meses de obra e a fase de sustentabilidade ficará para uma associação local, mas está a correr tudo muito bem.

**LR: Considerando a natureza participativa uma importante veia do programa Bairros Saudáveis, ela ocorreu na criação e envio de candidatura do projeto?**

IR: A participação delas na construção da candidatura foi mais frágil, porque a maioria das mulheres foi identificada depois. Houve uma participação e cooperação intensa entre a nossa associação (Mulheres na Arquitetura) e as associações locais. Houve participação de duas mulheres moradoras do bairro que trabalham na construção civil, mas depois acabaram por não ter envolvimento na aplicação do projeto. As destinatárias não tiveram efetivamente participação na construção da candidatura.

**LR: As direções e o andamento do projeto foram sofrendo alterações de acordo com o retorno das envolvidas?**

IR: Sim! Não teve mudança de percurso, nem de objetivos, o que houve foi mudança de conteúdos, porque nós fomos adaptando os conteúdos das formações às necessidades que elas expunham, de acordo com o interesse em determinados assuntos. O projeto em si foi muito participado, porque nós tomamos várias decisões em conjuntos com elas, por exemplo: Na fase de obra, que já não é mais uma questão de formação, mas sim uma questão de trabalho físico e de responsabilidade e compromisso, elas decidiram, em consenso e sem a nossa interferência, de quais comércios locais receberiam os vouchers de pagamento pelo trabalho delas, uma vez que era necessário receber em bens de primeira necessidade; a discussão sobre quem quer participar na obra, o papel que quer exercer e como isso será pago. Algumas delas, por exemplo, não têm condição física para participar nas obras, mas a ida à obra cumpre uma função social e elas se sentem incluídas e se sentem acompanhando e importantes para o projeto. Este estabelecimento de “trabalhadoras e assistentes” foi decidido em conjunto com elas.

**LR: Voltando ao assunto da participação, ela existiu no projeto arquitetônico do espaço de banco de materiais? Se sim, de que forma?**

IR: Então, ainda não, mas terá um exercício, por exemplo, de elaboração do caderno de encargos. Já visitamos o local com elas e já fizeram, inclusive, algumas condições de trabalho. A nossa ideia é que elas fizessem o levantamento e que elas fizessem o desenho junto conosco, mas, pelos tempos do projeto, nós tivemos que avançar, também por conta de uma das empresas empreiteiras que trabalharão com elas, que exigiu que acontecesse antes do mês de agosto. Teremos, nessas próximas duas semanas, um exercício de levantamento, medição, desenho, quantificação, porém de modo mais rápido. A parte de definição de materiais serão em conjunto com elas, considerando que vamos utilizar muito do material que foi doado.

**LR: De que forma o debate e a prática da arquitetura foram aplicados ao projeto?**

IR: Nós abordamos a arquitetura de uma forma mais direta. Nós trabalhamos em 4 escalas: a do corpo, a da casa, a do bairro e a da cidade. Na do corpo, por exemplo, trabalhamos como nosso corpo experiencia e vivencia os diferentes espaços e contextos – foi a parte mais difícil de ser trabalhada.

Na escala da casa, o que é a casa para nós, como funciona a nossa casa, ensinamos a medir com o corpo e depois transferir para o sistema métrico: fizemos diversos exercícios de desenho à mão livre, de desenho técnico, testes com maquete de lego à escala 1:50 e 1:100, abordamos também a configuração dos espaços; a questão de gênero esteve sempre presente

(possuímos um módulo do IEPF (Instituto do Emprego e Formação Profissional) com uma formadora fenomenal e foi muito positivo), e no estudo da casa abordamos muito a questão da cozinha, em como o desenho da casa impacta nas nossas vivências cotidianas a partir do modelo da cozinha e depois da cozinha moderna. Nenhuma tinha o feminismo consolidado e, no começo, muitas foram reativas quanto ao estudo de gênero e a formação foi fundamental para união das mulheres, que possuem diferentes faixas etárias – de 21 a 68 anos -, mulheres ciganas e mulheres não-ciganas, mulheres que têm o 4º ano de escolaridade e mulheres que têm pós-doutorado, então eram contextos muito diferentes e este módulo de igualde foi muito importante.

Nas escalas do bairro e da cidade, tratamos das questões das vivências no bairro e nas cidades, das formas como eles são desenhados pensando no homem branco; elas puderam identificar muitas questões, como a caminhabilidade, a insegurança.

Nós falamos diretamente sobre arquitetura, mas adaptamos o conteúdo para as realidades.

**LR: A arquiteta acredita que a arquitetura ainda seja um método pouco explorado para ações de caráter social de políticas públicas?**

IR: Eu acho que sim. Eu acho, na verdade, que nós nos afastamos da função social da arquitetura. A arquitetura sempre foi uma profissão muito relacionada com as questões sociais. Mas acho que nos afastamos muito disso e de trabalhar o espaço com quem vai vivê-lo. Eu costumo dizer para quem é contra à participação das pessoas nos projetos urbanos ou equipamentos: quando se está a projetar uma habitação, é preciso conhecer as pessoas que viverão lá – participação é isso: perguntar para quem vai viver o espaço – e, para projetos urbanos ou de equipamentos é preciso perguntar ao povo, que é uma comunidade que vai viver os espaços.

**LR: Consideraria interessante, por exemplo, em futuras edições, o Programa Bairros Saudáveis possuir algum campo de mentoria de arquitetos e arquitetas para assessoria e apoio em projetos que envolvam obras ou mesmo debates e workshops relacionados à disciplina?**

IR: Eu acho que sim, mesmo porque é um programa que envolve diversas candidaturas relacionadas ao espaço comum, comunitário; agora, como fazer isso é outra coisa. Nós somos parceiras de outro projeto aí na Covilhã, que foi um projeto de arquitetura, de intervenção no espaço público no Bairro Social do Cabeço e nós fizemos o projeto de forma muito participada, desde diagnósticos para perceber o que o bairro queria a apresentação de desenhos e maquetes à população que interveio e discutiu, alteraram coisas de lugar, pediram outras coisas.

Eu imagino que uma assessoria/mentoria em arquitetura seja muito positivo para programas como o Bairros Saudáveis. Digo mais, acho que tínhamos que ter uma espécie de assistência técnica gratuita, como a ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social), do Brasil.

**LR: Qual a posição e o papel da arquiteta e da arquitetura em nossa sociedade e como e por que a arquiteta decidiu trilhar este caminho de arquitetura ligada ao social, e às minorias – no caso, às mulheres?**

IR: Eu vou ser sincera, eu não sei bem por que trilhei este caminho. Com relação ao feminismo, eu sempre fui feminista minha vida inteira, não me lembro de quando eu me tornei feminista; sempre vi a vida com esta perspectiva. Sobre trabalhar com arquitetura social, eu confesso que não sei.

Quando eu terminei a minha graduação, eu fui à Bahia, perto de Caraíva, onde tem uma comunidade indígena Pataxó, e eu fiquei muito escandalizada com o estado em que eles viviam – tentando imitar o jeito que nós vivíamos, com casas cubículos, sem janelas, uma coisa horrível – e isto me impactou muito. A minha proposta de final de curso foi trabalhar com eles o retorno das técnicas tradicionais milenares indígenas. Eu passei um ano em bibliotecas, fazendo pesquisas sobre os Pataxós, e tinha um trabalho teórico já estruturado. Meu trabalho foi vetado. Os orientadores não aceitaram – disseram que eu tinha que apresentar um projeto como as outras pessoas “normais” – e eu acabei por fazer um hotel, em Ilhabela, somente para finalizar o curso. O papel social do arquiteto era construir coisas, como Escola moderna Paulista.

Não sei bem por que comecei a trabalhar com isso, ou porque fui voluntária de projetos a vida inteira. No Brasil, montei uma associação para uma cidadania participativa com o objetivo de capacitar as pessoas para participação em planos diretores e planos de mobilidade, pois a arquitetura e o urbanismo se encontravam longe das pessoas e a associação tinha uma linguagem mais aproximada.

## 7.3 Entrevista com Luisa Sol

### Projeto 910 Fogos — Espaços Mentais, Espaços Reais — 03 de junho de 2022

#### **Leonardo Ramires: Poderia descrever o projeto 910 fogos — espaços mentais, espaços reais e abordar suas atividades e metodologias?**

Luisa Sol: O projeto é um conjunto de ações de sensibilização focadas em diversas faixas etárias. Surgiu inicialmente pelas mãos de três pessoas: da Ivone Rodrigues (moradora do bairro), Lucinda Correia (arquiteta) e Marta Rema (ligada às artes). Trazer o tema de arquitetura e saúde mental foi uma urgência da Ivone, que relatou esta necessidade. As três desenvolveram o plano de atividades e, posteriormente contaram com auxílio de diferentes parceiros, entidades e moradores para execução do projeto. Nesta altura é que eu fui convidada a ser curadora dos debates em arquitetura.

Dentre os diversos parceiros, o coletivo Manicómio está a desenvolver ateliês e workshops de escultura, fotografia e desenho no bairro, por exemplo. O Jardins Abertos está abordando a importância do verde para o bairro e para a saúde mental através de atividades de sensibilização.

A ideia dos 4 debates foi de ocupar cada uma das 4 praças do bairro com um tema com relação entre arquitetura e saúde mental. O que mais me entusiasmou foi poder trabalhar com arquitetura sem a necessidade de se construir qualquer coisa; poder refletir sobre como trabalhar sobre o que já existe, sobre o que já está construído e como estas coisas nos influenciam. A arquitetura pode ser mais ação do que construção. Os temas foram de encontro a isto e terão sempre uma pessoa do bairro a participar do debate, sem condescendência ou hierarquias – ocorrerá no estilo de *long table*, no qual o público e as pessoas que vão debater se sentarão igualmente ao longo da mesa.

O tempo e o orçamento são curtos e não poderíamos pensar que conseguiríamos mudar o bairro todo, ou fazer uma mudança extrema. Temos total noção que seriam intervenções cirúrgicas, pequenas ações e sensibilizações. Entretanto, com a complexidade e força que o projeto ganhou, acredito que sua duração deveria ser de 6 anos, não de 1 – para se criar verdadeiramente raízes, empatias e laços com os moradores do bairro. Mesmo assim, houve alguns moradores que mergulharam na experiência e que estão mais presentes conosco, tendo um pouco de direito de veto sobre as nossas decisões e nós os consultamos antes de tomá-las.

É importante dizer que não sou moradora do bairro e nem mesmo o conhecia antes de ser convidada para participar do projeto. Para alguém que não habita estes territórios vulneráveis, temos que ter muita sensibilidade quando atuamos neles; não podemos ter ideias

de alterar lugares que nós não conhecemos. Decidi agir apenas com pequenos gestos por esta razão também.

**LR: Considerando que a participação da população ocorreu desde a criação do projeto (partiu de uma ideia de uma moradora), poderia abordar mais como a participação continuou ocorrendo, ou não, no projeto?**

LS: Os temas dos debates não foram escolhidos em conversa com a população, mas de encontro com a intuição sentida nas visitas ao bairro e no acompanhamento das outras ações que já estavam a ocorrer do projeto. No fundo, os temas foram surgindo para também dar voz às pessoas de lá, afinal toda gente pode falar de arquitetura e saúde mental (tema do primeiro debate), de arquitetura e infância (segundo debate), de arquitetura e cuidados (terceiro debate) e de arquitetura e comida (quarto debate). São temas que são transversais à toda gente e trazer estes temas para uma mesa que todos, com mais ou menos erudição ou conhecimento de causa, podem falar deles.

Um dos desafios era de que formas abordaríamos o debate de arquitetura e como conciliaríamos estas frentes todas de forma a fazer sentido para todos, considerando que um dos parceiros é, inclusive, a Ordem dos Arquitectos.

Uma outra vontade é de trazer pessoas de fora para o bairro, atores externos e especialistas a conversas com moradores do bairro, visitantes espectadores interessados nos temas. Isto insere o bairro na cidade de uma forma orgânica e cria novas relações.

**LR: Na ficha do programa, considera-se “vital, tirar o bairro do bairro”. Pode aprofundar neste conceito/intenção?**

LS: Nós temos um plano com a produtora de cinema Terra Treme de levar jovens do bairro ao cinema. Outro plano é o de evitar que os quatro debates acabem no bairro, transformando-os, então, em *podcasts* e publicações *online* abertas, nas quais as pessoas podem inserir fotografias, relatos e textos. Após materialização deste conteúdo, queremos realizar um lançamento desta publicação fora do bairro, numa instituição em Lisboa, e a apresentação seria exclusivamente de moradores, sendo nós somente mediadores e espectadores – será uma forma de apresentar o bairro à cidade.

**LR: Quais os objetivos e expectativas do ciclo de debates a decorrer no mês de junho?**

LS: A coisa boa de fazer este tipo de ações e debates é que podemos lançar a fogueira e depois ficar a vê-la queimar. O que eu estou curiosa para ver é ver a interação entre as pessoas que estão escaladas no painel; juntar vozes muito provocadoras e diferentes entre si foi algo proposital e eu quero ver as provocações que serão feitas sobre o próprio tema, por vezes

olhando por um lado subversivo das coisas. Tenho curiosidade também de ver pessoas não relacionadas com a arquitetura e tão díspares a falar sobre ela – sem deixar de ser um debate sobre arquitetura.

Estou muito expectante em ver qual vai ser as reações e interações das pessoas do bairro para/com as pessoas convidadas do painel a falar sobre temas não usuais no espaço deles.

**LR: 42% dos projetos aprovados no BS têm relação com o espaço. Consideraria interessante, por exemplo, em futuras edições, o Programa Bairros Saudáveis possuir algum campo de mentoria de arquitetos e arquitetas para assessoria e apoio em projetos que envolvam obras ou mesmo debates e workshops relacionados à disciplina?**

LS: Eu acredito que sim, mas como não estive envolvida na candidatura eu não sou a melhor pessoa para falar disto.

**LR: A arquiteta acredita que a arquitetura ainda seja um método pouco explorado para ações de caráter social de políticas públicas?**

LS: Eu acho que a arquitetura é sempre um pouco política, de alguma forma. Mas eu acho que, mais do que ser explorada pela política ou pelo social, a arquitetura é mais uma ferramenta deles. Claro que a arquitetura pode ter um exercício mais ativo nestas partes, mas é sempre preciso haver convivência do lado político, porque o arquiteto sem a convivência do lado político acaba por ter seu trabalho muito estéril.

Faz parte da responsabilidade do arquiteto ter, pelo menos, esta intenção de transformar o social. Depois, se ela não conseguir ser feita, é outra coisa, pois sabemos que existem outros agentes que podem dificultar o processo, mas esta intenção de realmente melhorar o habitat de todos – o mais possível – tem de sempre estar presente.

**LR: Para você, qual a posição e o papel da arquiteta e da arquitetura em nossa sociedade e como e por que a arquiteta decidiu trilhar este caminho de arquitetura ligada ao social?**

LS: Eu, na realidade, creio que toda arquitetura é social, de alguma forma. Enquanto projetistas, temos sempre de ter viva a intenção de melhorar a qualidade de vida de todos e de todas.

Falando do combate à desigualdade social, nós somos mais precisos e necessários em alguns pontos do que noutros e é preciso haver uma distribuição entre as profissões. Agora tivemos o Pritzker para o arquiteto Francis Kéré, com diversos projetos comunitários ligados ao social, o que passa a ser um sinal e uma mensagem daquilo que é pedido da nossa classe

nos dias de hoje e do que o mundo realmente precisa e como podemos ajudá-lo a ser um lugar melhor. Com o aquecimento global também, as gerações estão mais sensibilizadas a problemas sociais e ambientais do que as anteriores e, portanto, esta questão do social parece estar mais presente, pelo menos nos lugares onde eu me movo.

## 7.4 Entrevista com Ana Mano

### Projeto Balneários/WC Comunitários – 29 de junho de 2022

**Leonardo Ramires: Poderia descrever o projeto Balneários/WC Comunitários e abordar suas atividades e metodologias?**

Ana Mano: O objetivo do nosso projeto era a colocação de dois balneários em duas comunidades de etnia cigana. Devido a uns imprevistos, só colocamos em uma das comunidades. Objetivo era melhorar a qualidade de vida da comunidade em si, que não tinha acesso a casas de banho, nem a duche. Nosso balneário tem três sanitas (sendo uma equipada para pessoas com mobilidade condicionada), três chuveiros, dois lavatórios e uma máquina de lavar roupa.

Para além disso, fazemos sessões de capacitação e ações de sensibilização para essas famílias para os ajudar a melhorar a higiene e no melhor uso dos equipamentos (muitos são, inclusive, analfabetos, e não conseguem ler as instruções de uso da máquina de lavar roupa).

**LR: Qual o motivo de não terem trabalhado nas duas comunidades antes nomeadas?**

AM: Ocorreram alguns problemas particulares com as famílias que lá viviam e algumas delas decidiram se mudar do local, fazendo com que a instalação do balneário perdesse totalmente o sentido. Estamos a falar de famílias que mudam sempre de localidade, tratando de ocupações ilegais.

**LR: Tratando de ocupações ilegais, como o contrato de eletricidade, por exemplo, que ficaria pago até novembro de 2021 pela entidade, ficou resolvido?**

AM: Um constrangimento foi não conseguirmos colocar um contador de eletricidade em nosso nome (que era o nosso objetivo) para pagamento das despesas porque não temos a licença de habitabilidade. Tentamos através da Câmara Municipal através de um Decreto Lei, mas não conseguimos. Então, tivemos de colocar uma baixada no ponto de eletricidade que eles já tinham – de forma ilegal – para eles terem acesso ao balneário. Como o projeto acaba agora em setembro (2022), nós queríamos mais de pressa possível (e do jeito que tivesse que ser) colocar o balneário a funcionar, que só foi colocado mês passado (maio de 2022).

**LR: Que ações de sensibilizações foram estas referidas?**

AM: Com a parceria que temos com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, que nos cede a sala, nós juntamos os elementos da comunidade para fazer estas ações. Tivemos sessões para abordar: as regras de utilização do equipamento em si; a importância da vacinação e dos cuidados de saúde primários (dinamizado por um enfermeiro); a higiene pessoal para uma vida saudável; ainda teremos um *workshop* para as crianças neste verão sobre higiene. Muitas das crianças nunca haviam tomado um banho de chuveiro, somente de mangueira, nas ruas. E, portanto, o projeto se mostrou como uma mais-valia rápida e direta para a comunidade.

**LR: O projeto permaneceu com sua definição, objetivos e tarefas considerando os atrasos para pagamento das tranches?**

AM: Houve diversos atrasos e muita demora para o projeto ser concretizado – demorou para a compra do balneário, tivemos mudança da direção da instituição – e o projeto foi atrasando. Mas estes atrasos não tiveram relação com o atraso do pagamento das tranches por parte do BS. A nós, não fez nenhuma diferença o atraso. Nós também tínhamos dois balneários e depois somente com um, acabamos por ficar com um orçamento mais elástico.

**LR: Em que estado o projeto se encontra? O que já foi feito e o que ainda falta?**

AM: Já temos tudo a funcionar. A inauguração ocorreu no dia 17 de junho, com as coordenadoras regionais do centro, houve uma ação de sensibilização ministrada pelo enfermeiro. O que falta é o *workshop* de higiene para as crianças e no final, em agosto (2022), vamos fazer o balanço final do projeto: perceber o que correu bem, o que correu mal e como vai ser daqui para a frente, mas nós sempre acompanharemos a comunidade.

O balneário pertence à entidade e nós fizemos um contrato de utilização com o patriarca da comunidade em conjunto com a Junta de Freguesia e, em caso de irregularidade, qualquer situação que esteja menos mal, nós podemos realocar o balneário para outro sítio, por exemplo.

O que mudou é que a eletricidade não será paga por nós, eles já estão a assumir e nós estamos a ceder à comunidade produtos de higiene (pastas e escovas de dente, gel de banho, xampus, detergentes para o chão, papel higiênico) até o final do projeto.

**LR: É a primeira vez que Os Pioneiros trabalham com ações diretamente ligadas ao espaço?**

AM: Nós nunca tínhamos feito um projeto nos mesmos moldes, mas já fizemos reparações e requalificações em habitações sociais (que pertencem à instituição) para famílias carentes, que estão a ser acompanhadas no âmbito do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social).

**LR: Como a entidade vê que a arquitetura (criação ou alteração de espaços) pode causar transformações sociais, de qualidade de vida e de saúde pública?**

AM: É sempre uma mais-valia. Neste caso, de algumas famílias (com crianças, por vezes) ainda vivem com estruturas muito precárias e sem casa de banho, sem o mínimo de condições para viver, o projeto foi uma melhoria significativa na vida deles e eles próprios estão muito agradecidos. O retorno deles é extremamente positivo. Os moradores decoraram o balneário à maneira deles e o deixam sempre muito bem limpo e higienizado. Uma simples colocação de um balneário melhorou significativamente a qualidade de vida de diversas famílias.

**LR: Considerando este retorno dos moradores da comunidade, a entidade pretende desenvolver mais ações ligadas ao espaço?**

AM: Sem dúvidas! E se os Bairros Saudáveis continuarem (e estamos à espera de que sim), faremos mais projetos, sem dúvidas.

Nós, em Águeda, temos diversas comunidades que precisam de melhorar o local onde habitam, então temos algumas ideias que ainda estão em sigilo, mas que apresentaremos como projetos.

**LR: 42% dos projetos têm relação com o espaço. Consideraria interessante, por exemplo, em futuras edições, o Programa Bairros Saudáveis possuir algum campo de mentoria de arquitetos e arquitetas para assessoria e apoio em projetos que envolvam obras ou mesmo debates e workshops relacionados à disciplina?**

AM: No nosso projeto precisamos inicialmente de um arquiteto para projetar o balneário pretendido. No entanto, depois decidimos ampliar a área do balneário e não foi este que foi utilizado – nós próprios desenhamos o que queríamos e apresentamos à empresa que nos fabricou. No local da obra em si, não precisamos de nenhum engenheiro ou arquiteto. Foi tudo feito com a mão de obra dos moradores e dos funcionários da nossa instituição.

Penso que no futuro, caso os projetos necessitem de apoios de arquitetos, faz sentido o BS disponibilizar este tipo de mentoria – catalisaria os projetos.

**LR: Considerando a natureza participativa uma importante veia do programa Bairros Saudáveis, ela ocorreu na criação e envio de candidatura do projeto? A população foi consultada para implementação do balneário ou foram diagnósticos e percepções da entidade?**

AM: Nós sabíamos da necessidade que eles tinham relativamente ao equipamento do balneário e questionamos antes de fazer a candidatura se fazia sentido e se eles queriam. Isto ficou tudo registrado em ata, porque tínhamos esta situação dos terrenos não estarem ilegais e queríamos ter a certeza se eles queriam e que iriam assumir o balneário em si. Primeiro de tudo fomos ouvi-los e conversar sobre quantas pessoas eram, para dimensionar o balneário em si.

**LR: A participação continuou ocorrendo de outras formas?**

AM: Sempre! Na altura, os moradores também ajudaram: ajudaram a fazer o buraco para a fossa, depois a fizeram; ajudaram a preparar o terreno; escolheram o melhor sítio (entre duas casas de idosos, de modo a facilitar o acesso deles ao balneário). Foi tudo feito juntamente com as pessoas da comunidade.

## **7.5 Entrevista com Fernando Pimenta**

### **Projeto Desenvolvimento Comunitário Participado através de Obra de Dois Fogos para Renda Acessível – 15 de julho de 2022**

**Leonardo Ramires: Poderia descrever o projeto Desenvolvimento comunitário participado através de obra de dois fogos para renda acessível e abordar suas atividades e metodologias?**

Fernando Pimenta: O cerne do projeto é a reabilitação de uma casa para alojamento de uma família sinalizada pelo Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia de Campanhã (GAS-JFC), que é um dos parceiros. Neste processo da reabilitação da casa, jogamos com as outras parcerias, nomeadamente: a entidade Pele (para dinamização cultural e mobilização dos vizinhos – diagnósticos de problemas do território em geral e estimulação de projetos e movimentos de futuro), o meio académico (estudantes de arquitetura e afins – momentos formativos sobre construção e estratégias de projetos sustentáveis).

Seguimos uma estrutura horizontal e coletiva de fomento e de estímulo para aquilo que possa vir a ser uma economia solidária – uma solução sem fins lucrativos para uma crise, que é a habitacional.

**LR: O que surgiu primeiro: o CATHU (Cooperativa de Assessoria Técnica - Habitação e Urbanismo) ou a candidatura para o projeto BS?**

FP: O projeto Bairros Saudáveis. A formalização da cooperativa fez parte das atividades do projeto.

De alguma forma, a criação da cooperativa é uma das maneiras que talvez no garanta, no exercício deste programa, assegurar condições de futuro, de reprodutibilidade daquilo que consigamos alcançar e de, pelo menos, inauguração daquilo que é um espaço de atuação política e pública de arquitetos para afins que são de interesse público.

A cooperativa só passou a existir porque o projeto foi admitido e financiado – todo este processo acarreta custos. O BS tornou-se um impulso para que começássemos a trabalhar com esta ideia que não é de agora.

**LR: Compreende-se a crise habitacional no Porto como uma das maiores motivações do projeto. Mas por que no território da Gralha? – Qual foi o processo até chegarem a este território?**

FP: Eu entrei no projeto quando a candidatura já tinha sido feita e aprovada, mas a Pele já estava instalada no território da Granja e já possuía o projeto do centro cultural

comunitário e já agia de forma muito presente com o GAS-JFC no território. Os dois, em conjunto, ancoraram o projeto ali, diagnosticando as necessidades dos residentes.

O Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (GES/Ecosol), que já possuía um projeto na Campanhã, o Urbinat, e o Porto Território e Redes de Invisibilidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Porto (PTRI-FAUP) também auxiliaram com trabalhos de campos desenvolvidos sobre este território vulnerável.

**LR: Ainda sobre o território da Granja, pode falar um pouco sobre ele?**

FP: É um território muito isolado, de difícil acessibilidade, mal servido a nível de transportes públicos (há uma linha de autocarro da STCP -Sociedade de Transportes Colectivos do Porto-, cuja paragem é no topo da colina, que os habitantes devem subir por cerca de 10 minutos).

O que caracteriza essencialmente a Granja é seu aglomerado de população, com uma faixa etária já envelhecida e economicamente dependente muito daquilo que se cultiva ainda lá – para além da economia informal que necessariamente existe neste tipo de contextos. Situa-se no fundo da encosta junto a um rio, que faz a fronteira com o conselho de Gondomar.

**LR: As diversas ações (considerando outras atividades da Pele, por exemplo) foram “financeiramente separadas”, mas ocorreram em diálogo contínuo. O projeto da reabilitação do fogo contou somente com o financiamento de 50 mil euros dos BS?**

FP: Sim, contou somente com os 50 mil euros, na verdade 49.947€. Quando muito, financiamento externo poderemos considerar doações de materiais, como cerâmicas, pastilhas, azulejos, sanitas, lavatórios e balcão de cozinha. Através da Junta de Freguesia de Campanhã (JFC), pudemos aceder a materiais que possam ser adquiridos pelo banco social da Câmara Municipal do Porto (CMP).

**LR: Como foi a seleção dos moradores que habitarão o fogo renovado e de que forma legal eles a habitarão?**

FP: O GAS-JFC foi quem selecionou e diagnosticou o agregado familiar que passava por mais urgências para se mudar de habitação. Tínhamos a vontade de elencar uma lógica de entrega e de seriação para quem seria destinado este fogo, mas alguns problemas relativos ao local de intervenção nos fizeram agir de forma mais célere e pragmática.

Apesar de não ter corrido como planejado, acho que conforme está, está ótimo. A obra que vamos fazer é para uma família que está a viver na mesma ilha onde vamos trabalhar, são vizinhos da ruína que vamos reabilitar e precisam urgentemente de uma nova casa. É uma família com dois filhos, que vivem numa área total de 15 m<sup>2</sup> e não possuem instalação

sanitárias – utilizam as comuns da ilha. A casa atual possui péssimas iluminação e ventilação natural e, portanto, a situação é urgente – pelo menos enquanto não conseguem aceder a uma casa de habitação social da CMP.

A família habitará o imóvel pagando 100€ de renda por 5 anos, que foi um acordo que fizemos com o proprietário da casa para que pudéssemos renovar sem ele gastar nada do bolso dele. Os 5 anos foram escolhidos pois é um tempo médio que uma família passa a esperar pela aceitação e disponibilidade de uma habitação de interesse social no Porto.

**LR: Na ficha oficial do programa, encontramos 7 ações (ações preparatórias, participação comunitária, desenvolvimento do plano geral, elaboração participada do projeto, execução da obra, ações de formação investigação-ação, elaboração de plano pós-obra). Todas ocorreram? Na ordem e como planejaram?**

FP: Eu diria que a maior parte do tempo estivemos nas ações preparatórias, porque tínhamos consertado com o proprietário de um edifício devoluto, entretanto ele faleceu e, tentamos negociar com a família novas condições de arrendamento do imóvel e, infelizmente, em fevereiro de 2022 não chegamos a nenhum acordo. A partir daí, foi gestão de danos com o calendário a acabar. O GAS-JFC sinalizou outra ilha no território ao lado da Granja onde poderíamos intervir, mas, por obrigações do BS, não podíamos mudar o território de intervenção. Portanto, todo esse processo foi moroso e fez com que as ações preparatórias ocupassem quase a totalidade do tempo do projeto.

Nós conseguimos assinar o contrato de reabilitação do imóvel com os proprietários desta casa que reabilitaremos em março de 2022. Arrancou a todo gás o projeto de arquitetura, para obtermos o mapa de quantidades, para conseguirmos ter um orçamento com um empreiteiro e assim por diante. Outras atividades começaram a ser feitas, como a seleção dos moradores (que acabou por ser mais rápido e pragmático), a dinâmica de discussão e partilha de experiências com diversos moradores da Granja para que nós pudéssemos conhecer como é viver por lá e entender alguns dos problemas que afligem aquela comunidade – com o intuito de executar um plano de ação para o território. Nós teremos um vínculo muito estreito e a intenção é que o GES/Ecosol e o PTRI-FAUP continuem a trabalhar para/com eles através da investigação-ação.

**LR: O projeto permaneceu com sua definição, objetivos e tarefas considerando os atrasos para pagamento das tranches por parte do BS?**

FP: No nosso caso esse atraso acabou por coincidir com a dificuldade que tivemos com o território de intervenção, portanto, apesar de tudo, a chegada do dinheiro coincidiu com o momento em que de facto começamos a atuar verdadeiramente.

**LR: Em que estado o projeto se encontra? O que já foi feito e o que ainda falta?**

FP: Foi feito o contacto com os moradores e esta auscultação já referida, o conhecimento do território e estabelecimento de contatos e parcerias, os contratos com os proprietários e com os empreiteiros e o que falta é as obras arrancarem – é este o ponto de situação.

Estamos ainda a espreitar a possibilidade de ainda poder haver mais uma atividade com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Porto (FAUP) no contexto do estaleiro de obra e mais uma atividade com os moradores para um exercício de cartografia participada, que há de informar ainda mais situações e problemas do território de intervenção.

**LR: Qual o retorno da CATHU a respeito do andamento das ambições, objetivos e tarefas do projeto?**

FP: Nós funcionamos bem. Cada um tem disponibilidades diferentes, mas isso é sempre um ponto de partida para qualquer organização coletiva. Nós tivemos a sorte de conseguir, também com o financiamento de um estágio IIEFP de arquitetura que garantiu uma pessoa a trabalhar em tempo integral nisto (que sou eu) e isto liberta muito todos os outros. Estamos sempre em constante comunicação com o total dos membros da CATHU, de forma horizontal, para angariação de novos projetos e comunicação da cooperativa em si para que este possa ser a primeira de outras intervenções.

**LR: Poderia dissertar mais a respeito do intuito da CATHU de “esclarecer o falso dilema entre trabalho, responsabilidade social e cidadão e ativismo – dedicar o exercício profissional à coisa pública e comum e à melhoria das condições de habitabilidade não tem que significar precariedade laboral”? Considera que esta consideração/preconceito inviabiliza uma arquitetura mais ligada ao social e, conseqüentemente, a elitiza?**

FP: Muitas vezes se alimenta aquilo que é o trabalho, neste caso de arquitetura, mas poderia ser o trabalho de assistência social ou o trabalho de sociologia e afins, com um voluntarismo muito típico da caridade e nós não somos isso. Nós somos uma organização de trabalho, por isso é que somos uma cooperativa e nós, assumindo que o que fazemos é trabalho não só significa que nunca se desrespeita o valor daquilo que nós fazemos, como também responsabiliza quem detém a responsabilidade pelo serviço que nós prestamos. E se o serviço que nós prestamos é de interesse público, então o público (a instituição pública) tem de se responsabilizar por estes tipos de serviços.

De futuro, nós procuramos estabelecer relações, contratos, protocolos, principalmente com câmaras municipais e juntas de freguesias para que este trabalho da assessoria técnica para pequenas restaurações, instruções de candidatura para financiamento público de programas de habitação, para reabilitações e planeamento urbano numa microescala comunitária possa existir. Tudo isto é trabalho e tem que ser encarado enquanto responsabilidade pública, porque senão a alavanca nunca mais sai desta esfera de um voluntarismo de umas quantas associações e de uma constante desconsideração por parte do poder local em relação a estas necessidades reais das populações.

Garantir boas condições de trabalho e um adequado financiamento público garante que o trabalho é exercido com qualidade – tão simples quanto isso. E nós queremos trabalhar com excelente qualidade – sendo os melhores profissionais possíveis.

**LR: Sendo o primeiro projeto vosso, o que levam como aprendizado e coisas a se repetir e o que não funcionou tanto assim? E quais os planos da CATHU?**

FP: Algo a se ter em conta para as próximas vezes é o momento em que se instrui uma candidatura para um financiamento público, como o BS. Deve-se ter atenção àquilo que se compromete, de forma a não criar condicionantes de futuro ao projeto. Por exemplo, nosso título do projeto refere que faríamos dois fogos e nós não vamos fazer dois fogos, faremos só um – para o futuro, teremos título mais vagos de forma a calcular condicionantes que naturalmente encontremos.

Outra lição é o trabalhar com propriedades privadas: quando se faz essas candidaturas pelo menos garantir que os proprietários estejam todos seguindo o andamento e que assinem o contrato desde o início do projeto, evitando grandes atrasos e turbulências.

O contato com as nossas parcerias também pode e deve ser mais constante e com maior cuidado. A constante necessidade de “apagar fogos” distanciou dinâmicas e contatos mais interessantes que poderiam enriquecer o projeto.

O nosso plano no fundo é este. Entretanto, para obter este fim, é preciso o meio. O que precisamos sempre fazer é uma dinâmica de organização coletiva e horizontal. Em segundo lugar, uma tônica de participação intransigente de todos aqueles que são chamados que irão conviver e viver com estes projetos.

O pé na academia é para mim também muito interessante no nosso trabalho. Este entendimento de que aquilo que é o trabalho em arquitetura, de construção, mas também de trabalho social, das instruções das candidaturas, dos diagnósticos dos problemas sociais dos territórios e das comunidades – tudo isso deve constituir um trabalho riquíssimo para investigação acadêmica. Se soltarmos a mão da academia nas nossas ações, corremos o risco de as transformarmos em acéfalas e, por outro lado, de contribuir para o aprofundar de uma

trincheira que existe entre o circo (meio de produção da arquitetura) e a redoma que caracteriza o meio acadêmico (envolto na sua precariedade também e muito afastado dos problemas reais). É nesta trincheira que queremos nos situar e agir.

**LR: Qual a importância da multidisciplinaridade de pessoas envolvidas em um projeto de arquitetura – bandeira levantada diversas vezes na ficha oficial do projeto?**

FP: É central. E por duas razões muito pragmáticas: por um lado, se queremos prestar um serviço de direito à habitação, quase todas as questões são de índole jurídica (temos que ter serviços de apoio e consultoria jurídica) e todo o contato com as populações e ação de ler e escutar o que é o enquadramento nos problemas globalizados conhecidos é um vôo mais elevado de trabalho da sociologia e da antropologia. No segundo ponto, nós 6 (arquitetos da CATHU), temos total consciência do quanto nossa profissão é limitada e nunca podemos lograr a ilusão de que, a pretexto de uma pretensão de conhecimento holístico da disciplina, temos uma visão mundividente da realidade – isto é totalmente equivocado.

**LR: Considerando a natureza participativa uma importante veia do programa Bairros Saudáveis, ela ocorre no projeto?**

FP: A relação com as pessoas envolvidas com o projeto começou por ser cautelosa, porque é preciso haver sempre uma gestão de expectativas muito sensível neste tipo de contatos. Nós estávamos com perfeita consciência de que o orçamento era apertado e que o calendário estava a descarrilhar; nós não poderíamos prometer, de maneira nenhuma que tudo iria ocorrer de forma rápida e às mil maravilhas. Noutra ponto, foi preciso engajar as populações no trabalho do qual elas poderão usufruir no futuro, neste caso na forma de uma casa e é importantíssimo garantir a fácil manutenção da habitação, para além de se aproximar o projeto de arquitetura das necessidades reais de quem lá vive, porque não pode ser onerosa ou de difícil zelo.

Mesmo se tratando de um projeto ultra condicionado em termos de tempo e orçamento, o projeto de arquitetura foi negociado constantemente com a família que irá lá viver – a Vanessa, o Tiago, a Letícia e o Santiago. Ainda na semana passada estivemos com eles, mostramos a maquete, vimos por eles, por exemplo, como deveria ser a organização da casa de banho e a divisória entre os quartos e a sala - nossa ideia inicial era que se fizesse um T2 com quartos grandes cuja sala fosse generosa, com mais luz natural e alcofa e seria encerrado com uma cortina, algo mais móvel, mas a família queria mesmo quartos separados e faz todo sentido, pois são dois filhos e era preciso mesmo um T3, o que retira a luz e ventilação natural da sala, mas ganhava-se mais uma assoalhada.

O projeto de elétrica e a conseqüente localização das tomadas de eletricidade também fora discutida com eles – a televisão possui grande presença no cotidiano da família e isto foi levado em conta.

Claro que as expectativas da família, na situação de precariedade habitacional em que se encontram, era de “Façam-nos uma casa, simplesmente!”, mas, tanto quanto possível, fizemos com que as decisões partissem com pelo menos influência ou opinião dos futuros moradores da casa.

A autoconstrução será introduzida em alguns trabalhos leves, mas sempre considerando a linha muito tênue que este assunto exige: nunca poderemos assumir que podemos depender totalmente do exercício da autoconstrução para erguer totalmente uma casa. Nós mesmo ajudaremos em algumas pinturas, tratamentos de madeiras, colocação de azulejos e acabamentos e de menor responsabilização técnica, justamente para otimizar o processo sem comprometer sua qualidade.

**LR: Com a investigação, pudemos constatar que 42% dos projetos BS têm relação com o espaço. Consideraria interessante, por exemplo, em futuras edições, o Programa Bairros Saudáveis possuir algum campo de mentoria de arquitetos e arquitetas para assessoria e apoio em projetos relacionados à disciplina?**

FP: Claro! É o queremos ser: agentes relevantes publicamente. Isto é indispensável para a execução dos nossos objetivos. Ao contrário da caridade, a nós nos interessa realmente resolver os problemas.

Lutaremos para que não sejamos os únicos (não queremos monopólio nenhum). Aliás, isto faz parte do princípio cooperativo: do fomento, multiplicação e reforço daquilo que é um tecido cooperativo que consegue garantir relações econômicas e soluções de economia solidária que não dependam do lucro para solucionar problemas e falências do Estado e do sistema.

Nosso trabalho de arquiteto é uma arma também. Temos é de saber manejar e, pelo menos, tentar tanto quanto possível reunir as condições para podermos manejar transformações sociais.

## 8. ANEXOS

### 8.1 Artigo escrito pela CATHU

Nota: O artigo foi enviado para o dissertando pelo arquiteto Fernando Pimenta. Foi enviado pela CATHU para o BS, com o intuito de ser publicado no JBS, no entanto, não o foi até o fecho desta dissertação. A formatação do texto é mantida como recebida.

#### **O Porto lá ao fundo, mas de costas.**

Bastou uma manhã de conversa entre vizinhos em torno de três questões – «que bom, que pena, e que tal?» – para se perceber o quão deprimido de atenção pública está este lugar em Campanhã: a Granja.

Para quem cá chega, a Granja parece enquadrada naquele imaginário citadino do bucólico e harmonioso lugar, generoso em ruminantes e verdejantes envolventes. De facto, mesmo os moradores elogiam o «que bom» que é ver as ovelhas, as cabras, o burro e os cavalos. «Que bom» que é o chilrear dos pássaros, a flora autóctone e os socalcos cultivados. «Que bom» o sossego, e «que bom» a antiga adega reabilitada e disponibilizada pela Associação PELE. «Que bom», claro, estar com os seus.

Mas para quem cá fica, Janus revela seu segundo rosto. «Que pena» a distância até ao autocarro, até à mercearia, até à escola. «Que pena» estar tudo tão longe, e aqui não haver nada. «Que pena» o piso escorregadio, a ausência de passeios e de iluminação ao longo do extenso percurso que a distância a tudo obriga a vencer. E toda a gente tem histórias de acidentes graves: atropelamentos e quedas que empurram as pessoas para recuperações lentas em casa, que as privam dos seus parques rendimentos, da sua saúde e das suas vidas normais, que criam medo às crianças de ali voltar a passar.

«Que pena» não existir nem um banco para sentar, nem uma árvore, nenhum tipo de espaço público que não seja para o trânsito. «Que pena» não haver um lugar para as crianças se encontrarem e brincarem. «Que pena» o entulho. «Que pena» a maior parte das casas estarem devolutas e em avançado estado de degradação, e «que pena» que a degradação seja afinal também habitada. «Que pena» a casa não ter casa-de-banho privativa e se ter de apanhar chuva e frio para usar a partilhada. «Que pena» nunca ter tido um quarto próprio, nem nunca ter tido um espaço tranquilo para estudar. «Que pena» ter de conviver com bolores e doenças respiratórias porque a casa é insalubre. «Que pena» estar isolado.

Dever-se-ia ler «que raiva» em vez de «que pena», mas os sentimentos de impotência, de inevitabilidade desta sorte e de que a solução será sempre a fuga individual estão de tal forma cultivados pelo alheamento do poder local, que as palavras pouca diferença parecem fazer. Já o «que tal» é tão óbvio, tão simples, que facilmente reforça o derrotismo de que nem vale a pena o esforço desta reunião. E mede-se muito bem a esperança de quem fala quando a reivindicação vem cheia de «apenas» e de meias-medidas.

«Que tal» transporte público? Até se admite que seja «apenas» de hora em hora, que seja «apenas» uma pequena carreira, que «apenas» leve as pessoas até à paragem mais próxima, junto ao Bairro do Lagarteiro. «Que tal» passeios nas ruas, «que tal» iluminação pública? «Que tal» controlar a vegetação na via pública «apenas» mais que uma vez por ano? «Que tal» ecopontos para separação de resíduos? «Que tal» uma mercearia, «que tal» um centro de estudos? «Que tal» um parque infantil? «Que tal» melhorar as ilhas? «Que tal» viver numa casa de dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar? — Sim, é a letra da nossa Constituição, mas que não parece ser a de muita gente.

Através do programa Bairros Saudáveis, reabilitar-se-á um edifício de forma a conseguir uma casa digna e adequada para a Vanessa, o Tiago, a Letícia e o Santiago. É uma das famílias presentes no encontro de Sábado de manhã, dia 4 de Junho na PELE, onde se conversou em torno dos «que bom, que pena, e que tal?». A nova casa será literalmente a paredes-meias da sua casa actual, na mesma ilha.

Já celebrámos o contrato para a reabilitação com os proprietários: os três irmãos Joaquim, Rosa e Ana Rosa. Foi a 29 de Abril na Junta de Freguesia de Campanhã, e expressaram muita alegria, já que a casa a reabilitar é a sua antiga casa de outrora. Temos conversado com os moradores sobre o projecto, pois é com eles que este se vai desenhando colectivamente.

Não é, todavia, este projecto isoladamente a solução que a Granja precisa. Nem tampouco é este o projecto ideal para a família que passará a viver numa casa melhor. Que sirva, ao menos, tal como este artigo, para o Porto se atrever a olhar para quem tem estado atrás de si, à sombra.



Reunião para celebração do contrato para a reabilitação da casa, entre os seus proprietários e a CATHU, a 29 de abril na Junta de Freguesia de Campanhã. Fotografia da Carla Carvalho do Gabinete de Acção Social da Junta de Freguesia de Campanhã, testemunha da celebração do contrato.



Encontro de vizinhos na PELE, com esta e a CATHU no dia 4 de Junho, com colaboração da Associação A Soalheira na preparação do lanche e da Associação Ponto Parágrafo na cedência de algum material. Fotografia do Fernando Almeida da PELE.



Os moradores na entrada da sua futura casa com membros da CATHU, a 29 de abril. Fotografia do Nuno Patrício da CATHU.